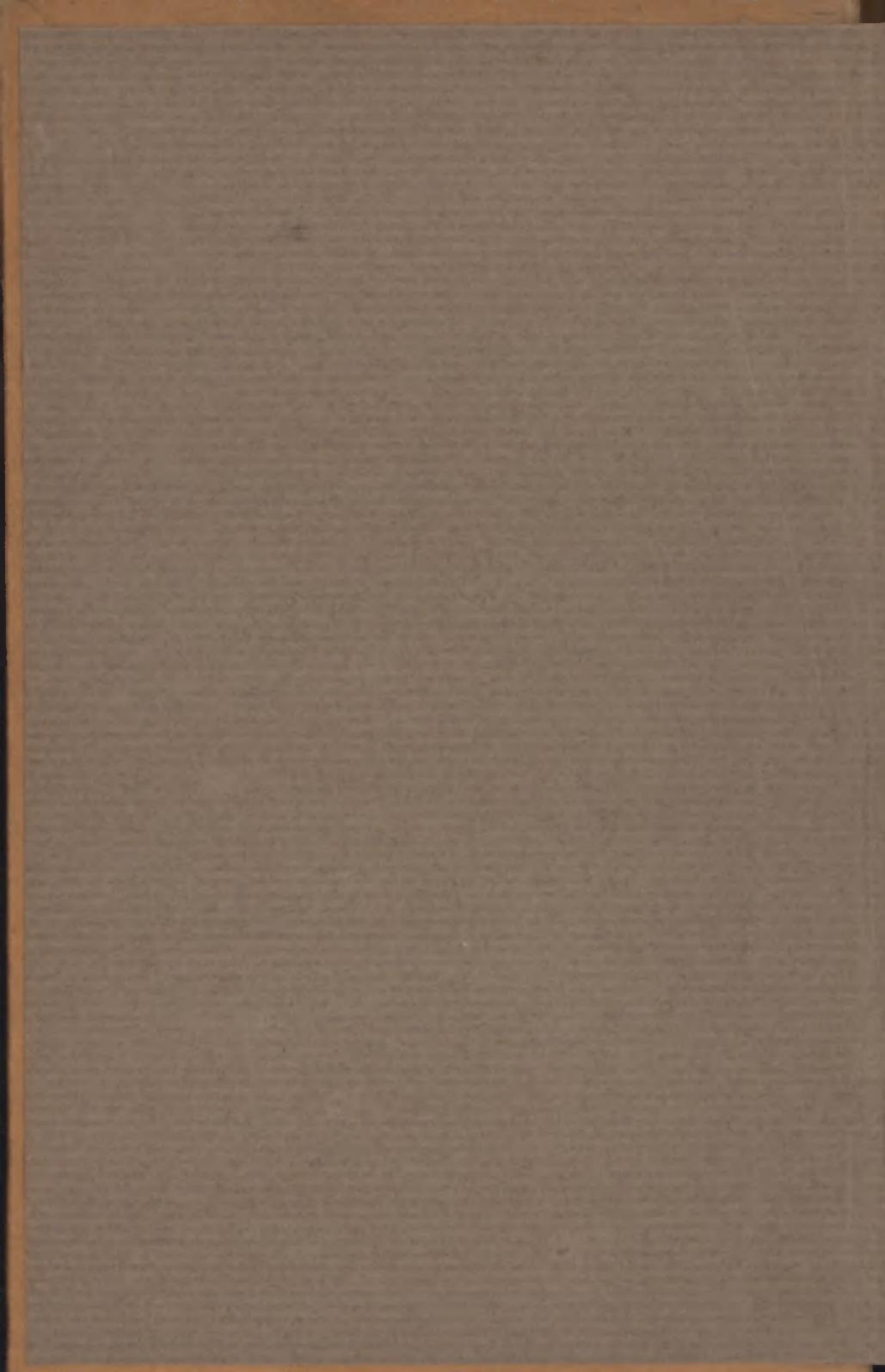


110

10

3
---







29/12

BERNARDINO MACHADO

---

# NO EXÍLIO



: TIPOGRAFIA "MINERVA" :

---

CRUZ, SOUSA & BARBOSA, L.<sup>DA</sup>

---

: V. N.-DE-FAMALICÃO — 1923 :

---

H. J.

978

NO EXÍLIO



DEP. LEG

BERNARDINO MACHADO

H. S.

978

# NO EXÍLIO



*Rp.* 85727



Famalicão, 1922 — Tipografia  
MINERVA, de Cruz, Sousa  
& Barbosa, Limitada \*\* \*\*



7/12/17  
M. M. M. M. M.

# NO EXÍLIO

---

## Exoneração do Governo

---

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

O Governo, para evitar as funestas consequências da divisão do exército, que, mais que nunca, precisa de estar unido neste momento, resolveu propôr a cessação de hostilidades. E apresentou o seu pedido de exoneração ao sr. Presidente da República, que o aceitou.

7 de Dezembro de 1917.

## Armistício

Cêrca da meia-noite de 7 de Dezembro, o dr. João de Menezes solicitou pelo telefonio uma audiência do Chefe do Estado. Foi-lhe respondido que êle o receberia imediatamente, desejando mesmo aproveitar a

sua intervenção para a completa cessação das hostilidades.

Da Presidência pediu-se à Cruz Vermelha que lhe enviasse um automóvel. O dr. João de Menezes chegou ao Palácio de Belém, acompanhado pelo inspector Afonso Dornelas. Vinha do Parque Eduardo VII. E foram-lhe entregues plenos poderes para, em nome do Govêrno, firmar o armistício.

Depois de os aceitar, disse ao Presidente da República que solicitára a audiência para lhe rogar que chamasse o dr. Sidónio Pais para constituir ministério. Ao que o Presidente observou que, visto achar-se a União Sagrada impossibilitada de governar, tinha por dever constitucional estabelecer uma plataforma política que permitisse o acôrdo da maioria parlamentar para a organização dum govêrno da opposição, e, como não lhe era lícito substituir-se aos partidos para a escolha dos seus representantes, ia convidar para presidir ao ministério o *leader* unionista ou, no seu impedimento, quem o Directório do mesmo partido lhe indicasse, esperando que em breve as eleições normalizariam a situação. O dr. João de Menezes instou ainda vivamente, mas o Presidente não anuiu.

## Plataforma politica

---

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

O sr. Presidente da República consultou os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados e os chefes dos partidos democrático e evolucionista sôbre a constituição dum ministério unionista nas seguintes bases :

Manutenção dos compromissos internacionais tomados para a nossa participação na guerra; cessação de tôda a acção revolucionária com a formação constitucional do ministério; restabelecimento da ordem pública, sem a mínima represália; introdução da prerrogativa da dissolução parlamentar na próxima reforma constitucional.

Tanto os presidentes das duas Câmaras, como os dois chefes políticos, acederam à indicação do Chefe do Estado.

Sua ex.<sup>a</sup> enviou uma carta ao dr. Brito Camacho, convidando-o a uma conferência.

8 de Dezembro de 1917.

## Ordem pública

Chegando ao Presidente da República a notícia dos hediondos assaltos dos revoltosos às casas dos dirigentes democráticos e dos selvagens atentados que se estavam perpetrando contra os republicanos fiéis às instituições, mandou escrever o seguinte ofício :

8 de Dezembro de 1917.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Major Sidónio Pais :

S. Ex.<sup>a</sup> o Senhor Presidente encarrega-me de comunicar a V. Ex.<sup>a</sup> que julga urgente falar-lhe sôbre assunto de tôda a gravidade para a Nação e para a República.

Saúde e Fraternidade.

*Luís Barreto da Cruz*

Secretário geral interino da Presidência.

Era intenção do Presidente reclamar o cumprimento do armistício.

Não tardou, porém, que o comandante

da divisão, general Mendonça e ~~Matos~~, viesse apresentar-se ao Presidente da República, pondo-se às suas ordens. E comunicou-lhe que acabava de responder a um officio em que a Junta Revolucionária lhe determinava a prisão de Norton de Matos, que só a autoridade do Presidente da República tinha de acatar.

A própria Junta dava, pois, o exemplo da continuação das hostilidades.

Por isso, quando, logo depois desta conferência, o capitão Feliciano da Costa, em nome do major Sidónio Pais, foi a Belém para saber o que o Presidente desejava, êste declarou-lhe que já se occupára do assunto, que era de ordem pública, com o comandante da divisão.

### O corpo diplomático

O embaixador do Brasil, dr. Gastão da Cunha, informou o Presidente da República de que todo o corpo diplomático exprimira entre si o seu aplauso ao propósito presidencial de se constitucionalizar a situação. E, recebida uma mensagem de Sidónio Pais, em nome da Junta Revolucionária, o

embaixador limitou-se a comunicar ao Ministério dos Negócios Estrangeiros que a recebera e dera dela conhecimento aos seus colegas.

### Projecto de renúncia

O Presidente da República tencionava, organizado o novo ministério, apresentar o seu pedido de renúncia. E chegou a redigir o seguinte officio :

Lisboa, 9 de Dezembro de 1917.

Il.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor António Xavier Corrêa Barreto, Presidente do Congresso da República.

Julgo-me no dever de apresentar ao Congresso da República o pedido da minha exoneração de Chefe do Estado.

Esperando que êle me releve esta resolução, reitero-lhe perante V. Ex.<sup>a</sup>, seu digno Presidente, os protestos da minha mais alta consideração e entranhável reconhecimento.

Saúde e Fraternidade.

*Bernardino Machado.*

## Tentativa dum ministério unionista

Não tendo sido possível ao Chefe do Estado avistar-se com o dr. Brito Camacho, a quem enviára por mão dum ajudante do ministro da Guerra uma carta, encarregou o sr. Barros Queirós de convidar o Directório do partido unionista a indicar-lhe uma pessoa com quem se entendesse para a formação do novo ministério. O sr. Barros Queirós obteve a aprovação da proposta presidencial pelo dr. Brito Camacho, que já se encontrava na *Luta*, e por outros dirigentes do seu partido. Mas, tendo-se o sr. José Barbosa dirigido ao chefe da revolta, foi-lhe por êste declarado que a Junta Revolucionária se considerava detentora de todos os poderes.

9 de Dezembro de 1917.

## O Presidente da República é convidado a resignar. — Sua resposta

O Presidente da República foi procurado na noite de 9 por quatro officiaes do exército, que lhe entregaram a seguinte carta :

A Junta Revolucionária, lembrando ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Bernardino Luís Machado Guimarães que S. Ex.<sup>a</sup> já não se encontra, de facto, na posse das fôrças necessárias que lhe garantam o livre exercício dos seus poderes, fôrças que neste momento se encontram exclusivamente em mãos da Junta Revolucionária, como única depositária, que é, da Soberania Nacional, deixa a S. Ex.<sup>a</sup> o julgar da oportunidade de livremente resignar o seu mandato.

Lisboa, 9 de Dezembro de 1917.

PELA JUNTA REVOLUCIONÁRIA:

O Presidente,

*Sidónio Pais.*

O Presidente da República deu imediatamente a seguinte resposta:

Lisboa, 9 de Dezembro de 1917.

Ainda quando, em presença duma ditadura militar, eu não pudesse exercer as minhas atribuições, continuaria a ser de direito o Chefe do Estado até à expiração legal do meu mandato. E cumpre-me mesmo dizer que julgo perigoso que, neste mo-

mento histórico de tamanha ansiedade, em que a Nação necessita de afirmar perante o mundo tôda a sua fôrça moral, ela deixe de ter à sua frente a autoridade legítima, que, segundo a Constituição, deve representá-la nas suas relações internas e externas. Querem abolir a Constituição da República? Vão entregar-nos, em meio da guerra, a um govêrno só de facto, com tôdas as contingências actuais do seu reconhecimento dentro e fora do país? Ninguém pensará em pedi-lo às nações nossas inimigas. E como havemos de sentar-nos, sem deminuição da nossa personalidade jurídica e comprometimento algum dos nossos mais sagrados interesses, ao lado dos aliados em tôdas as conferências internacionais? Como havemos de tomar o nosso lugar de honra no final Congresso da Paz? Invoco o seu patriotismo: não assumam tam tremendas responsabilidades!

*Bernardino Machado.*

## Dissolução do Congresso da República

A Junta Revolucionária, em nome da Nação, decreta:

Artigo 1.º — E' dissolvido o Congresso da República.

Art. 2.º — Ulteriormente, e no mais curto praso de tempo, o govêrno constituído convocará os colégios eleitorais, que escolherão os representantes da soberania nacional, com poderes para a revisão da Constituição.

Art. 3.º — Fica revogada a legislação em contrário.

Lisboa e sede da Junta Revolucionária,  
9 de Dezembro de 1917.

PELA JUNTA REVOLUCIONÁRIA:

O Presidente,  
*Sidónio Pais.*

## Prisão do Presidente da República

A's 4 horas da madrugada do dia 10, apresentaram-se no palácio de Belém os mesmos quatro officiaes que tinham entregado ao Presidente da República a carta do

presidente da Junta Revolucionária, declarando a s. ex.<sup>a</sup> que se devia considerar preso ali. Os oficiais faziam acompanhar-se de 40 praças de cavalaria 7, que ficaram cercando o edifício.

### **Destituição do Presidente da República**

A Junta Revolucionária, na plenitude dos poderes que a Nação lhe confiou, e que em cada momento lhe confirma :

Considerando que o Presidente da República não cumpriu a missão que lhe competia, de dar unidade moral às correntes de opinião política nacionais, em termos de assegurar um labor fecundo e útil ;

Considerando que a Nação perdeu a confiança no eleito pelo extinto Congresso da República, desde que reconheceu que no seu espírito prevaleciam razões de gratidão ao partido político que o elegêra, sôbre altíssimas e supremas razões de interêsse público ;

Considerando que, dissolvido pela Junta Revolucionária, em nome da pureza do regimen e como formal exigência nacional, o Congresso da República, que de há muito

se arvorára em esteio exclusivo e mero representante de interesses e domínio dum partido, cessou a fonte e origem de que proviera o Presidente da República ;

Considerando que o Presidente da República — não intervindo a tempo de evitar a luta, nem depois dela travada, a continuação do derramamento de sangue durante os dias 5, 6 e 7 de Dezembro, em que heròicamente, dum lado e doutro, se bateram portugueses — não compreendeu o nobilíssimo e libertador significado da Revolução :

A Junta Revolucionária, em nome da Nação, decreta :

Artigo 1.º — E' destituído do cargo de Presidente da República Portuguesa o cidadão Bernardino Luís Machado Guimarães.

Art. 2.º — Fica revogada a legislação em contrário.

Lisboa e sede da Junta Revolucionária,  
11 de Dezembro de 1917.

A JUNTA REVOLUCIONÁRIA :

*Sidónio Pais*  
*Machado Santos*  
*Feliciano da Costa.*

## Proscrição do Presidente da República

Considerando a necessidade e urgência de consolidar a obra patriótica que a Revolução se propõe realizar, com a tranquilidade e ordem que o país reclama,

A Junta Revolucionária, em nome da Nação, decreta :

Que o cidadão Bernardino Luís Machado Guimarães, ex-Presidente da República, reside fora do território nacional até o dia em que terminaria o seu mandato, se não tivesse sido destituído.

Lisboa e sede da Junta Revolucionária,  
11 de Dezembro de 1917.

A JUNTA REVOLUCIONÁRIA :

*Sidónio Pais*

*Machado Santos*

*Feliciano da Costa.*

**Protesto do Presidente da República contra os  
considerandos da Junta Revolucionária  
no seu arbitrário e nulo decreto de destituição**

Os dois primeiros considerandos envolvem numa heresia republicana uma dupla falsidade.

Não é lícito lançar sôbre o Presidente da República eleito por um partido que tenha a maioria parlamentar, o labéu do seu enfeudamento a êsse partido. Seria a condenação do regímen republicano, e é êsse, com efeito, o argumento maior com que os monárquicos pretendem desvirtuá-lo moralmente. Não é, de resto, exacto que eu fosse eleito só por um partido.

E todos que trataram comigo, do Governo e de fora dêle, seus partidários ou não, sabem perfeitamente que fui sempre, como devia, um Chefe de Estado constitucional, nunca de facção. Uni os dois partidos, democrático e evolucionista, no poder, e, se também não tomaram parte no Governo, sob a minha presidência, os unionistas, não foi por falta das minhas instâncias incessantes, porque todos os meios ao meu alcance lhes oferecia para reivindicarem os seus di-

reitos partidários e satisfazerem as suas justas aspirações governativas, tendo conseguido para êsse fim de completa União Sagrada o assentimento dos outros partidos.

Quando e em que deixei de fazer tudo para derimir constitucionalmente a contenda dos partidos?

A culpa das excessivas intransigências é dos que as tiveram; não me cabe a mim, que procurei sempre moderá-las. Havia de sobrepôr-lhes o meu arbítrio?

A acção do Presidente da República é sobretudo moral, e essa, exercia-a junto dêles a cada instante, indeclinavelmente, com a firmeza que todos me reconhecem. E, se mais não fiz, não foi porque me faltasse a autoridade que me dava todo o meu passado, em que nunca cedi parcialmente do meu critério a influências ou pressões estranhas, havendo atingido a suprema magistratura da nação através de lutas de opiniões e de ideias com todos os agrupamentos republicanos, o que para todos êles devia ser segura garantia da minha inteira imparcialidade.

O terceiro considerando é um flagrante êrro constitucional, porque a dissolução do

Parlamento não importa consigo, juridicamente, a destituição do Presidente da República por êle eleito. Até pela duração fixada constitucionalmente ao mandato presidencial, que é de quatro anos, a legislatura parlamentar que o elegeu, que é só de três anos, passa, e êle fica.

O quarto e último considerando é verdadeiramente uma hipocrisia da fôrça. Então os que não duvidaram acrescentar a guerra interna à externa, dividindo o exército português, quando todos devíamos estar estreitamente unidos contra os inimigos estrangeiros, são os que veem condenar quem não pactuou com êles?

E como se havia de discernir a mínima atenuante sequer a tal crime no pretendido significado da revolta, se ninguém sabia o que os revoltosos queriam, se proclamaram ao país, só finda a luta, e nenhum partido republicano aparecia a solidarizar-se com êles? Nem legitimamente o poderia algum fazer, visto que, repito, a todos eu oferecêra coparticipação no poder para, presidindo juntos às eleições da nova legislatura, e tornando a urna livre, confiarem o seu pleito ao *veredictum* soberano da opinião; nem para o partido que se solidarizasse com os

revoltosos, haveria a menor sombra de desculpa, quando todos sabiam que estávamos em vésperas de se declarar a crise ministerial no Parlamento, para cuja solução eu conferenciára já, repetidas vezes, particularmente, com os dirigentes políticos, como era do domínio público, tendo mesmo tratado de pontos capitais do programa do novo Govêrno com o dr. António José de Almeida, pondo-nos sôbre êles em completo acôrdo, e tendo feito valer ao dr. Afonso Costa a necessidade dum entendimento entre os três chefes de partido para se chegar a uma reforma constitucional viável, recebendo dêle a promessa de que, se fosse absolutamente necessário, convocaria o Congresso do partido para levar ao seu seio, com todo o espírito conciliador, a questão do princípio da dissolução, que era tenazmente reclamado pelos partidos evolucionista e unionista.

Não! não era crível que, por mais apaixonada e impaciente que estivesse a opposição, ella não pudesse esperar mais alguns dias apenas pela solução constitucional que se preparava e então se precisaria nos seus devidos termos satisfatórios. Tudo tornava, portanto, condenável a revolta e sus-

peito o seu desígnio, e impunha aos poderes constituídos a obrigação estrita de a reprimir até se reconhecerem na impossibilidade de restabelecer vantajosamente para todo o país a ordem pública.

Foi o que se fez. Esperei que, diante das forças fiéis, os revoltosos cedessem sem travar batalha, como em 13 de Dezembro de 1916, e essa esperança era-me confirmada pelo Ministro da Guerra e altas autoridades militares.

Infelizmente não sucedeu assim, e deu-se entre as tropas um recontro deplorável. Logo, porém, o Governo, para evitar maior mal, prolongando por sua parte a luta, me apresentou o seu pedido de exoneração, que aceitei, e eu mesmo intervim urgentemente para a pronta cessação das hostilidades.

E porque é que os chefes da revolta, se contavam com forças militares predominantes, não foram os primeiros a propôr generosamente as suas condições para se fechar o conflito sem derramamento de sangue? Lançando-se arrebatadamente ao combate, como se se entregassem só à sorte das armas, assumiram desde então, perante a História, as máximas responsabilidades.

Que lástima que não pudessem ter sur-

gido aqui de golpe para os conter, incutindo-lhes o seu nobre espírito de coesão e disciplina patriótica, os nossos soldados de França e de África!

Êsses, sim, que representam herôicamente a nação!

Porque os revoltosos nem pelo número a representam: êles não são só uma insignificante minoria para com a população civil, são-no ainda dentro do próprio exército. Nenhuma autoridade os investe. Não passam dum efêmero poder de acaso. Por si mesmos se destituem.

E daí, além do vexame, sem nome, da hora presente, os seus enormes perigos. Como conjurá-los?

República e ditadura são antinómicas, incompatíveis. Uma acaba com a outra. Acorde, pois, desta desastrosa surprêsa o nosso altivo povo, que em breve a fôrça irresistível da sua razão e do seu direito bastará, mais uma vez, para impô-lo soberanamente a todos, sem novos sobressaltos e dilacerações. E' mesmo uma questão de honra e de decôro nacional.

Belém, 12 de Dezembro de 1917.

*Bernardino Luís Machado Guimarães*

Presidente da República Portuguesa.

Os revoltosos, mantendo incomunicável o Presidente, impediram a publicação imediata dêste protesto, que, por isso, só veio a lume depois da sua partida.

### Visita dos ministros aliados

Nos dias da prisão em Belém, o Presidente da República foi visitado pelo embaixador do Brasil e pelos ministros da França e Bélgica. O de Inglaterra, que pedira também autorização para o visitar, não chegou a tempo.

### Observação dum deputado belga

Auguste Mélot, deputado belga, que passava por Lisboa em missão diplomática para a Argentina, disse ao ministro da Bélgica, depois de visitar o teatro da revolta:

“— Parece incrível que assim, por meios tam rudimentares, se convulsionem as instituições dum país.”

## O Brasil

O nosso ministro, Duarte Leite, foi encarregado por Sidónio Pais de saber a opinião do Govêrno brasileiro sôbre a revolta. O ministro das relações exteriores, Nilo Peçanha, guardando reserva sôbre a questão interna, disse-lhe que o Presidente da República brasileira e o seu govêrno lamentavam profundamente os actos praticados contra o Presidente da República portugueza, e que êle aproveitava o ensejo para lhe pedir que, em nome do Presidente, significasse ao Govêrno portuguez o seu desejo de ver revogado o decreto de exílio do Presidente da República.

Duarte Leite, antes de realizar formalmente o pedido, fêz a sondagem, interessando-se pessoalmente. Sidónio Pais respondeu que as palavras do dr. Bernardino Machado à Junta insurreccional, *apelando para a intervenção do corpo diplomático*, irritaram os sentimentos patrióticos do país, a ponto de o tornar tam impopular, que lhe seria extremamente difícil defender-lhe a vida.

A recusa de Sidónio Pais contrariou de-

veras tanto o Presidente, Wenceslau ~~de~~ <sup>Brasil</sup> como o ministro das relações exteriores, Nilo Peçanha, e as relações entre os dois govêrnos ressentiram-se.

### O rei de Inglaterra

O rei Jorge V, de Inglaterra, em conversação com o ministro do Brasil, Fontoura Xavier, lembrando a visita do Presidente da República portuguesa a Londres, mostrou-se-lhe muito penalizado com o acontecimento de 5 de Dezembro.

REPÚBLICA



PORTUGUESA

Retrato

GOVERNO CIVIL

DO

DISTRITO

DE

LISBOA

1.ª Repartição

N.º 2863

Registado no livro 14

a fl. 25

SINAIS

Idade, 67 anos.

Altura, 1<sup>m</sup>.

Rosto, oval.

Cabelos, grisalhos.

Sobrolhos, castanhos.

Olhos, castanhos.

Nariz, regular.

Bôca, regular.

Côr, clara.

SINAIS PARTICULARES



Estampilha, 7521.

*Concedo passaporte ao Dr. Bernardino Luís Machado Guimarães, ex-Presidente da República Portuguesa, para a Europa.*

*Vai residir no estrangeiro, por virtude do disposto no Decreto de onze do corrente mês, até ao dia cinco de Outubro de mil novecentos e dezanove.*

*Abonado por .....*

*Rogo ás autoridades administrativas e a tôdas aquelas a quem pertencer o seu conhecimento, não ponham embaraço algum ao portador.*

*Valioso por tempo de um ano.*

*Dado em Lisboa, aos catorze de Dezembro de 1917.*

O Governador Civil,

*Henrique Forbes Bessa.*

O Chefe da Repartição,

Assinatura do portador,

*Leonel Tavares de Melo.*

## Documentos do Estado

A Junta Revolucionária pensou em verificar na fronteira se o Presidente da República levaria consigo algum documento do Estado. Mas êle protestou contra tal vexame. E, no dia da partida, o official Caimeira declarava-lhe que ninguém lhe abria a bagagem.

## Chegada a Madrid

A' chegada à estação do caminho de ferro, em Madrid, o Presidente da República era esperado pelo ministro de Portugal, Augusto de Vasconcelos, e pelos professores Manuel Cossio e Ricardo Rubio, da Institución libre de enseñanza.

## Azcarate

Tendo falecido o eminente professor e parlamentar espanhol, Gumercindo Azcarate, o Presidente da República foi pessoalmente apresentar à família os seus pêsames.

## Aos jornalistas espanhóis

O Governo estava tam absorvido pelas preocupações da guerra, que não tomou precauções bastantes para a eficaz defesa interna da Constituição republicana, quando, pelo efeito da exploração da nossa própria intervenção militar, tantos gérmes de desassocêgo e irritação se geravam e espalhavam pelo país. Quero pensar que a actual ditadura não tentará já, como a de 1915, romper abertamente os nossos compromissos internacionais, até porque, apesar de todos os seus sofrimentos e desgostos, a nação erguer-se-ia com altivez contra ela, acordando de pronto desta surprêsa. Também a nação há-de acordar para impôr os seus direitos constitucionais. O que convem, é que a eliminação da ditadura se opere sem novo sobressalto e dilaceração. A fôrça da razão pública bastará, se fôr possível fazer-se a propaganda. A prova é o temor em que os ditadores estão de quem, como eu, não foi nunca senão um propagandista, um educador.

Dezembro de 1917.

## Rectificação

Mr. le Président de la République Portugaise déclare inexacte l'information qui a été donnée dans quelques journaux de Lisbonne relatives à ce qui s'est passé lors de son arrivée à la frontière espagnole. La vérité c'est qu'il s'est borné à répondre aux compliments des cadets de l'École de guerre qui lui présentaient les armes, sans échanger à ce propos aucune parole d'appréciation, remerciant aussi tout simplement en quelques mots de leurs attentions personnelles les deux officiers ainsi que le fonctionnaire civil qui l'accompagnèrent et ne les chargeant de rien pour le gouvernement insurrectionnel.

Madrid — Décembre, 1917.

*(Agence Rádio.)*

## Victor Joneco

O sr. Victor Joneco ofereceu ao Presidente da República, em Madrid, no dia 20 de Dezembro de 1917, o texto do discurso que tencionava dirigir-lhe na entrega das suas credenciais.

### Monsieur le Président

J'ai le grand honneur de me présenter devant Votre Excellence, comme envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire roumain, au nom du souverain illustre qui personnifie à l'heure actuelle tous les sentiments de notre peuple, ainsi qu'au nom du gouvernement national, composé de dirigeants tels que la nation a toujours souhaité d'avoir. Car, chez nous, malheureusement, comme ailleurs, les gouvernements étaient formés par des partis qui se transmettaient rotativement le pouvoir et non pas selon le désir du peuple qui voulait être dirigé par des hommes ayant toute sa confiance et qu'il avait appris à connaître, à aimer et à respecter.

Ainsi étant, Monsieur le Président, je

viens fier, car je puis affirmer avec courage qu'en représentant mon très aimé et grand capitaine, mon illustre souverain, ainsi que mon gouvernement, je représente ici la nation roumaine toute entière, avec ses souffrances, son héroïsme et ses aspirations.

Ma tâche est très facile, parce que je me trouve dans un pays qui peut servir de modèle au monde: libre et courageux défenseur de l'humanité contre l'injustice où qu'elle fut commise. Nous avons la preuve la plus éclatante de cette vérité dans votre beau geste, car le Portugal a été l'un des premiers pays entrés dans le conflit, dans cet effroyable carnage qui a pris le nom de guerre, sans le moindre profit pour lui, sans faire de révendications territoriales. Rien. Mais uniquement pour la grandeur et la beauté de la cause, pour le respect de la justice et du droit national des peuples.

Monsieur le Président, les sentiments de nos deux peuples sont les mêmes.

Je suis donc heureux d'être auprès de vous pour pouvoir vous dire les souffrances séculaires de notre race, notre droit historique ainsi que l'héroïsme du peuple roumain, afin que vous puissiez être plus satisfait encore de votre beau geste et afin que

vous puissiez continuer de lutter sans économie de sang et de biens pour la cause de la civilisation, de la justice et des nationalités.

La Roumanie salue par ma voix l'heureuse République du Portugal, qui dans un laps de temps si court a réussi à réaliser les réformes intérieures les plus courageuses et les plus utiles et qui mènent, sûrement, un peuple sur la voie de la vraie civilisation. Et c'est de la même manière que s'explique aussi le beau rôle que vous jouez dans cette effroyable guerre, sans intérêt propre, mais dans un intérêt général, celui de sauver l'humanité de la tyrannie teutonne.

Permettez-moi, Monsieur le Président, de terminer ces quelques paroles brèves en suivant une impulsion de mon âme qui me demande de crier:

Vive la République Portugaise!

**O ministro de Inglaterra em Lisboa**

(British Legation)

Lisbon, le 18 Décembre 1917.

Cher Dr. Bernardino Machado

Je tenais beaucoup à voir Votre Excellence pour vous exprimer toutes mes sympathies et vous faire mes adieux avant votre départ de Lisbonne et j'ai demandé l'autorisation des autorités de venir à Belem vous voir. Cette autorisation était donnée, mais malheureusement elle m'est parvenue seulement quelques minutes avant l'heure où je devais me présenter au Palais. Mes collègues de France et de Belgique ont été plus heureux, en ayant eu la chance de pouvoir serrer votre main.

J'ai beaucoup pensé à vous pendant ces tristes jours d'incertitude, et je serais vraiment désolé si vous aviez cru que j'avais oublié le Président, qui m'a témoigné tant de confiance et d'amitié, dans ces moments de tristesse et d'inquiétude. Encore une chose que je voudrais mettre au clair. La nuit même où l'on a arrêté Votre Excellen-

ce, on m'a téléphoné du Palais. J'étais fatigué et très endormi et tout ce que je m'en rappelle, c'est qu'il s'agissait de quelque chose qui pouvait attendre jusqu'au matin. Peut-être je me trompe, et, s'il en est ainsi et que j'aurais pu vous être utile (·) à ce moment là, je ne me pardonnerai jamais cette faiblesse corporelle.

J'ai appris que Monsieur Norton de Matos et ses deux compagnons sont bien arrivés à Gibraltar, où l'Amiral leur a donné l'hospitalité de sa maison. Je crois que la plupart des Messieurs qui se sont réfugiés sur le «Woodnut» et qui l'ont quitté avant son départ, sont déjà libres après avoir été mis en prison pour quelques jours.

Comme vous m'avez dit si souvent, les Portugais ont les cœurs bons, et je suis convaincu que, n'importe quel Gouvernement soit au pouvoir, j'aurai le plaisir de serrer la main de Votre Excellence, dans un avenir non trop lointain, à votre retour en votre pays, qui vous est si cher.

Je vous prie de rappeler ma femme et moi à Mesdemoiselles vos filles, et d'agréer

---

(·) Preocupação exclusivamente da amabilidade do ministro.

la nouvelle assurance de la haute considération de votre bien dévoué,

*Lancelot D. Carnegie.*

Madrid, 27-12-1917.

Mon cher Ministre

J'ai aussi beaucoup regretté de ne pas vous avoir eu avec moi à Belém, au moment de mon départ, pour vous serrer la main, comme j'ai été très heureux de le pouvoir faire à vos bons collègues qui sont allés me dire adieu.

Mais j'étais bien sûr de votre précieuse amitié, dont je venais même d'avoir encore une preuve inoubliable dans les soins que, à ma demande, vous avez bien voulu prendre avec tant d'empressement pour Mr. Norton de Mattos. Et je suis très content de le constater, avec la plus grande reconnaissance, en recevant votre si aimable lettre. Heureusement les révoltes n'ébranlent pas mes meilleures relations.

En vous priant, mon cher Ministre, de présenter mes hommages les plus dévoués à Lady Carnégie, j'ajoute à l'expression tout à fait cordiale de mes vœux person-

nels, pour vous et pour votre famille, celle de la haute estime et considération du Président de la République Portugaise au très honorable Ministre d'Angleterre à Lisbonne.

*Bernardino Machado.*

### **O ministro da Bélgica em Lisboa**

Lisbonne, le 23 Décembre 1917.

Mon cher Monsieur le Président

Je m'empresse de vous adresser tous mes bien sincères remerciements pour l'aimable surprise que vous avez bien voulu me faire, en m'envoyant votre photographie (\*).

Croyez bien que j'apprécie beaucoup votre aimable pensée. Ce souvenir me rappellera souvent votre amabilité et nos bonnes relations qui ont duré pendant six années.

Je prie Votre Excellence d'agréer pour

---

(\*) O embaixador do Brasil e o ministro de França em Lisboa agradeceram igualmente a fotografia que o Presidente da República lhes enviára também à partida.

elle même et pour toute sa famille tous nos meilleurs voeux pour l'année qui va commencer et de croire à l'assurance de ma plus haute considération et mes sentiments dévoués.

*R. Leghait.*

### Norton de Matos

Gibraltar, 24-12-17.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da República Portuguesa e meu Prezado Amigo

Tenho o telegrama de V. Ex.<sup>a</sup>, que muito agradeço e que com grande prazer recebemos por nos trazer boas palavras suas. Aqui estamos desde o dia 13, à tarde. Partimos de Lisboa no dia 12 pelas 14 horas e fizemos no "Woodnut" uma excelente viagem. Fomos muito bem recebidos pelas autoridades inglesas. Para o Governador de Gibraltar trouxe uma carta do Carnegie, que em Lisboa nos prestou inolvidáveis serviços. O consul de França aqui também tem sido muito amável connosco, e é pelo correio dêle que mando esta carta a V. Ex.<sup>a</sup>

Muito nos penhorou o oferecimento que de V. Ex.<sup>a</sup> recebemos a bordo do "Woodnut" para nos fornecer aquilo de que carecêsemos.

Pouco tempo depois, chegou-nos a notícia da sua prisão e dos dois decretos. O primeiro acto considero-o uma violência inqualificável e extremamente prejudicial para a nossa pátria; os dois decretos considero-os nulos e erros colossais.

Admirável e irrespondível a proclamação de V. Ex.<sup>a</sup>

.....  
Com a maior consideração e respeito,  
sou

De V. Ex.<sup>a</sup>  
am.<sup>o</sup> m.<sup>to</sup> ded.<sup>do</sup> e obg.<sup>do</sup>  
e m.<sup>to</sup> at.<sup>to</sup> ven.<sup>or</sup>,

*J. Norton de Mattos.*

## Leote do Règo

Gibraltar, 24-12.

Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Como dar a V. Ex.<sup>a</sup> boas-festas? Elas serão, como as minhas, longe da pátria, mas V. Ex.<sup>a</sup> ao menos com a fortuna de estar acompanhado de suas filhas.

A minha solidão é absoluta. Nem cartas me deixam chegar às mãos, parecendo talvez a êsses meus encarniçados inimigos que não foi bastante destruirem completamente a minha pobre casa!

Nada sabemos além do que dizem os jornais espanhóis e franceses.

A ignomínia, segundo vejo no *Liberal*, chega ao ponto de afixarem papéis insultuosos para mim. Como êles conhecem mal os bons marinheiros de Portugal! Se há 10, 20 ou 200 capazes de se bandearem com os inimigos, a grande maioria não se ilude. Pobre pátria portuguesa! Chegados ao tôpo da íngreme ladeira, quando já se olhava para nós com respeito e simpatia, o caminho volta agora a ser para trás, porque tudo se dispõe, ao contrário do que se diz

e se promete, para destruir, ou, pelo menos, para reduzir ao mínimo o nosso esforço.

Do corpo de exército passar-se-há talvez para a simples divisão, e assim a valente mocidade continuará a bater-se no Rocio, rua do Ouro e, quando muito, na Rotunda.

Parece que já está iminente o reconhecimento. A política internacional é assim.

Aqui me tem V. Ex.<sup>a</sup> inteiramente ao seu dispôr.

Tenho a honra de ser

De V. Ex.<sup>a</sup>  
am.<sup>o</sup> m.<sup>to</sup> grato e ven.<sup>or</sup>

*Leote do Rêgo.*

### Afonso Costa

Ao cônsul português, Crêspo, e ao advogado espanhol, grande amigo de Portugal, Ruben Landa, foram pedidas instantemente para Badajoz notícias do dr. Afonso Costa, preso em Elvas, e ambos informaram logo pelo telégrafo. O dr. Landa referia seguidamente em carta:

«Dos días antes de mi visita, habia venido a Elvas un juez de Lisboa, que tomó declaración à Costa y decretó su incomunicacion absoluta, aun de su mujer y hijos.»

### Acolhimento em Madrid

O Presidente da República foi muito afectuosamente acolhido em Madrid. O rei cumprimentou-o pelo seu gesto perante a intimação dos revoltosos. Visitaram-no, além do pessoal da Legação, do cônsul, do adido militar de Portugal, as principais personalidades da política, da imprensa e do magistério de Espanha. Hermenegildo Giner ofereceu-lhe para residência a sua casa de Barcelona. Convidaram-no, e às suas filhas que o acompanhavam, para jantar, nos dias de Natal, Ano Novo e Reis, o conde Lopez de Muñoz, Fernando Lozano e Manuel Cossio com Ricardo Rubio, os dois companheiros íntimos de Francisco Giner. Obsequiaram-no também muito especialmente os embaixadores de França e de Inglaterra, e as famílias Carmen de Burgos, Carracido, Condessa de Pardo Bazan, Echer-varrieta, Faustino Prieto, José Maria Gon-

zales, Marquês de Palomares de Duero, Pedro Blanco (casado com D. Alice Pestana) e Salmeron.

Basílio Paraíso, colaborador de Joaquim Costa, ofereceu-lhe um banquete, em que tomaram também parte José Maria Gonzales, José Pedregal, Leonardo Rodriguez, Miguel Moya, Pablo Salmeron e Santiago Alba. E ilustres jornalistas lhe dedicaram as referências mais obrigantes.

### **Francisco Giner e Luís Morote**

Antes de sair de Madrid, o Presidente da República foi ao cemitério depôr ramos de flores sôbre os túmulos de Francisco Giner e Luís Morote.

### **João Chagas**

O Presidente da República soube pelo dr. Xavier da Silva que João Chagas, o ministro de Portugal que, para não servir o Dezembrismo, se exonerára do seu cargo, se achava com a saúde muito abalada pela nossa catástrofe política. E fêz logo tenção de ir visitá-lo.

De Paris, 25 de Dezembro de 1917.

Dr. Bernardino Machado  
Palace-Hotel — Madrid

Julgo da maior conveniência a vinda imediata de Vossa Excelência.

*Chagas.*

De Madrid, 28 de Dezembro de 1917.

João Chagas  
Avenue Kleber, 35 — PARIS.

Espero visita Norton. Partirei logo, avisando-o.

*Bernardino Machado.*

De Madrid, 31 de Dezembro de 1917.

João Chagas  
Avenue Kleber, 35 — PARIS.

Conto partir quarta-feira.

*Bernardino Machado.*

## Passaporte

Madrid, 12 de Janeiro de 1918.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Doutor Sidónio Pais

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Em aditamento ao meu officio n.º 2-A, de 9 do corrente, sôbre a partida para Paris do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Bernardino Machado, inclusos tenho a honra de enviar a V. Ex.<sup>a</sup> dois recortes do *Diário Universal* de 10 e *El Sol* de hoje, contendo os últimos ecos da passagem de S. Ex.<sup>a</sup> por Espanha.

No cumprimento do meu dever de informador, levo ao superior conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup> o seguinte caso.

O sr. dr. Bernardino Machado, cujo passaporte não fôra, como é praxe, visado pelas autoridades francesas em Lisboa, teve, para poder entrar em França, que cumprir aqui essa formalidade, e, em vez de ir ao Consulado, como competia ao passaporte que trazia, enviou êste à Embaixada de França (·), que prontamente o legalizou. O

---

(·) Por desejo do embaixador.

pessoal, porém, que ali se encarrega de tal serviço, fêz reparo, de modo que me constou a sua estranheza, de que um ex-chefe de Estado e embaixador fôsse portador dum passaporte da Polícia e não diplomático.

Para o caso de V. Ex.<sup>a</sup> achar digno de atenção êste reparo, tomo a liberdade de lembrar que se poderia considerar aquele passaporte provisório e ser enviado um definitivo (com ou sem retrato), visado em Lisboa, e possivelmente aqui, o qual depois em Paris podia ser trocado pelo primeiro, ao ser apresentado às autoridades portuguesas para o "visto".

Saúde e Fraternidade.

*A. Ferreira d'Almeida*

Encarregado de Negócios (\*).

### **Chegada a Paris**

À chegada a Paris, o Presidente da República era aguardado na estação por João Chagas. E êste comunicou-lhe que o nosso

---

(\*) Foi logo retirado de Madrid.

ministro em Londres, Teixeira Gomes, que estava nesse momento em Paris, de passagem para Lisboa, não podendo comparecer na estação, iria ao hotel apresentar-lhe os seus respeitos.

### Alves da Veiga

Logo após a sua chegada, o Presidente recebeu a visita do dr. Alves da Veiga, nosso ministro na Bélgica, que o acompanhára ao *front* belga. Mostrou-se-lhe inclinado a exonerar-se, se êle julgasse que o devia fazer. Mas o Presidente recusou-se a pronunciar-se.

### Desmentido e rectificação

---

#### NOTE FOURNIE À LA PRESSE

En donnant mon entière solidarité à toute réaction patriotique contre la dictature qui nous deshonore devant le monde, j'oppose avec indignation le démenti le plus formel à la note officieuse qui m'attribue calomnieusement une interférence dans le mou-

vement des marins qui vient de se produire à Lisbonne.

Paris, 15-1-918.

“HAVAS..

Journaux portugais, reproduisant la dépêche «Havas», interprétèrent mal les paroles de Bernardino Machado, qui ne put jamais dire que la dictature pouvait maintenir Constitution et intervention militaire, mais, au contraire, qu'il n'avait de confiance que dans la nation et le peuple portugais pour le faire.

Paris, 18-1-918.

### Cumprimentos

O Presidente da República foi cumprimentado pelo chefe do protocolo, William Martin, em nome do Presidente da República francesa, Raymond Poincaré, por Paul Deschanel, presidente da Câmara dos Deputados, e por muitas outras personagens, que o receberam com a maior simpatia. Os embaixadores de Espanha e de Inglaterra fizeram-lhe entrega dos diplomas das

condecorações que, na sua visita em 1917 aos Chefes de Estado das duas nações, lhe haviam sido conferidas. Também lhe apresentaram os seus respeitos o pessoal da Legação (excepto o Encarregado de Negócios), o cônsul dr. Armando Navarro, o vice-cônsul Alberto Goupin de Sousa e o adido militar, coronel Ortigão Peres.

### Álvaro da Cunha

Paris, 15-1-1918.

Ex.<sup>mo</sup>. Sr.

Lembrei-me de oferecer a V. Ex.<sup>a</sup> o meu tarimbo, caso V. Ex.<sup>a</sup> queira servir-se do meu nome para enviar a sua correspondência.

Ficarei em Monte Carlo cêrca de um mês, e lá não tenho necessidade dêle. Se, durante êste tempo, V. Ex.<sup>a</sup> voltar para Portugal, o que desejo de todo o meu coração, rogo deixá-lo na Legação do Brasil, Quai Debilly, 34, onde êle me será entregue.

Tenho a honra de me subscrever

De V. Ex.<sup>a</sup>  
cr.<sup>o</sup> m.<sup>to</sup> at.<sup>to</sup> e ven.<sup>or</sup>

*Álvaro da Cunha,*

## Almôço no Eliseu

(19-1-1918)

Mr. le Secrétaire (Mr. Olivier Sainsère)

4			
Mr. Edmond Perrier.	3	3	Mr. Poincaré (recteur de l'Université)
M.elle Jerónima Machado.	2	2	Mr. Buisson
Mr. A. Carnot	1	1	Madame Stanislas Meunier
Mad. R. Poincaré	0	0	Mr. le Président
S. E. Mr. le Président Machado	1	1	M.elle Maria Machado.
Mad. Boutroux	2	2	Mr. Boutroux
Mr. Stanislas Meunier	3	3	Mad. la Secrétaire

Son Excellence Monsieur le Président Machado est prié de donner le bras à Madame Poincaré et de la placer à sa gauche.

## Falsas notícias

Ministro de Portugal  
Madrid.

Desejo saber se se desmentiram as falsas notícias da minha expulsão e do meu entendimento com Armando d'Azevedo.

Paris, 20-1-918.

*Bernardino Machado.*

---

Madrid, 21 de Janeiro de 1918.

Docteur Bernardino Machado  
Hotel Majestic — Paris.

Nouvelle expulsion, quoique pas publiée à Madrid, démentie par le journal *Sol*. Entendement avec Azevedo paru note officielle des journaux de Lisbonne. Respectueux compliments.

*Chargé d'Affaires de Portugal.*

## As vítimas da ditadura militarista

Paris, 22 Janvier 1918.

Monsieur

Monsieur le Président Bernardino Machado me charge de vous prier de bien vouloir, en présentant ses compliments à Son Excellence Monsieur Poincaré, lui renouveler l'expression de l'intérêt qu'il prend pour les victimes de la dictature militariste portugaise.

Monsieur le Président de la République Française s'est déjà daigné lui signifier qu'il partageait ses sentiments de sympathie envers eux. Et, comme leur situation est vraiment trop cruelle, il aimerait savoir si, évidemment en dehors de toute intervention indue dans nos luttes, on trouverait moyen de concourir à atténuer de telles atrocités. Veuillez agréer...

Monsieur le Secrétaire Général de la  
Présidence de la République  
PARIS.

(Assinada pelo secretário particular  
do Presidente da República.)

O mesmo interêsse tinha o Presidente da República significado em Madrid ao Governo inglês por intermédio do embaixador Hardinge.

Présidence  
de la  
République

Paris, le 23 Janvier 1918.

Monsieur

Mr. le Président s'est entretenu avec Mr. le Ministre des Affaires Étrangères de la question qui lui avait été signalée par Mr. le Président Machado.

.....

Veillez croire, Monsieur, à mes sentiments très dévoués.

*Sainsère.*

### A Maçonaria francesa

A Maçonaria francesa celebrou em honra do Presidente da República portuguesa uma sessão solene, falando, além dos seus altos representantes, o comandante Leote do Rêgo, que fêz uma conferência sôbre Portugal na guerra.

## Liga dos direitos do homem e do cidadão

Foi-lhe igualmente dedicada uma sessão da Direcção da Liga dos direitos do homem e do cidadão, presidida por Buisson, perante a qual êle expôs a situação internacional portuguesa.

### O crime de Dezembro

(PROCLAMAÇÃO)

Cometeu-se em Portugal um crime abominável. Não se exaltaram só culposamente as polémicas políticas. Assaltou-se o poder, despedaçando-se a Constituição da República, que era o código fundamental dos direitos da democracia portuguesa. E com as piores agravantes. Estávamos em guerra, e todos tínhamos de unir-nos como um só homem e como um só cidadão, em nome da salvação pública.

Nenhum motivo legítimo havia internamente para dissentimentos irreductíveis. As reclamações partidárias que, ainda neste momento, se formulassem, deviam, mais que nunca, ser debatidas constitucional-

mente, com a maior serenidade, e tôdas podiam ser constitucionalmente satisfeitas, dentro do nosso regime de livre opinião, ao favor mesmo do espírito de concórdia que se impunha aos representantes da soberania nacional. Basta dizer que, pelo próprio voto da maioria parlamentar, todos os partidos eram convidados a tomar parte na governação, que, para mais, se ia abrir a urna para a consulta do país em condições de excepcional garantia para as imunidades das minorias, desde que elas se fizessem representar no Ministério, e, ainda, que as novas câmaras teriam mandato constituinte, e assim chegára o momento de se poder inserir legalmente na Constituição o princípio da dissolução parlamentar, reclamado como indispensável ao nosso direito público não só por uma das minorias políticas, mas por ambas, o que de-certo inclinava fortemente para a sua adopção, que naturalmente a maioria, tam desejosa da União Sagrada, procuraria, por sua parte, facilitar por meio duma fórmula conciliatória, cercando essa prerogativa das prevenções necessárias contra o arbítrio governativo. Nada, portanto, atenuaria o crime de se acrescentar a guerra interna à guerra externa.

Quem, pois, diante do inimigo estrangeiro, franqueado assim inteiramente o terreno das competições legais, se lançaria na insurreição armada, rasgando e calcando aos pés a Constituição, que não é um farrapo desprezível de papel, e ferindo parricidamente a própria vida da nação, como o faria um traidor ao serviço do inimigo estrangeiro?

O atentado contudo consumou-se.

E, desde então, todos os direitos foram postergados em Portugal, e não há violência que a ditadura autocrática e militarista, que saiu da sedição, melodramaticamente, como se saísse dum capacete prussiano, não perpetre para se agarrar ao poder. Os maiores propagandistas da República e da nossa intervenção militar ao lado dos povos livres estão exilados ou presos ou em sequestro político, e tôdas as liberdades lhes foram arrancadas, até a de se defenderem das calúnias com que os pretendem difamar. E, a aplaudir e a encarniçar as perseguições, a chusma de quantos conspiram raivosamente contra a República desde os seus inícios, e quantos, desde que nos decidimos a tomar o nosso pôsto no concôrto das nações aliadas, como nos ditava o de-

ver e o interêsse nacional, conspiram contra a guerra insolentemente ou dissimuladamente, em campanhas afrontosas, deprimidas e equívocas para a nossa bravura e para o nosso brio. E' toda a reacção interna, consectária e cúmplice da reacção externa. A ditadura personifica-as.

Nunca corremos maiores perigos. Se qualquer aventureiro, por um golpe de surpresa, preparado nas sombras mais suspeitas, logra, sem encontrar resistência tenaz e repressão colérica, apoderar-se impudentemente, por suas próprias mãos, das supremas insígnias do govêrno da nação, que será da nossa integridade e independência? Que exemplo e que incitamento! Só podem acatar a sua usurpação os que cobicem ou mercadejem os nossos despojos. E haverá ainda portugûes que a cinja e sagra do direito revolucionário? O direito revolucionário do desmembramento e esfacêlo nacional...

Envidamos successivamente tôdas as forças da democracia portuguesa para defendermos a liberdade sôbre o nosso solo, proclamando a República, e, depois, para a defendermos lá fora também, enfileirandonos entre os exércitos aliados. Pois agora

necessitamos instantemente de concentrá-las tôdas, redobrando-as, se é possível, pelo ímpeto do nosso arranque, para travarmos ao mesmo tempo as duas batalhas. O futuro, a existência da pátria, depende do nosso ardor indomável em ambas. O inimigo é, afinal, o mesmo.

Cidadãos! Por Portugal!

Paris, Fevereiro de 1918.

### Clémenceau

Reclamei contra a censura e contra a proibição da conferência do comandante Leote do Rêgo. O chefe do Govêrno providenciou logo na minha presença. Testemunhando-me a sua simpatia pela situação constitucional portuguesa, conversamos um pouco sôbre o acto eleitoral que se preparava em Portugal. Desejou que eu falasse com Mr. Pichon. Observei-lhe que já tínhamos conversado, mas que me parecêra demasiadamente preso ao critério inglês, o que eu sentia, porque a aliança luso-britânica é entre povos livres e nós temos também uma política luso-francesa.

Paris, 23-2-918.

## A obra da República

(1910-1917)

Só podem falar em República nova os que intentam, sob esta forma insidiosa, atacar nos seus próprios fundamentos as instituições republicanas.

Ignora alguém a obra da República desde 5 de Outubro de 1910 a 5 de Dezembro de 1917?

Vamos recordar alguns dos seus traços principais.

Foi a República que, consagrando a soberania do direito no nosso código fundamental, nos trouxe, com a livre representação nacional em todos os seus graus, a nossa independência e dignificação cívica.

O Parlamento, que era uma instituição gasta, mera chancela do antigo ministério do reino, ao qual deputados e pares deviam geralmente, nos últimos tempos, o seu diploma, passou, quaisquer que sejam ainda as pechas da sua compleição partidária, a constituir verdadeiramente a mais alta representação directa da soberania popular, desoprimida dos agentes civis e clericais, que, ligados à autoridade pública, dispu-

nham dantes, a seu belprazer, dos favores dos escrivães de fazenda e das juntas da inspecção médica militar, bem como das graças e benesses do poder.

A República feita pelo povo não precisa, para contar com o seu voto, de semelhante tráfico. O Parlamento tem, pois, hoje, um prestígio que só êle, pelos desmandos das suas lutas, pode por vezes empanar, não sendo justo deixar de reconhecer que todos os seus êrros resgatou nobremente pelo patriotismo de que repetidamente fêz prova, sobretudo nos graves momentos por que, desde Agôsto de 1914, passamos, nos quais soube honrar e servir a nação com a mais briosa inspiração dos seus deveres para com ela. Um Parlamento monárquico não tinha liberdade para o fazer e ilaquear-nos-ia, fatalmente, nas cavilações germanófilas da reacção.

As Juntas gerais de distrito, as Câmaras municipais e as Juntas de paróquia, que eram compostas, em regra, de serventuários do poder, e por isso se achavam decaídas e inanes, reviveram, reconstituindo-se activamente a nossa vida local. Pode mesmo dizer-se que foi com a República que as corporações paroquiais, núcleos populares

da nossa administração pública, tomaram consciência da sua função secular, desentranhando-se nos serviços da sua competência às famílias agrupadas sob a sua jurisdição. E a obra de descentralização que ela fêz na metrópole, fê-la também, com o mais largo espírito liberal, nas colónias.

Já não lembram os ataques violentos aos direitos de opinião, a guerra especialmente movida aos jornais e centros democráticos?

Os monopólios inçavam, de todos os géneros, incluindo os da alimentação.

E não era lícito professar senão a religião do Estado, sob pena das mais rancorosas perseguições. O registo, a desobriga, a cõngrua, mantinham ainda o regime teocrático. A lei impunha o dogma. Entre outros processos por delito religioso, instaurou-se um contra um publicista que puséra em dúvida a origem divina do sacramento do baptismo.

A República teve desde a primeira hora de nos desafrontar de tais prepotências, reivindicando em todos os terrenos os direitos da liberdade de pensamento, de trabalho e de crença, e estatuiu novos direitos à mulher e à criança nas leis da família e do divórcio.

Ela expulsou os jesuítas e dissolveu as congregações de frades e freiras, como o haviam feito, mas em vão, sob o antigo regime, Pombal e os grandes liberais; e, secularizando a família, a escola, a justiça e os poderes públicos, submeteu as reuniões e associações religiosas ao domínio da lei civil.

Foi a República que elevou e engrandeceu a educação nacional, escravizada ao nuto do altar e do trono. Conferiu aos seus institutos tãda a independência pedagógica e tãdas as franquias não só religiosas, mas também económicas e jurídicas, condição basilar do livre desenvolvimento dos estudos. Desapareceram dentro dêles rezas e juramentos confessionais. Os corpos docentes administram agora autõnomamente os rendimentos escolares. E é por eleição própria que escolhem os seus chefes. A República acrescentou à antiga Universidade de Coímbra duas novas Universidades, em Lisboa e no Pôrto, acrescentando também a de Coímbra com uma Faculdade de letras, a de Lisboa com uma Faculdade de direito e a do Pôrto com a Faculdade de sciências e a Faculdade técnica, em que se incluíram as aulas da antiga Academia Politécnica. E, no seu cuidado

pelo ensino profissional, a que atendeu em todos os graus, pondo-o à altura das exigências modernas, fundou o Instituto Superior do Comércio e o Instituto Superior Técnico, e, pelo desdobramento e ampliação das antigas aulas, o Instituto Superior de Agronomia e o Instituto Superior de Veterinária, exercendo neste empenho um papel relevante pela sua iniciativa e acção em prol do ensino manual as Juntas gerais de Lisboa e Pôrto. Ela deu um grande impulso às escolas e ao Museu Nacional de Arte, aditando aos estabelecimentos de educação estética o Museu de Arte Moderna de Lisboa e remodelando no Pôrto o ensino das artes decorativas. Novos liceus foram por ela destinados ao ensino geral, médio e superior, de ambos os sexos. E difundiu zelosamente a cultura geral popular, espalhando pelo país numerosas escolas primárias e recorrendo largamente à cooperação suplementar das escolas móveis. É admirável a dedicação com que, ao lado do Estado, tantas Câmaras municipais e Juntas de paróquia, acompanhadas pelas colectividades particulares, sobretudo em Lisboa e Pôrto, se votaram à educação maternal, apercebendo-a de escolas e jardins

de infância, cantinas, balneários, colónias de férias e lactários para crianças.

A República dotou de novos tribunais em Lisboa e Pôrto, onde se achava reduzida a um só, a justiça criminal, emancipando-a do poder executivo e fortalecendo, a um tempo, a autoridade dos jurados e a isenção dos juizes.

Foi ela que estendeu por todo o país o manto da assistência pública, fazendo dêste serviço um dos principais ramos da nossa administração e multiplicando e reorganizando pedagogicamente e higiênicamente asilos e hospitais; ela que criou os grandes estabelecimentos sanitários, como a Maternidade de Lisboa e o Hospital da cidade do Pôrto, e fêz e auxiliou os importantes melhoramentos de muitos outros. Inspirada no espirito moderno de humanidade e de reabilitação, operou uma profunda transformação progressiva nas nossas casas penais, realizando-a modelarmente na Cadeia central de Lisboa; e, arredando os delinqüentes de primeira idade da promiscuidade do aprisionamento em comum, procurou, com doçura, corrigir as suas faltas, por meio das Tutorias de Infância de Lisboa, Pôrto e Coímbra.

Foi ela que levou a efeito as largas reformas sociais — direito da greve, oito horas de trabalho, descanso hebdomadário, lei dos accidentes e do inquilinato — e que pôs em rigorosa execução o regulamento do trabalho das mulheres e dos menores e os tribunais de árbitros avindores.

Foi ela que fundou o Crédito Agrícola, iniciou com os armazéns gerais o Crédito Industrial, e semeou pelo país as Caixas Económicas.

Foi ela que, pela sua austeridade governativa e pela moralização de costumes que trouxe consigo, desanuviou o nosso meio bancário, permitindo a reabilitação do Crédito Predial, falido, escandalosamente, sob a Monarquia.

E foi ela que, pela sua exemplar administração dos fundos confiados ao Estado, apoiou financeiramente pela Caixa Geral de Depósitos os progressos materiais do país, tam consideráveis em algumas cidades e vilas, graças também à gerência local republicana, e nomeadamente no Pôrto, que passou por uma verdadeira renovação.

Foi ela que, pondo ordem no nosso sistema de contribuições, introduziu, como era de justiça, o princípio da progressão

no imposto predial, tornou mais equitativos os direitos de transmissão, aliviou a população de Lisboa da sobrecarga que a oprimia do imposto de consumo, aboliu o imposto da renda de casa que pesava duramente sôbre as famílias de modestos haveres, e suprimiu as taxas industrial e predial que pagavam os humildes operários e a grande massa de pequenos cultivadores que são, a um tempo, proprietários e salarizados. Cêrca dum milhão de homens beneficiou desta medida agrária, que foi bem uma continuação da obra grandiosa dos forais.

E foi ela que aos intermináveis *deficits* da Monarquia fêz, enfim, suceder o equilíbrio e mesmo o *superavit* do orçamento geral do Estado, libertando-nos das garrás da usura plutocrática.

Foi ela que, assim, pela solvibilidade do tesouro nacional, varreu do horizonte a negra ameaça da alienação das colónias, que estava sempre suspensa atterradoramente sôbre a nossa integridade territorial, e, desde então, nos colocou em situação de podermos desafogadamente arcar de frente com os problemas vitais das nossas províncias ultramarinas, na sua estreita interdependência de interesses com a metrópole.

Foi ela que, pela disseminação da Guarda Republicana pelos campos, lhes levou a segurança das pessoas e dos bens, arrancando vários distritos aos danos e impostos forçados da vagabundagem que os infestava.

Foi ela que, pelo serviço militar obrigatório, decretado logo no seu Govêrno provisório e pelas providências que se lhe seguiram para a nossa preparação defensiva, em cujo código se consagrou a dignidade disciplinar do soldado e a protecção devida aos seus filhos, logrou, secundada pelo seu próprio crédito, habilitar-nos a dispôrdum exército de terra e mar, capaz de entrar em campanha.

Foi ela que, prestando todo o apoio ao Congresso de Turismo em 1911, criou e organizou, desde logo, com o mesmo objectivo, um serviço oficial.

Foi ela que renovou a aliança de Portugal com a Inglaterra, e assinou o tratado de comércio luso-britânico e os *modus-vivendi* com a França, Itália e a Sérvia, de tanto alcance económico e mesmo político para a nossa solidariedade com essas nações; ela que elevou à categoria de embaixada a legação portuguesa no Rio-de-Janeiro, onde a nossa influência histórica não devia ter

menos representação do que a influência geográfica dos Estados-Unidos da América-do-Norte, e cimentou a nossa vida de relação internacional pela criação de novas missões diplomáticas e de numerosos Consulados e Câmaras de Comércio, que, apesar de antigas reclamações repetidas, nos faltavam até no Brasil, onde já hoje existem em quási todos os seus prósperos Estados; ela que fundou as primeiras escolas de português nas nações estrangeiras, onde nos cumpria acudir sem mais tardança à desnacionalização das nossas colónias pelo desuso e olvido da língua pátria.

Foi ela que, desde os primeiros dias, tam ansiosos, de Agôsto de 1914, se postou corajosamente ao lado da nossa secular aliada, e, pela união dos dois partidos, democrático e evolucionista, com o apoio do partido unionista e das altas personalidades republicanas estranhas aos partidos, realizou a coparticipação das nossas tropas com as dos aliados na guerra, superiormente a tôda a expectativa, dissipando mesmo as apreensões que no estrangeiro até os nossos melhores amigos tinham sôbre as nossas possibilidades combativas.

Ultimamente ainda os seus ministros do

Trabalho e do Fomento mereciam testemunhos públicos de simpatia das associações Industriais e Comerciais e das Cooperativas populares da Capital e recebiam os protestos de aprêço dos representantes da lavoura pelos seus bons serviços na questão económica. Os nossos coloniais cumprimentavam o titular da pasta respectiva pela sua devoção aos altos interesses que lhe estavam cometidos, em favor dos quais êle acabava de contraír, nos mais vantajosos termos, um valioso empréstimo interno. O seu ministro das Finanças, que havia negociado em Londres, em condições financeiras iguais às que o Governo da nossa aliada estipulára para si, uma conta corrente para as nossas despesas com o material de guerra a adquirir fora do país e com a manutenção das nossas tropas em França, vinha precisamente em regresso da conferência inter-aliada de Paris, onde alcançara poderosos apoios, sobretudo de artigos de primeira necessidade, para o nosso aprovisionamento, que tanto preocupava e inquietava os ânimos entre nós. O seu ministro da Guerra integrára o nosso corpo expedicionário em França, dotando-o de duas divisões completas, e conseguira dar-lhe um

comando autónomo, o que pôe bem em relêvo todo o aprêço e tôda a confiança que o nosso concurso militar merecia aos aliados.

E não se pode deixar de consignar, com profunda emoção, como coroamento da obra da República de 1910 a 1917, a viagem feita ao nosso *front* pelo seu Presidente, que foi com ela aclamado pelo nosso exército na solenidade inolvidável da entrega das cruces-de-guerra aos seus valerosos combatentes, e que, logo ao passar por Espanha, e, depois, visitando os exércitos franceses, ingleses e belgas e os nossos campos de exercício em Inglaterra, recebeu, por tôda a parte, dos Chefes de Estado, dos Governos e das populações, o mais affectuoso e tocante acolhimento. Portugal tomára o seu lugar histórico no concôrto das nações.

De-certo não se tinham conjurado todos os males derivados da guerra. Nenhum belligerante pôde ainda senão atenuá-los, e até os neutros sofrem das suas inevitáveis repercussões. Mas a verdade é que o estado interno do país na metrópole estava longe de ser alarmante, e as nossas colónias cada dia desvendavam mais os seus prodigiosos recursos.

A vida havia-se agravado para os pobres, para os pequenos funcionários e para a pequena burguesia; mas o Estado dispendia, dentro das suas posses, milhares e milhares de contos para deminuir o preço da alimentação do povo, tinha já tomado a sua parte na melhoria dos salários do operariado, e oferecia o seu concurso às associações da classe comercial para se acudir aos lojistas privados de ganhar a sua vida em consequência dos assaltos feitos aos seus estabelecimentos, e, no dia do aniversário da proclamação da República, decretára um aumento imediato de mil e duzentos contos anuais na verba da assistência pública e um primeiro subsídio ao vencimento dos funcionários civis menos remunerados, na importância duns quatro a cinco mil contos, generalizando então as melhorias que já dispensára a serviços especiais.

E, assim como cuidava da classe civil, o Govêrno não regateou subsídios para valer às famílias dos soldados e oficiais mobilizados, organizando para elas uma assistência privativa, material e moral, que se ia aperfeiçoando carinhosamente, e na qual o ministro da Guerra era preciosamente auxiliado pela colaboração inegualável da

«Cruzada das Mulheres Portuguesas». E, para a enfermagem, hospitalização e reeducação dos militares doentes, feridos e mutilados, a Cruzada e a Cruz Vermelha ligavam estreitamente as suas generosas iniciativas particulares à enérgica e desvelada acção official, devotando-se conjugadamente, com o mais entranhável patriotismo, ao pagamento de tam sagradas dívidas.

De resto, o crédito do tesouro republicano permitiria aos poderes públicos quaisquer outros socorros que se fossem tornando necessários. E como, mercê dêsse crédito, o Estado tinha conseguido da confiança patriótica da nação saldar as despesas extraordinárias de guerra, a seu cargo immediato, pela elasticidade dos bilhetes do tesouro e da circulação fiduciária, estávamos seguros de que, por muito que a guerra se prolongasse e por maior que houvesse de ser o acréscimo dos encargos supervenientes, tínhamos livres para lhes fazer face, além do imposto sôbre lucros de guerra, todos os recursos ainda intactos dum grande empréstimo nacional e da remodelação geral das contribuições das classes possidentes. Os nossos compromissos externos achavam-se, pois, financeiramente garantidos.

Para se avaliar ao justo todo o esforço colossal da nossa República, é preciso lembrar a herança de desmantelamento e desvalorização social que ela adiu da decadência monárquica, e as resistências, entraves e colisões que, a cada passo que dava nos seus inícios, lhe levantaram os seus encarniçados inimigos.

Sem embargo, foi ela que restabeleceu a continuidade da nossa História, e, depois de ter nobilitado o nosso nome dentro do país, o honra hoje perante o mundo. E' a sua bandeira que, neste mesmo momento solene, o soldado português hasteia herôicamente na grande batalha.

Falta-nos ainda imenso para cumprirmos, na completa medida dos dons e dos meios que possuímos, a nossa missão nacional. O grande Portugal, restaurado pela República, ainda apenas se levanta. Mas ela, e só ela, é que há-de adiantar e rectificar o lavor ingente que já produziu, rasgando-nos de par em par as portas gloriosas do futuro.

Paris, 1-3-1918.

Este artigo foi enviado para Lisboa para se publicar antes das eleições gerais; mas foi publicado somente em 18 de Maio, no jornal *A República*.

## O Corpo Expedicionário Português

(Telegramas)

À Sa Majesté le Roi Georges V,  
Londres. A Son Excellence Mon-  
sieur le Président Raymond Poin-  
caré, Paris.

Au moment de l'intervention des soldats portugais dans la grande bataille, j'ai l'honneur de vous exprimer tout l'orgueil que, plus que jamais, je ressens de les voir, et entre eux mon fils, combattant à côté de votre glorieuse armée, dont l'admirable héroïsme remplit nos cœurs des plus rassurants espoirs.

Paris, 3-3-1918.

*Bernardino Machado*

Président de la République portugaise.

Ao General Tamagnini d'Abreu.

No momento em que os nossos admiráveis soldados se cobrem de glória nos campos de batalha de França, envio ao seu comandante em chefe as mais ardentes e comovidas felicitações.

*Bernardino Machado*

Presidente da República Portuguesa.

---

Comando do Corpo Expedicionário  
Português

Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> as felicitações que me dirigiu, em telegrama, pela forma como os soldados, que tenho a honra de comandar, fizeram frente ao ataque do inimigo por ocasião dos *raids*, ultimamente dirigidos ao nosso sector.

De V. Ex.<sup>a</sup>

at.<sup>to</sup> ven.<sup>or</sup> e m.<sup>to</sup> obg.<sup>do</sup>

*Fernando Tamagnini.*

## À nação

Os acontecimentos que se produziram em Lisboa, no decurso do mês de Dezembro de 1917, suscitam duas ordens de questões :

A questão interna — a República

A questão externa — a Guerra.

Acêrca de ambas, a má fé duns, a ignorância doutros e a fraqueza de muitos, tem estabelecido uma tal confusão de princípios e tem consentido tam errôneas interpretações, que julgo urgente apelar para a inteligência pública e para os sentimentos de honra que sempre ennobreceram a nação portugueza, a fim de tornar bem patente a seus olhos a situação em que ela se encontra.

Frederico II, da Prússia, resumiu nesta fórmula cínica o princípio do direito de conquista: «Comecemos por deitar a mão ao que nos convem; mais tarde não faltarão pedantes que justifiquem o nosso direito.»

A moral alemã, que parece ter-se introduzido em Portugal com alguns dos seus agentes, está inspirando as acções dos por-

tugueses que se apropriaram dos poderes regulares da nação em Dezembro de 1917.

Praticado o acto de verdadeira pirataria, pelo qual tomaram de assalto a República, fundada em 1910 e reconhecida legal pelas Constituintes de 1911, bem como pelos Governos de tôdas as nações, os usurpadores dos poderes confiados à guarda do Chefe de Estado, do Parlamento e do Governo, procuram agora justificar o seu direito à usurpação por meio de razões tam contrárias ao que está consagrado em matéria constitucional e tam opostas aos sentimentos de lealdade dos cidadãos que servem o Estado, para com êste, que entendo do meu dever proclamar perante o país, como seu mais alto representante, a inanidade de semelhantes justificações e a abominável infracção da moral pública que elas importam.

O direito revolucionário, invocado pelos autores e cúmplices da aventura de Dezembro, e pelo qual pretendem fundamentar a deposição do Chefe de Estado, a dissolução do Parlamento e dos Corpos Administrativos, a abolição da liberdade de imprensa e de reunião e a perseguição de que estão sendo vítimas os homens mais representativos da República Portuguesa, é uma

concepção tam falsa como monstruosa que, se fosse admitida como legítima, tornaria instáveis as mais sólidas conquistas da soberania popular.

O direito que assiste aos povos de orientarem o seu destino político, nada tem de comum com o que se passou em Portugal. As revoluções que promovem um deslocamento de poderes fundamentais, como é o da chefatura do Estado, só podem ser consideradas como actos legítimos, quando teem por objectivo substituir um regime por outro mais progressivo, ou defender os princípios e direitos que êste instituiu. Assim, foi legítima a revolução de 5 de Outubro, que fêz cair a realeza e implantou a República; assim, foi legítima a revolução de 14 de Maio, levada a cabo com o propósito de restabelecer os princípios da Constituição.

Ao dar-se a sedição militar de Dezembro de 1917, nem o povo português pensava em mudar o regime, nem havia que restabelecer nenhum dos seus princípios postergados. As instituições do Estado funcionavam normalmente: a Constituição, obra das Constituintes, estava em vigor, e, para a sua reforma, ela mesma prescrevia os trâ-

mites adequados; o Presidente da República, chefe eleito da nação, não saíra para fora das suas prerogativas; o Parlamento, emanação da soberania nacional, interpretára fielmente as grandes injunções do seu mandato; o Govêrno, responsável pelos actos do poder executivo, apoiado na confiança dos corpos colegislativos, dirigia os negócios públicos em perfeita identificação com os seus altos votos patrióticos. A sedição de Dezembro não foi, portanto, uma revolução, nem êsse nome se lhe pode dar. Foi simplesmente um atentado à soberania nacional, e como tal, foi um golpe de mão, foi uma cilada, foi um crime.

Sancioná-la sob a invocação dum falso direito revolucionário, é destruir o princípio da organização do Estado nas suas bases, é encorajar a insurreição sistemática contra o poder constituído, é tornar legítimos todos os empreendimentos de aventureiros audaciosos, na realidade é lançar a sociedade na dissolução e abrir a porta a tôdas as anarquias.

Tam absurda concepção é, além disso, a formal negação dos próprios princípios de respeito à legalidade, em nome dos quais a República foi instituída. Foi para pôr ter-

mo às constantes infracções da Constituição, à supressão das leis e à violação das liberdades públicas, que ela se fêz. Foi o regime das ditaduras que a tornou necessária; foi uma ditadura que a provocou. Renovando abusos que combateu e contra cuja existência se inspirou para constituir um Estado dentro do qual êles não mais fossem possíveis, a República retrocede aos costumes políticos da decadência da Monarquia constitucional e inflige a si própria e aos princípios que proclamou, um vergonhoso desmentido. O que levantou a opinião republicana contra o Govêrno Pimenta de Castro, foi o facto de os ver em perigo. Foi para os defender e salvar que milhares de cidadãos se bateram e expuseram a vida, nas ruas de Lisboa e Pôrto, na jornada histórica do 14 de Maio. A dois anos de distância, é forçoso reconhecer que tam heróico sacrificio foi inútil, que tanto generoso sangue derramado o foi em vão, e que as conquistas effectuadas pelo esforço tenaz de duas gerações de homens livres, foram mais uma vez anuladas por fautores políticos sem educação democrática e sem patriotismo.

A situação actual, no seu conjunto, faz

descer Portugal à condição dum dêsses Estados de civilização precária, nos quais a ambição dos homens se substitui a todo o respeito pelas leis e toma o poder de assalto, quando o seu capricho lho faz desejar, coloca a nação perante a Europa, no mais grave transe da história da humanidade, na posição dum Estado anarquizado, compromete o prestígio nacional na ocasião em que êle cá fora se levantava a grande altura, procura anular esforços generosos, ameaça reduzir a pó a mais bela tentativa de ressurreição moral que ainda foi empreendida por portugueses no decurso da sua longa história. E' um crime que atinge a República na sua essência e a nacionalidade no seu coração.

A sedição militar de Dezembro fêz-se contra a guerra. Negá-lo é já hoje pueril. As circunstâncias em que se produziu, as solidariedades com que conta, as afirmações não mascaradas dos elementos germanófilos e não intervencionistas que a apoiam, as perseguições especialmente exercidas contra aqueles dos homens públicos portugueses que mais se distinguiram na propaganda e na direcção política e militar da intervenção, e a própria acção paralizadora

dos meios oficiais em tudo quanto se refere ao prosseguimento do esforço militar, aí estão a demonstrá-lo.

Em vão os poderes usurpadores saídos dêste movimento protestam perante as nações aliadas os seus sentimentos de fidelidade à causa a que Portugal associou os seus destinos. Êstes protestos, sem sinceridade, são-lhes impostos pelo império de factos consumados que êles não podem contrariar de frente, sem correr risco de se tornarem de todo suspeitos aos olhos do mundo inteiro. Tôda a sua acção, porém, — a rescisão dos contractos para fornecimento de material de guerra, a redução dos efectivos combatentes, a quási extinção da defesa dos nossos portos e das nossas costas, a supressão de serviços de aviação, a suspensão total das remessas de novos contingentes para a frente portuguesa — clama o seu propósito de fazer passar para um segundo plano das preocupações nacionais a questão da participação de Portugal na guerra.

Entretanto, e ao mesmo tempo que os homens públicos que realizaram a obra da intervenção, se tornam objecto de inqualificáveis perseguições, os elementos reaccio-

nários, germanófilos e anti-intervencionistas, da opinião e da imprensa portuguesa fazem o processo dos responsáveis da guerra.

A entrada de Portugal na guerra europeia, ao contrário do que afirmam os que tenazmente e por múltiplas e malévolas razões a teem combatido até aqui, não foi a obra dum partido. Esta afirmação pretende disputar ao país a primazia que lhe cabe e que fará eternamente a sua glória, de ter tido primeiro que ninguém a intuição do que convinha ao interêsse nacional, ao produzir-se a conflagração de 1914. Os primeiros indicadores do caminho que Portugal tinha a seguir, foram a opinião com as suas manifestações públicas, e a imprensa, exceptuados os órgãos monárquicos, com as suas instigações a que a nação tomasse posição nêsse conflito de predomínios.

O govêrno que, a êste respeito, pronunciou as primeiras palavras necessárias — aquelle a que tive a honra de presidir em 1914 — não era um govêrno de partido, como não era um govêrno de partido aquelle de que tomou a presidência em Março de 1916 o dr. António José d'Almeida, tendo a seu lado o dr. Afonso Costa, após a

declaração de guerra da Alemanha a Portugal. Assim, dos três agrupamentos organizados em que se divide a política portuguesa, dois solidarizaram-se absolutamente com o pensamento da intervenção, e o terceiro, isto é, o partido unionista, apesar da imprecisão dos seus objectivos políticos, por diferentes vezes lhe ofereceu o seu apoio. Se êste partido não colaborou com os successivos governos que se constituíram em Portugal depois da declaração de guerra, foi porque não quis. Na minha qualidade de Presidente da República insistentemente o solicitei a dar ao país o concurso desinteressado, que as circunstâncias reclamavam.

A realização do pensamento da intervenção não comportava duas interpretações. Fôsem quais fôsem os sacrifícios que a nação tivesse de fazer para honrar os seus compromissos seculares com a Inglaterra e traduzir o sentimento público, a única solução consentânea com o prestígio nacional era a da cooperação militar nos campos de batalha da Europa.

Por outro lado (julgo necessário dizê-lo a fim de dissipar perante nacionais e estrangeiros uma interpretação que tem pesado demasiadamente sôbre o carácter da interven-

ção portuguesa na guerra europeia), Portugal não entrou na guerra como um Estado secundário, arrastado, mau grado seu, na órbita duma grande nação, mas como uma nacionalidade ativa e independente, que deliberadamente associa a outra os seus destinos num lance crítico da história de ambas.

Os tratados e convenções, entre elas existentes, apenas tiveram por efeito tornar mais estreita a sua solidariedade. Independentemente destas circunstâncias de carácter político internacional, o sentimento público quis a entrada na guerra como uma afirmação da personalidade nacional e repeliu com indignação tôda a política que tivesse por efeito deminuir ou amesquinhar nessa conjuntura o valor moral da nação, o que teria sucedido, se, por incompreensão do interêsse geral, ou por estreiteza de vistas, ou por imperdoável fraqueza de ânimo, a República houvesse recuado perante o cumprimento dos deveres que a situação lhe impunha, ou houvesse enveredado pelo caminho duma política de ambigüidades e vacilações.

A guerra unicamente feita em África, a concessão apenas dos nossos portos e ar-

mamentos em favor dos Aliados, e outras formas de redução da importância e alcance da nossa integral cooperação militar faziam parte dessa política, preconizada pelos adversários do regime, quando não levavam mais longe a sua campanha de depressão do espírito público.

Os homens que se recusaram a segui-la e resolutamente empenharam a nação no grande pleito, nas únicas condições em que o prestígio nacional lho permitia fazer, adoptaram a única política de que portugueses dignos dêste nome podiam assumir a responsabilidade, resgataram dest'arte muitos êrros do passado político de Portugal, criaram-lhe a estima do mundo, afirmaram o seu direito à existência numa crise terrível de incerteza para o destino das pequenas nacionalidades.

Esta política salvou Portugal dum irreparável desastre. Se ela foi ou não o que devia ser, aí o estão dizendo os soldados portugueses nas linhas de fogo!

No momento perturbante em que a República passa por um eclipse total, na hora amarga em que a nação angustiada pergunta a si mesma o que será o dia de amanhã, ainda são êles que, com o seu heroís-

mo, respondem pelas virtudes da nossa raça, ainda são êles que trazem aos nossos corações a confiança que lhes começava a faltar.

O povo que assim se bate pelo direito contra o inimigo externo, não tardará que com igual valor o restabeleça sôbre o inimigo interno.

Paris, 10 de Março de 1918.

## **O perigo alemão em Portugal**

(PROCLAMAÇÃO)

Depois de govêrnos monárquicos e de govêrnos republicanos, fomos surpreendidos por uma ditadura inclassicável dentro da nossa política interna, que nos inquietou logo com as sombras do absurdo em que se envolve desde a sua origem.

Proclamando-se republicana, anuncia que vai fazer uma República nova, e cerca-se de antigos monárquicos, muitos dêles conspiradores — amnistiados, mas não arrependidos, nem desenganados — para cujo lealismo apela, sem deixar de lho impôr pela ameaça, como se êles não quisessem saber do scu rei, nem dos seus chefes, e nenhum,

sinceramente adepto do seu credo, tivesse primeiro de tudo, de lhe ser fiel.

Nem mais, nem menos, poderia semelhantemente proclamar-se àmanhã monárquica, anunciando uma Monarquia nova, com os republicanos que se não importassem de todo com a causa da República, nem com as perseguições infligidas aos seus correligionários. E porque o não faz? Porque a República é a própria expressão do carácter nacional em tôda a sua altivez. Não se atreve a arcar com ela de frente, e precisa de paliar a violência com o embuste.

Ditadura republicana..., que insolente escârneo!

E haverá monárquicos que, só por amor ao próprio mando e prepotência, e por ódio aos republicanos, se lhe submetam; e, como êsses monárquicos, republicanos, até contra republicanos? Antes quero crer que há monárquicos, que esperam a restauração da Monarquia pela influéncia da sua coparticipação no poder; e republicanos, que imaginam que a sua acção de presença, junto dêle, bastará para contrastar a onda que tenta subverter a República.

Por isso se juntam à ditadura, só passageiramente, apenas até ao momento em que,

mercê dela e rivalizando entre si mesmos à custa uns dos outros, alcancem o predomínio sobre êste poder discrecionário de ocasião e estabeleçam um govêrno constitucional? Mas por que processo? E com que contam? Não há fôrça política que não seja, sobretudo, fôrça moral; e a moral não é o abandôno e a contradição dos lemas, o abastardamento dos homens, não é a deslealdade e a apostasia, nem sequer duma hora.

Só o govêrno reaccionário da fôrça bruta terá assim afoitado a todos os atrevimentos com o seu concurso contra a livre soberania da nação. E virão, por fim, a caírlhe escravizadamente aos pés, se não forem, ainda antes, esmagados com êle pelas cóleras da reprovação pública.

Dissipem todos a sua ilusão, ainda aqueles que se julguem mais seguros do seu valimento: esta usurpação, autocrática e militarista, incompatível com o regime de opinião, que a repele, serve-se duns contra outros para os atraíçoar a todos. Se não tenho de fazer aviso aos monárquicos liberais que ainda haja entre nós, devo-o aos republicanos.

Sob tamanho labéu, que nos incendeia as

faces de vergonha e revolve a alma de indignação, cada dia que passa, é mais um dia ganho pelos inimigos da liberdade em Portugal. E não se veja nesta angustiosa provação só o perigo da reacção interna, que nos habituamos a vencer e a desdenhar nas suas investidas. Quem mais pode lucrar com a obra degradante e dissolvente da revolta, a que se vota a ditadura nascida dela, está fora, espreitando-nos e seguindo-a. Não se trata já só duma contenção entre a República e a Monarquia, só duma crise das instituições, mas doutra pugna muito mais larga e tremenda, duma crise da Pátria. Não posso calar por mais tempo o meu torturante sobressalto. Tudo me faz recear que o desvairamento demagógico dos agitadores e indisciplinados que nos assaltaram, esteja sendo um instrumento nas mãos da Alemanha. Foi dentro dos obuzes dos seus soldados que os nossos receberam a notícia da revolta. E, durante ela, segundo consta, a telegrafia sem fio communicava a Rotunda, por Barcelona, com Berlim.

A ditadura que aí se estadeia, tem todos os visos de alemã: virulenta, agressiva e mistificadora. E tudo a torna suspeita.

Gerada na exploração criminosa das nossas dificuldades de guerra, quis enfraquecer-nos pela divisão perante o inimigo comum, nas vésperas mesmo duma presumível grande ofensiva no *front* ocidental, contra a qual coligíamos reforços urgentes. E começou logo por não suprir a incessante usura do nosso contingente em França, provocando, em prol da manutenção integral do nosso corpo de exército autónomo, que ali chegamos a pôr, a honrosa demonstração de aprêço, que se tornou pública, do marechal Douglas Haig ao general Tamagnini e às nossas tropas. Em poucos dias, extinguiu já quasi a nossa cooperação naval aos Aliados, sacrificando-a ao seu temor e animadversão aos marinheiros que guarneciam os nossos navios de guerra, de quem se vingou, afastando-os para África. E continua.

Assim vai desfazendo e comprometendo a nossa defesa nacional, que era todo o nosso orgulho e a nossa melhor esperança. E às acusações que por isso já se lhe formulam, responde cìnicamente, em nota oficial, com o que nos custou a nossa organização militar, desvendando o que houve de duro e quasi incomportável nos nossos sacrifícios,

quando êles significam não a fraqueza miseranda, mas a hombridade cívica dum povo que começou a bater-se com valor ainda antes de ir para a guerra.

A sua sanha é ferina precisamente contra todos os nossos principais responsáveis da guerra, como dizem pejorativamente os germanófilos entre nós. O cidadão, que, tendo feito, como presidente do ministério, logo a 7 de Agôsto de 1914, em dias ainda tam aziagos e incertos, a declaração de solidariedade de Portugal com a Inglaterra e com a sorte dos Aliados, custasse o que custasse, e que veio a presidir, como Chefe de Estado, a tôda a obra do nosso concurso militar com êles, foi destituído da suprema magistratura da nação e banido do país. O Congresso da República que a votou e autorizou, foi dissolvido; e o seu presidente, o general Corrêa Barreto, está preso. Os dois chefes políticos que dirigiram, como presidentes do ministério, a sua execução, um, o dr. António José de Almeida, é vigiado e pôsto em sequestro político, e o outro, o dr. Afonso Costa, acha-se encerrado numa fortaleza de Elvas, incomunicável, como refém. E tanto êste chefe de govêrno, ministro das finanças, como

o dr. Augusto Soares, ministro dos negócios estrangeiros, que acabavam de conseguir na Conferência inter-aliada de Paris preciosos apoios para a nossa situação económica durante a guerra, foram detidos, logo à sua chegada ao país. O ministro que a organizou, o coronel Norton de Matos, foi forçado a exilar-se e dado por desertor. E o seu colega e colaborador no ministério da marinha, Vítor Hugo de Azevedo Coutinho, prêso. João Chagas, que a propagandeou e que lhe deu tôda a sua contribuição como nosso ministro em Paris, proibido de voltar ao país. Teixeira Gomes, nosso representante diplomático em Londres, que, assim como Chagas merecia tôda a simpatia do govêrno francês, grangeara a do govêrno inglês, foi demittido e prêso. A missão extraordinária, composta de homens ilustres, sob a presidência de Alexandre Braga, enviada ao Brasil para o saüdar pela sua entrada na guerra com os Aliados, destituída telegrâficamente, a tôda a pressa, ainda em caminho. O general Tamagnini, chefe do corpo de exército em França, visado na sua autoridade pelo próprio desfalque das fôrças sob o seu comando. O general Abel Hipólito, coman-

dante em chefe da artilharia do C. E. P., o coronel Roberto Baptista, chefe do estado-maior junto ao general Tamagnini, em serviço da nossa intervenção militar desde os primórdios da mobilização em 1914, e os oficiais superiores seus auxiliares, Matias de Castro e Vitorino Godinho, demitidos dos seus postos no *front*. Álvaro de Castro, governador geral de Moçambique, comandante em chefe da nossa expedição da África Oriental, demitido e processado. O capitão de mar e guerra, Leote do Rêgo, comandante organizador da defesa naval dos nossos portos e costas, forçado a exilar-se e dado por desertor, como Norton. O coronel Pereira Bastos, director da Escola Preparatória de Oficiais Milicianos, criada expressamente para a guerra, demitido e prêso. Os dois adidos militares junto aos govêrnos aliados de França e Inglaterra, coronel Ortigão Peres e major Frederico Simas, ambos em missão especial de guerra e o segundo também nosso representante no Comité inter-aliado de reabastecimento de Londres, e até o nosso adido militar de Madrid, o tenente-coronel Pereira dos Santos, muito conhecido pelos seus sentimentos intervencionistas, demitidos. E,

como êles, demitidos o professor da Escola Naval, Alfredo Gaspar, nosso comissário para a aquisição de munições nos Estados-Unidos da América-do-Norte, e o deputado Melo Barreto, nosso delegado no Comité económico permanente dos Aliados em Paris.

E, para que o golpe profundo, vibrado desastrosamente contra o nosso pessoal condutor da guerra — cuja súbita mudança, em massa, causaria, só por si, a mais arriscada e condenável perturbação, por mais que contemos com o nosso soldado, — vibrado portanto contra a guerra, atingisse todo o requinte de afrontamento, descarregou-se com furioso rancor logo após a viagem presidencial, em que Bernardino Machado asselara pessoalmente os laços para sempre indissolúveis da nossa confraternização de armas com os Aliados, recebendo dos Chefes de Estado, dos seus govêrnos e das suas populações as homenagens mais solenes e tocantes à República Portuguesa. Era, desde então, instante imolar a República, que ergueu sôbre os seus escudos a nação em meio dos respeitos universais, proclamando outra República em Portugal, ao grito: Abaixo a guerra! E o condestável da revolta soltou-o.

E quem aparece à frente da nova República? O homem, que era o nosso representante em Berlim, quando a Alemanha nos declarou guerra. Viera de lá, sem compreender ainda a razão por que entráramos nela, e dir-se-ia, ao ouvi-lo, que éramos nós os seus culpados. A paixão partidária contra o governo que servia, afogava-lhe a paixão patriótica que devia ter contra o inimigo. E êle, que recebêra em rosto a injúria do vilão repto teutónico, não se lembrou sequer de que era militar, para o levantar com denodado brio, indo imediatamente estrear a sua farda na vanguarda dos nossos *fronts*, entre os nossos valerosos combatentes. Preferiu outras camaradagens, em outros campos de manobras, conspirando contra os poderes públicos, de cuja confiança e de cujo favor abusava pèrfidamente em aliciações pelo país, quando não saía demoradamente em estranhas excursões recreativas por longes terras (do que a nação precisa de inquirir e inteirarse). Tanto não compreendia a dignificadora tragédia da nossa altiva intervenção na guerra, que lhe opunha a trama ignóbil da mais descaroadada guerra intestina. E agora, para celebrar êsse vilipêndio, que nos abate e

põe em dúvida a nossa honra, percorre as províncias a banquetear-se e a foliar com reaccionários, possêso de fúria contra a democracia e os democratas, como se alguém, com alma de português, pudesse andar em festas ultrajantes para os nossos bravos soldados, que, enchendo-nos de orgulho mas trespassando-nos o coração de dôr, se batem e morrem pela pátria. Chama êle a isso, de braço dado com a pobre figura neurasténica da nossa frivolidade feminina, ávida de emoções romanescas, a conquista da mulher para a República Portuguesa. A República tem consigo a mulher, cuja virtude admiramos, a tóda a luz, na sua Cruzada de Guerra, e essa não pode ser comparada de tam ridículos entremeses!

E quem são tantos dos que, a seu lado, invadem os altos postos públicos? Julgue-se do seu espírito geral pela campanha que moveram e movem aberta e ferozmente ou equívoca e tendenciosamente contra a guerra. Uma sua autoridade é aquela criatura que, por ocasião do nosso revês de Naulila, ofertou um efusivo ramo de flores aos tripulantes alemães do navio «Schwartzburg», hoje o «Ponta Delgada». Mas há accionários seus já anteriormente indiciados pelas

nossas autoridades e pelas dos Aliados, como tendo entendimentos com o inimigo. As provas devem estar nas secretarias de Estado. Contra alguns applicou-se mesmo a pena de expulsão ou chegou-se a fazer instância official de prisão. Foi da podridão dêsse meio que saíu o «Rol da Desonra», a cujos autores a revolta abriu congratulatóriamente, de par em par, as portas do país.

E, à volta dos ditadores, a aplaudi-los e encarniçá-los, estende-se estrepitosamente, em parada de fôrça, tôda a reacção clerical, hereticamente germanófila, que predica nos púlpitos e murmura nos confessionários contra a nossa intervenção na guerra, excitando, durante ella, conflitos com o poder civil; a reacção plutocrata, cujo balcão, sócio do balcão alemão, tenta e mercancia as consciências enfraquecidas pela miséria ou pela veniaga; a reacção militarista, que, sem fé no valor do povo, fanática da disciplina prussiana, accusando a democracia de incompatível com o exército, prognostica e agoira a derrota dos Aliados, e, com ella, a reacção absolutista, que não tendo já um senhor dentro do país, que lhe dispense graças e benesses, busca-o lá fora, espalhando boatos, insinuações e pasquins deprimentes

e defectistas que envenenam a atmosfera da nossa vida pública e até particular.

Tudo isso formou o antro onde se escondeu a revolta até dar o salto contra os poderes constitucionais da nossa democracia; e é d'ele que sai agora, em tropel, quasi diríamos destemidamente, não só t'oda a velha decrepitude dos sobreviventes do chamado engrandecimento do poder real, plagiário do feudalismo germânico, mas também, o que fere muito mais a nossa sensibilidade, a nova decrepitude de ambos os sexos, herdeira e educanda daquela, que, encontrando-se sem o seu património de privilégios parasitários, volta-se na sua ignávia contra o direito moderno que em Portugal lhos cassou, e integra-se sôfregamente na medieval Alemanha, estorcendo-se de raiva de impotência dentro do nosso regime igualitário de nobre emulação das livres iniciativas pessoais. E' essa coorte colectícia que, resfolegando, desoprimida de t'odas as obrigações cívicas por esta suspensão da nossa vida nacional, calunia asquerosamente, com agentes de difamação até fora do país, e persegue miguelinamente os homens da República, que, depois de haverem emancipado politicamente, econò-

micamente e religiosamente a nação, lhe reivindicaram perante o estrangeiro o lugar que lhe pertence no concôrto das nações livres. E, cheia de mêdo, rouba-lhes indignamente todos os meios legais de defesa!

Mas quem não adivinha e não sente mesmo no alarde irritante, no clangor difamatório, na mistificação impudente, na fátua pretensão scenográfica, na baixa paródia de imperialismo de importação dêste melodrama, mais que anti-constitucional, anti-nacional, que se representa sacrilegamente em meio do nosso teatro de guerra, a marca inconfundível, que a apoteose de encomenda dos seus enfáticos panegiristas ainda mais denuncia, da formidável reacção que tem o seu foco infernal na Prússia, donde estende subterrâneamente por tôda a parte os seus terríveis tentáculos? De resto, a insurreição de Dezembro de 1917 não foi senão a reprodução da insurreição de Dezembro de 1916, os seus dois chefes estão hoje reünidos no poder, e a de 1916 foi capitulada expressamente de germanófila pelo ministro de Portugal então em Madrid e agora em Londres.

E não se esqueça que a Alemanha não maquina só na nossa metrópole. Somos

uma nação essencialmente colonial, e, no dia em que deixássemos de ser coloniais, deixávamos de ser nação. Se um ambicioso insano, de mentalidade fraccionária e irrequieta, sem vislumbre de nenhuma virtude, sem o menor prestígio político, feito por acaso chefe de facção, apoderando-se despejadamente pelas próprias mãos do título e das insígnias da suprema magistratura do Estado, se alçaprema de improviso a ditador entre nós, como nas mais precárias nações presidencialistas, ainda tam próximas do inconsistente velho regime despótico, que exemplo, que precedente e que incitamento assustador para tôdas as aventuras monstruosas! Com que autoridade iria êsse ditador conter qualquer díscolo dos seus sequazes que, no nosso ultramar, bandeando-se com outros revoltosos, bafejado também por ambições estrangeiras, se assenhoreasse igualmente do govêrno pela sedição? Que horrível perigo para a nossa integridade territorial e para a nossa independência! Nunca o corremos maior.

E pensar-se que, pela nossa valorização nacional, congregados, através das maiores distâncias do globo, em volta da bandeira vermelha e verde que nobremente ergue-

mos e desfraldamos ainda para além do nosso solo, como sendo a imagem augusta do nosso renascimento histórico, estávamos reabrindo para sempre os horizontes do grande Portugal!

Saíram do nosso próprio seio os que nos assaltaram ao caminho! Como nos sustentaremos agora? E como defendermos os nossos mais sagrados interesses que, depois de debatidos na guerra, o hão-de ser ainda no congresso final da paz? Quem lá no-los advogará? A voz dos representantes duma ditadura? Mas de que lado se sentariam? Só poderão reconhecer a sua legitimidade os que cobicem ou mercadejem os nossos despojos. Quem se tornará seu cúmplice? Compreende-se lá sobretudo um soldado, um oficial, um general ou almirante, a bater-se com grandeza contra a opressão nos *fronts* de França e de África ou no cruzeiro dos nossos navios, e a rebaixar-se-lhe, servindo humildemente os seus miseráveis representantes em Lisboa? Tudo seria, menos um cidadão. Temos de combatê-la, fora e dentro do país, com igual hombridade e desassombro.

Estamos certamente enervados pelas convulsões que nos dessangram e atrofiam para

o nosso ressurgimento nacional, mas de lutar pela vida e pela dignidade da pátria não estamos cansados nunca. E, para acabar com agitadores criminosos, que a abalam perigosamente, não se lhes entregam títulos de honra e postos de comando, não se premeiam, castigam-se exemplarmente, restabelecendo o império do direito, por êles violado, sem o qual não há possibilidade de ordem. Terá alguém a simpleza de imaginar que a ditadura que nos despedaça em delírio, seja capaz de assentá-la, restituindo-nos a tranqüilidade pública e a paz? Ainda quando deixasse de ser a discórdia demagógica, que é, só poderia transformar-se na ordem arbitrária, despótica, terrorista, que ninguém, de carácter, que se preze, acata. Não mais haveria entre nós um momento de sossêgo para as almas bem formadas! Não estamos nós, todos os democratas do mundo, lidando hoje, com a máxima tensão, precisamente contra essa ordem a que o jactancioso pangermanismo sonhou reduzir-nos? Necessitamos absolutamente da paz interna para fazermos a guerra externa. Mas começaríamos por sofrer já a paz à alemã? Unâmo-nos todos,

estritamente, como um só homem, mas como um homem livre e digno.

E que ninguém d'entre os republicanos, porque verberou candentemente actos passados do govêrno constitucional, se deixe arrastar à desorientação emocional de se julgar por isso obrigado a qualquer solidariedade com o crime da sedição, como se êle tivesse sido perpetrado para os punir, em nome do direito, chegando mesmo a ver alucinadamente nos revoltosos saídos da turva conspiração das ruas e das casernas, tantos retintamente monárquicos germanófilos, os paladinos da soberania popular, armados por ela do gládio social da justiça reparadora!

Direito revolucionário da ditadura! Mas seria o direito revolucionário do nosso desmembramento e esfacêlo, seria o direito revolucionário do alemão em Portugal!...

\*

✧      \*

Apesar de tôdas as amarguras dêste transe tam tormentoso, tenhamos sempre a mesma fé inabalável nos destinos da pátria portuguesa.

O povo que proclamou a República, prostrando no chão a autocracia monárquica, e que se bate intrèpidamente pela democracia entre os Aliados contra o militarismo teutónico, não consentirá, por maior e mais árduo que seja o seu papel na luta externa que tanto nos absorve, que um criminoso bando que nos acometeu dentro do país, lhe usurpe por mais tempo a autoridade com uma ditadura autocrática e militarista, que nos ameça duma catástrofe nacional, fazendo-nos passar aviltantemente desde já para o campo inimigo. Seria a ignomínia e a ruína da defecção, quando tudo nos dá o direito de esperar pelas palmas triunfais do nosso esforço emancipador. Não pode ser!

Viva a pátria! Viva a liberdade! Glória à união dos seus heróicos defensores!

Paris, Março de 1918.

Esta proclamação foi também publicada em francês, traduzida por Maxime Formont.

## Ao Embaixador do Brasil

Dr. Gastão da Cunha

Meu caro Embaixador

Telegrafei-lhe e escrevi-lhe de Madrid, logo à minha chegada. Mas eu estava ainda longe de imaginar que me interceptariam tôda a correspondência, mesmo com a família. Pode pois ser que não recebesse nem carta nem telegrama, em que lhe exprimi o meu entranhável agradecimento pelas suas finezas durante os dias da minha prisão em Belém. Reitero-lho com a mais enternecida lembrança.

Seu irmão foi extremamente amável comigo, quando aqui esteve.

Como tem passado êste ano? Faço cordiais votos pela felicidade do seu saúdo-so lar.

Com os mais dedicados cumprimentos a VV. Ex.<sup>as</sup>,

Paris, 3-4-918.

Todo seu

*Bernardino Machado.*

## Augusto de Vasconcelos

O dr. Augusto de Vasconcelos, na sua passagem para a legação de Londres, visitou em Paris o Presidente da República.

### Ao General Tamagnini

(Telegrama)

Acompanhando, de todo o coração, a nossa intervenção militar na grande guerra, V. Ex.<sup>a</sup> imagina certamente a profunda commoção de dôr e de orgulho que senti, ao receber a notícia do nosso último combate, tam cruel mas tam heróico. Creio entretanto do meu dever exprimi-lo ao illustre Comandante do nosso valente exército.

Paris, 10 - 4 - 918.

*Bernardino Machado.*

### Declaração de renúncia

(Enviada a António José d'Almeida)

Para que qualquer discordância de opinião sôbre os actos da minha presidência não possa prejudicar a união de todos os

republicanos, pela qual sempre me empenhei, e que é absolutamente necessária neste momento absurdo da nossa história, para salvarmos a República e com ela o decôro e a vida da nação, declaro que, logo que a Constituição se restabeleça, apresentarei ao Congresso o meu pedido de exoneração da magistratura suprema que me foi confiada, e da qual tenho a honra de ser de direito o legítimo titular.

Paris, 20-4-918.

*Bernardino Machado.*

O dr. António José d'Almeida julgou melhor não se publicar.

## A Barros Queirós

Meu prezado amigo

A presença de republicanos unionistas nas legações de Paris, Londres e Roma, já não falo na do Rio-de-Janeiro, cria um equívoco lamentável, que só pode servir à ditadura neste momento delicado da nossa política internacional. Então apoiam-na homens daquela categoria e de tanta representação no seu partido? Para mais, o

Betencourt desenvolve um *trop de zèle* ditatorial, e as atenções que, como antigo presidente do Conselho, são devidas ao Augusto de Vasconcelos, reflectem nos usurpadores. Porque não procedem todos três como os seus correligionários que dentro do país desempenhavam cargos de confiança? O ditador tem já o seu agente oficial bastante cá fora.

Uma affectuosa lembrança ao *seu militar*, que a ditadura honrou com um castigo. Ela é que é a criminosa sem perdão, sobretudo pelo sacrificio cruel que infligiu à heròicidade dos nossos soldados, enfraquecendo o nosso *front*, quando, para mais, tudo annunciava a próxima investida alemã.

Com todos os votos pelo seu lar, saudosamente

Todo seu

Hendaya, 27-4-918.

*Bernardino Machado.*

## Eleições

(Telegrama)

Monsieur Louis Guilaine

*Le Temps* — Paris

Je regrette la dureté de la dépêche du 29 de Lisbonne pour *Le Temps*. La démocratie portugaise ne pouvait pas être écrasée dans une élection a laquelle elle a cru de son honneur ne pas prendre part. Bien des salutations.

Hendaye, 30-4-918.

*Bernardino Machado.*

Não fui consultado para a abstenção eleitoral. Se o fôsse, ter-me-ia oposto terminantemente. Os republicanos deviam, custasse o que custasse, ir à urna. Sofriam violências? Denunciavam-nas, protestavam contra elas. Era um princípio de reacção. A desagregação a que chegaram, sendo a maioria da nação republicana! Mas faltavam, para os reünir, os dirigentes, exilados, prêsos ou homiziados...

## A aclamação presidencial

(Telegrama)

À Son Excellence Raymond  
Poincaré, Président de la  
République Française—  
Paris.

Je regrette profondément que votre Attaché militaire à Lisbonne se soit associé à l'acclamation présidentielle du chef militaire d'une révolte soulevée devant notre ennemi commun par des indisciplinés et des agitateurs mêlés d'éléments suspects.

En menant ce mouvement séditieux, son chef, qui avait été notre ministre plénipotentiaire à Berlin, quand l'Allemagne nous déclara la guerre, a trahi la confiance politique de son gouvernement et son uniforme même, qui devrait le porter sur le front entre nos premiers combattants. Et, dès qu'il est devenu dictateur, non seulement il a trahi la Constitution qu'il invoquait au moment de la révolte et le parti constitutionnel auquel il déclarait appartenir encore après elle, mais il vient de trahir la démocratie portugaise par un simulacre d'élec-

tions qu'il a mise en scène avec le concours et la participation des réactionnaires, généralement germanophiles, en confisquant tous les droits civiques au peuple et aux trois partis républicains.

Vous conviendrez que ce ne sont pas des titres de légitimité. Et, contrairement aux déclarations officielles souvent répétées, les garanties individuelles sont, en fait, toujours suspendues chez nous. Le régime terroriste continue.

Certes, les Alliés ne voudront pas qu'on pratique en leur nom un acte quelconque, envers la situation gouvernementale si anormale que nous traversons, qui risquerait de paraître un acte de partialité et d'intervention, que nous n'admettrions en aucun cas, et qui serait en outre incompréhensible en faveur d'une faction usurpatrice de la souveraineté nationale.

Le droit public externe, pour lequel nos soldats se battent avec les vôtres, ne peut pas, pendant la bataille même, sanctionner la violation de tout notre droit public et privé interne. Il y a une morale dans le monde, votre nation l'atteste héroïquement, et vous en êtes un de ses plus hauts repré-

sentants. C'est à cette morale que j'en appelle.

Mes meilleurs hommages.

Hendaye, 13-5-1918.

*Bernardino Machado*

Président de la République Portugaise.

(Telegrama)

À Sa Majesté George V  
d'Angleterre — Londres

Je regrette profondément que votre Mission militaire à Lisbonne se soit associée à l'acclamation présidentielle du chef militaire d'une révolte soulevée devant notre ennemi commun par des indisciplinés et des agitateurs mêlés d'éléments suspects,

En menant ce mouvement séditieux, son chef, qui avait été notre Ministre plénipotentiaire à Berlin, quand l'Allemagne nous déclara la guerre, a trahi la confiance politique de son gouvernement et son uniforme même, qui devrait le porter sur le front entre nos premiers combattants. Et, dès qu'il est devenu dictateur, non seulement il a trahi la Constitution qu'il invoquait au moment de la révolte et le parti constitu-

tional auquel il déclarait appartenir encore après elle, mais il vient de trahir la démocratie portugaise par un simulacre d'élections qu'il a mise en scène avec le concours et la participation des réactionnaires généralement germanophiles, en confisquant tous les droits civiques au peuple et aux trois partis républicains.

Vous conviendrez que ce ne sont pas des titres de légitimité. Et, contrairement aux déclarations officielles souvent répétées, les garanties individuelles sont, en fait, toujours suspendues chez nous. Le régime terroriste continue.

C'est donc bien étrange que, depuis les premières heures de l'insurrection jusqu'au jour de la prétendue acclamation, soit apparu incessamment, à côté du meneur de la conspiration, devenu dictateur présidentiel, le chef de la mission militaire anglaise, comme s'il fût le garant et le porteur du bon accueil de son gouvernement.

Certes, les Alliés ne voudront pas qu'on pratique en leur nom un acte quelconque, envers la situation gouvernementale si anormale que nous traversons, qui risquerait de paraître un acte de partialité et d'intervention, que nous n'admettrions en aucun cas,

et qui serait en outre incompréhensible en faveur d'une faction usurpatrice de la souveraineté nationale.

Le droit public externe, pour lequel nos soldats se battent avec les vôtres, ne peut pas, pendant la bataille même, sanctionner la violation de tout notre droit public et privé interne. Il y a une morale dans le monde, votre nation l'atteste héroïquement, et vous en êtes un de ses plus hauts représentants. C'est à cette morale que j'en appelle.

Mes meilleurs hommages.

Hendaye, 13-5-918.

*Bernardino Machado*

Président de la République Portugaise.

**A Monsieur le Président Clemenceau**

Monsieur le Président

Vous m'avez aimablement dit de porter devant vous les faits qui pourraient demander votre considération. Ne pouvant aller vous voir, en ce moment, à cause de la grippe qui m'a déterminé à quitter Paris

pour quelques jours, je profite de votre invitation pour vous parler par le moyen de cette lettre.

Je vous envoie la copie de la dépêche que j'ai adressée à Monsieur le Président de la République, dont il vous aura donné déjà connaissance. Il y a là un fait qui me semble bien regrettable, la présence de l'attaché militaire français à la prétendue acclamation présidentielle.

Je sais que le chef de la mission anglaise y est allé aussi, comme pour donner le branle; mais cet officier accompagne le dictateur, dès sa naissance, comme s'il était son parrain. Je vous envoie aussi une copie de la dépêche qu'à ce propos j'ai adressé au roi George.

Notre démocratie n'accepterait jamais l'intervention étrangère en sa faveur. Elle se démêlera dans ses luttes par elle-même, comme elle l'a fait pour la proclamation de la République. Mais elle ne peut pas comprendre que les Alliés interviennent contre elle. Il y a dans leurs relations nécessaires avec le gouvernement usurpateur une question de mesure, à laquelle la diplomatie ne peut manquer sans faillir à son art et à son but. Personne, individu ou nation, n'est

forcé de prendre des solidarités qui ne lui vont pas.

L'attitude de cet agent militaire anglais vous dira s'il y a lieu pour votre gouvernement de marquer que la France a une politique vraiment luso-française directement avec le Portugal (car notre alliance avec l'Angleterre ne signifie pas notre dépendance, mais notre valeur envers elle), et de joindre sa propre action à celle qui appartient au gouvernement anglais pour qu'aucune intervention des alliés ne se fasse, malgré eux, chez nous.

On m'informe aussi que le Gouvernement français a décerné des décorations à des officiers de la marine portugaise, avec exclusion de deux, Mr. Leote do Rêgo, qui a été le principal organisateur de notre défense navale dans la guerre actuelle, et un de ses immédiats, Mr. Salasar Moscoso. J'appelle également sur ce sujet votre bienveillante attention.

Veillez agréer, Monsieur le Président, l'expression de mes meilleurs sentiments d'estime et d'admiration.

Hendaye, 16-5-918.

*Bernardino Machado.*

## O reconhecimento

Prezado amigo e sr. Guilaine

Consumou-se! Aconteceu o que eu previa e receava. A França entregou o reconhecimento à Inglaterra, e o govêrno inglês entregou-se aos seus compatriotas de Lisboa. E êstes arrastaram consigo o govêrno inglês, que, por sua vez, arrastou o sr. Pichon. Que cadeia! De nada valeu, infelizmente, a prevenção que fiz dêste perigo ao sr. Clemenceau, que aliás a acolheu tam cordialmente. Êle tem tanto que fazer!

Ademais, a boa imprensa, para não parecer que queria exercer qualquer pressão sôbre o Ministério dos Estrangeiros, escrupulizava em tratar do assunto, emquanto a má imprensa nos combatia desbragadamente, como é seu costume. Deu-se assim todo o partido aos nossos adversários.

Cada vez aprecio mais, no meio de tudo isto, o seu dedicado e generoso esforço pela causa da República Portuguesa e do seu legítimo representante. E muito devêras lho agradeço novamente.

Escrevi uma carta a Lloyd George, que é um protesto. Amanhã ou depois lhe enviarei uma cópia.

Com os meus melhores votos para o seu lar, creia-me

Seu am.<sup>o</sup> m.<sup>to</sup> ven.<sup>or</sup> e obg.<sup>o</sup>

*Bernardino Machado.*

Hendaya, 29-5-918.

## A Monsieur Lloyd George

Premier Ministre d'Angleterre

Monsieur le Premier

Votre Gouvernement vient de reconnaître formellement la « normalité » de notre situation politique actuelle et la légitimité des pouvoirs qui sont à sa tête.

Cependant, nous sommes en pleine crise dictatoriale, sous un régime terroriste de démagogie militaire et civile. On a banni du droit les républicains. Sans aucune forme de procès, on les écroue par centaines, quand on ne les déporte pas en Afrique. On leur cingle la peau à coups de fouet

dans les cachots, on les assassine dans les rues à Porto. C'est sous ce terrorisme que les dictateurs, après avoir privé leurs adversaires de toutes garanties individuelles, lâchement, ont joué un simulacre d'élections dont les partis républicains ont tenu à honneur de s'abstenir. Ce qui les a caractérisées le mieux, ç'a été la bonne chance des candidatures de certains germanophiles avérés.

Voilà la situation que vous avez considérée comme légale. Voilà les élections qui vous ont porté à reconnaître le titre de chef d'État à quelqu'un qui se proclame toujours en dictature. C'est même ainsi qu'il comprend le « présidentialisme ».

Et quel est, si on peut employer ce terme, le but politique d'un tel régime? Sa politique est celle de la plus grande guerre possible à la démocratie portugaise, votre alliée, et de la moindre guerre possible à l'autocratie allemande, notre ennemie commune. C'était le seul mot d'ordre, intime, des conspirateurs, avant la révolte de Décembre, car ils ne formaient que l'agglomérat fortuit de ceux qui, sans aucune conscience patriotique, n'ont cessé de chercher, par de continuelles machinations, à surmener, à énerver et à affaiblir la nation dans

son noble effort de guerre, pour réussir à la surprendre, à lui saisir le pouvoir et à usurper l'autorité de la République.

Ils n'avaient que ce passé suspect. Et, s'érigeant à la dictature, ils n'ont changé ni de nature ni de tactique. Leur chef, jusqu'alors inconnu du peuple, a pris ses leçons à Berlin. L'évidence criante des faits est là. Dictateurs, dans la politique intérieure, ils ont fait succéder à leurs machinations successives contre la Constitution de la République les persécutions les plus atroces contre ses représentants légaux et ses défenseurs éprouvés ; dans la politique extérieure, ils sont passés de leur deshonorante campagne défaitiste à la réduction acharnée de notre corps d'armée sur le front, en France.

Et non seulement les persécutions contre le républicanisme de nos citoyens sont inquisitoriales, féroces, mais l'inhumanité de la réduction de nos troupes est allée jusqu'au plus cruel sacrifice de leur héroïsme. Vous ne l'ignorez pas ; ils prétendent même avec ostentation avoir toujours agi d'accord avec vous.

Vous sied-il d'homologuer une semblable politique ?

Contre une telle oligarchie si outrageante et si criminelle, qui atteint au dedans et au dehors tous nos intérêts les plus sacrés, proteste avec indignation l'esprit d'indépendance et de dignité de notre peuple, qui n'en est pas encore à faire ses preuves. Vous assistez à une crise aiguë, qui, malgré toute sa virulence et par ce symptôme teutonique même, n'est qu'un accident sporadique de guerre, qui passera avec elle et encore plus vite, car il ne durera que le temps indispensable pour que notre peuple, déjà remis de sa surprise, reprenne toutes ses forces.

Il vous fallait attendre le rétablissement de l'ordre, partout incompatible avec l'usurpation des pouvoirs, et qui ne reviendra que quand la nation, ayant recouvré ses forces, aura rétabli aussi de nouveau le règne de la liberté et du droit, comme en 1910, avec tout son grand coeur, sans commettre ni provoquer de représailles.

Malgré tout, votre gouvernement a reconnu comme normale cette situation si chaotique et si affreuse, et il a jugé nettement juridique, sous le point de vue du droit international des peuples libres, pour lequel nos soldats combattent à côté des vô-

tres, ce régime dictatorial de guerre à nos démocraties, que tous les réactionnaires saluent, sans que l'obsession factieuse de quelques dissidents républicains donne le change à personne.

Et, — comme c'est triste à constater! — le Gouvernement Anglais a mis cette fois-ci à se prononcer un empressement qu'il n'avait pas montré pour notre vraie République, celle pourtant que notre peuple a voulue et faite avec toute la foi de son âme; celle qui, par cela même, était si prévue, si attendue et si authentique. Les scrupules qu'il a eus alors à ne pas reconnaître le nouveau régime créé par notre Révolution nationale, avant la réunion du Parlement et le vote de la Constitution, il ne les a plus sentis maintenant envers le «présidentialisme» intrus, sorti d'une révolte de caserne et de rue.

C'est tellement étrange, qu'on se demande si on n'a pas conspiré en même temps contre nous et contre vous. C'est à vous de vous en enquérir. J'ai, moi, toute confiance dans la raison et dans la sensibilité morale de votre belle nation. Elle ne saurait vouloir ajouter, où que ce soit, la dictature extérieure à la dictature intérieure.

Je comprends, du reste, toutes les difficultés, et, permettez-moi de le dire, les erreurs, qui semblent souvent inévitables, de la politique de guerre des Alliés.

Chacun d'eux est si absorbé par ses propres soucis de guerre si urgents, que leurs gouvernements ne peuvent toujours s'occuper bien directement des problèmes, à ce moment si imprévus et si délicats, de leur front politique commun à tous. Ils n'ont pas encore une action d'ensemble pour le commandement de leur campagne politique. Ils se déchargent, le plus qu'ils peuvent, de cette tâche, les uns sur les autres. A notre égard, par exemple, on se range généralement à l'avis de notre ancienne alliée, l'Angleterre, ce que, assurément, elle regrettera avec nous, car elle sait bien que nous ne tenons tant à notre alliance que, précisément, parce qu'elle comporte, non pas la moindre diminution pour nous, mais, bien au contraire, l'augmentation réciproque de nos valeurs dans le concert des nations.

Et nos alliés s'en rapportent naturellement trop aussi à leurs agents à l'extérieur, qui, alors même qu'ils ne seraient pas gênés par les sentiments étroits de leur entourage et par leurs propres préventions sociales arrié-

rées — ce qui arrive fréquemment — ne se sont pas tous complètement préparés à ce surcroît de responsabilités.

Leur collaboration soulève souvent des inquiétudes. Je ne vous citerai que deux faits dont les agitateurs ont, à grand bruit, fait parade, et qui ont causé vraiment scandale. Immédiatement après la révolte de Décembre, sur le camp encore teint et chaud du sang des victimes de la mêlée, on a vu avec stupéfaction apparaître, le visitant à coté du chef des insurgés, le chef de la Mission militaire anglaise. Leur intimité augmente, et le même chef de la Mission militaire anglaise, notre hôte, votre délégué, que nous avons entouré de toutes les considérations, se faisant accompagner solennellement des autres membres de la Mission à la prétendue acclamation présidentielle du chef de la révolte devenu chef de la dictature, en grande tenue, portant sur son uniforme de général les insignes de grand'croix qu'il venait de recevoir de la munificence dictatoriale, se croit en droit, à la fin de la cérémonie, à laquelle il ne pouvait même prendre part officiellement, de lever trois fois son képi, en signe de protection, sur la tête du

dictateur. On l'eût dit le parrain de ce régime.

Je tiens à vous déclarer, avec l'autorité que m'a valu l'exercice des plus hautes magistratures gouvernementales, qu'aucun représentant légitime de la souveraineté nationale en Portugal ne consentirait un tel geste.

Aussitôt après, la reconnaissance diplomatique de votre gouvernement survint.

Votre alliance, bien entendu, est avec notre nation tout entière. Vous n'avez pas à plaider chez nous la cause de notre démocratie; c'est à elle de le faire. Mais, dans le strict domaine international, il y a une opinion publique inter-alliée, base de la future société des nations, que chacune d'entre elles a bien le droit de réclamer pour elle. Et leurs gouvernements ne peuvent laisser de s'en inspirer. Il y a entre les démocraties un vrai pacte de solidarité qu'il n'est permis à aucune de briser.

Vous le ratifiez encore avec nous au mois d'Octobre dernier. Combien je garde vivant le souvenir des touchants hommages que, comme chef d'État, j'ai eu l'honneur de recevoir chez les Alliés!

Ils les rendaient à cette brave démocratie

portugaise qui, à travers toutes les menées des agitateurs que vous venez de reconnaître comme nos légitimes mandataires, a conduit fièrement notre glorieuse nation jusque sur les fronts de guerre. Et il y avait là de quoi m'enorgueillir aussi avec elle, moi, qui, dès le 7 Août 1914, avait pris, comme chef du Gouvernement, d'accord avec tous les partis républicains, la première initiative de notre campagne.

Vous sentiez bien alors que notre confraternité d'armes ne faisait qu'une avec notre confraternité démocratique. N'en doutez pas, non plus, aujourd'hui. L'une est inséparable de l'autre. Et c'est pourquoi le peuple portugais, qui est toujours fidèle à lui-même, reste aussi fidèle aux Alliés.

Agréez, Monsieur le Premier, avec le témoignage de mon inaltérable attachement à votre illustre nation, notre alliée, l'assurance des sentiments d'estime et d'admiration que je suis heureux de pouvoir vous renouveler.

Hendaye, 2-6-918.

*Bernardino Machado.*

Ao Dr. Eduardo de Sousa

Meu caro amigo

Alguns jornais daí deturpam a expressão *homologar* que empreguei na carta a Lloyd George. O reconhecimento diplomático não é outra coisa. E' a homologação do direito interno pelo direito internacional. Ora, não existindo entre nós actualmente uma situação de direito, homologar a situação anómala que atravessamos, foi praticar um acto não de direito internacional, mas de intervenção estrangeira. Por isso protestei contra o reconhecimento. A carta tem êsse carácter de altivez patriótica.

Muito e muito bem *A República!* Mas recebo-a muito irregularmente. E' talvez necessário mandar-ma para o nome da minha filha Maria.

Saüdosamente, com muitos votos pelo seu lar,

Seu dedicado amigo e ad.<sup>or</sup>

*Bernardino Machado.*

Hendaya, 14-6-918.

Ao "Diário de Notícias",

(Telegrama)

Lisbonne — "Diário de Notícias"

Prie rectifier dépêche Madrid sur ma lettre Lloyd George.

Ce que j'ai mis en relief, ç'a été pacte solidarité des démocraties portugaise et anglaise, qu'aucun des deux pays doit rompre.

6-918.

*Bernardino Machado.*

Criação da embaixada inglesa em Lisboa

(Telegrama)

Bourbon e Menezes

Rue S. Mamede, 43 — Lisbonne.

Prie déclarer ai rencontré meilleurs dispositions officielles Londres, quand Octobre, d'accord avec gouvernement, j'ai pris initiative création ambassade.

Juin, 1918.

*Bernardino Machado.*

## O Parlamento Constitucional

Que não se abra o novo Parlamento confeccionado pela ditadura sem que o verdadeiro Congresso da República, que devia reunir-se logo após o 8 de Dezembro, faça, ao menos, aparecer em público o seu protesto. O contrário seria uma fraqueza e uma deserção de que não posso imaginar capazes os seus membros.

(Comunicado para Lisboa em 6-6-918.)

Sá Cardoso

25-6-918.

Meu Ex.<sup>mo</sup> Amigo

Um grande abraço de amizade e de felicitações por aquela carta magistral (\*), onde pulsa o coração dum grande português.

*Sá Cardoso.*

---

(\*) A Lloyd George.

## Reconciliação com o dezembrismo?

Ao Dr. José de Castro

Meu Prezado Amigo

Os republicanos da opposição ao Afonso Costa, unionistas e outros, soffreram da illusão de que eram solidários com a revolta. Alguns imaginaram mesmo que haviam sido os seus fautores. Mas elles não serviram senão para dar aos revoltosos uma bandeira republicana que cobrisse a sua traição. E, feita a revolta, imaginando engrandecer-se a si próprios, deram aos revoltosos os foros de revolucionários, isto é, a omnipotência. Daí todos os desmandos da ditadura contra a Constituição e todos os seus atrevimentos, que teem ido num crescendo até à ameaça de fuzilamentos. Para cúmulo, alguns dêsses mesmos republicanos, por cima dos quais os ditadores passaram, pretendem agora submeter-lhes a opinião republicana, para fazerem a guerra aos monárquicos. Que absurdo revoltante!

A ditadura presidencialista é reaccionária por si própria, e, por isso, só com a reacção

pode viver. E que a Monarquia seja restabelecida em Portugal por quaisquer aventureiros, isso não a degradaria mais do que já está; mas não é por mãos dêles que à República é lícito restabelecer a sua continuidade entre nós.

Conto com o seu concurso contra semelhante campanha, que só serve para alimentar fraquezas e transigências.

O Álvaro? Saüdades para os dois, com os mais dedicados votos pelo seu lar.

Todo seu

*Bernardino Machado.*

Hendaya, 27-6-1918.

### A nossa intervenção na guerra

«Paz» («A República»)

Lisbonne.

Veillez dénier formellement ayons sollicité Angleterre notre intervention guerre avec recommandation France. Aussi inadmissible que faux. Après ma déclaration 7 Août 1914, approuvée unanimement Par-

lement, que Portugal était prêt tous sacrifices faveur notre alliée, elle nous invita 10 Octobre immédiat à confraternisation militaire. Et renouvela invitation, faite nom alliance, 16 Juillet 1916.

Hendaye, 2-7-918.

*Bernardino Machado.*

**Ligue Française pour la Défense  
des Droits de l'Homme et du Citoyen**

FÉDÉRATION DE LA GIRONDE

Bordeaux, le 22 Juin 1918.

Mon cher Président

Sous les auspices de l'illustre citoyen Xavier de Carvalho, j'ai l'honneur de vous inviter à vouloir bien assister à la manifestation républicaine que la Ligue des Droits de l'Homme organise à Bordeaux le samedi 6 Juin 1919, 9 h. du soir, dans l'amphithéâtre de l'Athénée municipal en l'honneur de *L'Amérique, le Portugal, la Société des Nations.*

Les orateurs inscrits pour prendre la parole sont: Ferdinand Buisson, Xavier de

Carvalho, Henri Michel (sénateur), Lucien Victor, Meunier et Léon Baylet, Président de la Fédération, qui présidera la solennité.

Ca sera pour nous un grand honneur de recevoir le grand citoyen Bernardino Machado, qui symbolise à nos yeux la République démocratique du Portugal.

Veillez accepter les hommages respectueux de votre dévoué ami et admirateur

*Baylet Léon.*

2, Rue Ruhan — Bordeaux.

---

(Télégramme)

Professeur Léon Baylet

Rue Ruhan, 2 — Bordeaux.

Très touché invitation, regrette ne pouvoir prendre part solennité honneur Portugais Américains, dont association nous est extrêmement flatteuse. Heureux réitérer expression mon dévouement démocratie française. Salutations affectueuses.

2-7-918.

*Bernardino Machado.*

Monsieur Bernardino Machado

Hotel Eskualduna — Hendaye.

Manifestation splendide. 3000 personnes.  
Votre nom acclamé dans discours Baylet.  
Portugaise écoutée debout. Acclamations  
République, soldats portugais.

Bordeaux, 8-7-918.

*Xavier de Carvalho.*

### Os aliados

Hendaya, 4-7-1918.

Prezado amigo e sr. Guillaîne

Peço-lhe que me dê notícias do seu estado de saúde. Agradeço-lhe as suas palavras de affecto pela democracia portuguesa. Sei bem quanto são sinceras.

Mas como é triste o que, entre os aliados, se passa connosco! Os seus governos associam-se tanto aos nossos inimigos, que nem a minha carta a Lloyd George se considera publicável. Não temos sequer o direito de recorrer dêles para a opinião. Sinto-o devéras.

Que solidariedade! Quanto me custa ver o chefe de Estado inglês tratando de igual para igual com um aventureiro, e o Govêrno francês, representado por um dos seus ministros, *oficializando* a conferência do delegado dêsse aventureiro, seu *chefe de informação nos países aliados!* E' a conseqüência do reconhecimento, bem sei. Mas que castigo!

A guerra pelo direito não se faz só com o heroísmo militar, mas também com firmeza política. Não se faz, olhando só ao exército e perdendo de vista a causa por que se combate. E, no nosso caso, desatendeu-se a tudo. Os aliados deram em Portugal a mão aos revoltosos que se levantaram contra a obra interna e externa da nossa democracia.

Retirou-se do exército francês a nossa aviação, e deu-se ordem para o regresso da artilharia pesada que nêle incorporáramos. E o Govêrno francês ficou indiferente. Dissolveu-se o contingente autónomo que puséramos em campo com o exército inglês, achando-nos reduzidos à vergonha de termos, a cavar, os soldados que vieram para se bater e sabem bater-se, tendo ao mesmo tempo na frente canhões entregues aos in-

gleses, quando os nossos artilheiros não valem menos. E a Inglaterra, que não hesitou perante os mais graves embaraços para recrutar 50.000 irlandeses, abandona perto de 60.000 soldados que juntamos aos seus. Que quere dizer tudo isto?

Honram-se e ajudam-se polacos, cheques e eslovacos, que aspiram nobremente a reconstituir as suas nacionalidades. E nada mais justo. Mas a nós, que demonstramos bem, pelo valor do nosso povo, ser uma nação, abate-se!

Cordiaes votos pelo seu completo restabelecimento e pelo bem-estar de sua família.

Seu grato amigo

*Bernardino Machado.*

14 de Julho

(Télégrammes)

À Son Excellence Monsieur  
Raymond Poincaré, Prési-  
dent de la République  
Paris.

Je m'associe fièrement de tout mon cœur  
aux soldats portugais qui ont eu l'honneur  
de saluer en vous la France du 14 Juillet.

*Bernardino Machado.*

---

(Officiel) Paris, Elisée, 16-7-918.

Président Bernardino Machado  
Hendaye.

Vous remercie de vos vœux et vous prie  
de recevoir mon cordial souvenir.

*Raymond Poincaré.*

## Prisioneiros de guerra

Em 16 de Julho de 1918, a convite do ministro de Portugal em Berne, dr. Bartolomeu Ferreira, associei-me à generosa iniciativa do *Comité portugês* de Lausanne de socorros aos prisioneiros de guerra que até Maio reabastecêra já duzentos e vinte e cinco prisioneiros e, após a chegada das listas dos prisioneiros do combate de 9 de Abril, estava alimentando quatro mil e trezentos prisioneiros, çifra ainda inferior à totalidade dos cativos portugueses na Alemanha.

## A carta a Lloyd George

Les Rochers, à Musin, près Bel-  
ley — Ain — 24 Juillet 1918.

Cher et illustre Président

C'est à la campagne, où nous venons d'arriver pour prendre un peu de repos indispensable, que nous avons reçu votre lettre ouverte, datée du 2 Juin, à l'adresse de Mr. Lloyd George. Comme il nous arrive,

toutes les fois que nous sommes en présence d'un écrit qui s'impose, j'ai lu à haute voix à ma femme et à ma fille ce manifeste d'une si sereine élévation morale et d'un style si grandiose: mon auditoire a partagé la vive émotion qui m'étreignait et c'est en notre triple nom que je viens vous féliciter de cette page qui restera parmi les plus éloquents révéndications du bon droit contre les usurpations insurrectionnelles suscitées dans tous les pays par la ruse et la fausseté germanique.

Combien vous avez raison d'évoquer le souvenir impérissable de votre héroïque envoi de troupes portugaises sur le front! Et comme vous auriez dû rappeler en même temps votre présence au milieu de vos braves jusque sur la première ligne de feu! L'Histoire n'oubliera pas votre œuvre, et notre espoir, au nom de la Justice immanente, comme en celui (qui se confond avec l'autre) du salut de l'Humanité, est de vous voir prochainement réintégré dans la haute situation que vous êtes si indiscutablement destiné à occuper et d'où, seule, la fourberie allemande a pu vous arracher un moment.

Permettez-moi de saisir l'occasion de cette lettre, où je ne puis vous exprimer qu'un

écho bien affaibli de nos sentiments à votre égard, pour vous prier d'offrir à Mesdemoiselles Machado nos plus respectueux hommages en même temps que les souvenirs les plus affectueux de ma femme et de ma fille. Tous les trois nous prions Votre Excellence de nous croire toujours ses admirateurs les plus sympathiques et les plus dévoués.

*Stanislas Meunier.*

### **Jornalistas sul-americanos**

Em 27 de Julho de 1918, foi oferecido por Mr. Henri Martinet um banquete em Hendaya à missão jornalística americano-latina, ao qual presidi, tomando também parte entre os convivas o dr. Afonso Costa e o dr. Silvío Rebelo.

Acompanhavam a missão o sub-prefeito da Gironde e os deputados da região.

Os jornalistas eram os srs.:

Garcia Calderon (Ventura), correspondente do *Fígaro*, da Havana — Peru.

Pedro J. Matheu, cônsul geral de Salvador, correspondente do *Diário de Salvador* — Salvador.

Ernesto Martin, cônsul geral de Costa Rica, correspondente da *Presse Libre* e da *Informacion* — Costa Rica.

Carlos Rey de Castro, correspondente de *La Prensa*, de Lima — Peru.

Capitão Montarroyos, correspondente do *Jornal do Comércio* — Brasil.

Tacio Hebeguer, correspondente de *La Nacion*, de Buenos-Aires — Argentina.

F. de Miomandre, correspondente do *Cromos*, de Bogota, do *El Guante*, de Guaiaquil e do *Rio Jornal* — Colômbia.

Halmar Thomson, correspondente de *La Union*, de Santiago — Chile.

Vicente Lapido, correspondente da *Tribuna Popular*, de Montevideu — Uruguai.

José Frias, correspondente de *L'Universal*, do México.

De Pau enviaram o seguinte bilhete postal:

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente Bernardino  
Machado

Hotel Eskualduna — Hendaye.

Testemunho da respeitosa simpatia da Missão Latino-Americana ao eminente homem de Estado, cuja alma luso-brasileira

resume as melhores aspirações entre os povos europeus e mexicanos.

(a.)

(Telegrama)

Armando Lança

Baião.

Mes plus tendres voeux complet rétablissement.

Hendaye, 31-7-918.

*Bernardino Machado.*

## A nação

(1 de Setembro de 1918)

Vão já passados mais de oito meses depois da revolta perpetrada em 5 de Dezembro, e as mesmas duas questões pendem sempre, como questões de vida ou de morte, sobre a nação: a República e a guerra.

Os monárquicos não tem em Portugal  
o direito de governar

A revolução republicana de 5 de Outubro não foi só uma mudança de chefe de

Estado e de Constituição política, foi uma profunda mudança estrutural da sociedade. E é por isso que se não pode voltar atrás. O constitucionalismo perdêra a consciência da sua missão, a ponto de renegar dos seus melhores títulos.

Nós é que, logo no Govêrno provisório, adindo o legado dos grandes liberais, restabelecemos as suas leis postergadas pelos seus degenerados sucessores. A República representa a continuidade e o nexo da nossa história. Nós sômos os autênticos herdeiros e prosectores dos altos espíritos que, pela obra educativa do seu convicto liberalismo, prepararam a transição do país da Monarquia para a República. Temos muita ufania em o confessar. Figuras como Fernandes Tomás, Mousinho da Silveira, Passos Manuel, Herculano, Garrett, José Estêvão, Sampaio, só por nós podem ser dignamente evocadas.

Como morreu a Monarquia constitucional? Pela sua retratação, pela sua defecção, confundindo-se com o passado reaccionário, que combatêra. Mas o mal não estava só no regime; o mal íntimo, medular — de que êsse não foi senão a representação — era a ruína das classes dirigentes. Tornára-

se tal a sua incapacidade e descrédito que, nos derradeiros anos da Monarquia, Parlamento, Juntas Gerais, Câmaras Municipais, Juntas de Paróquia só interessavam pela palavra dos republicanos, que já da opposição começaram então a bem servir o país.

Querer reduzir a revolução de 5 de Outubro a uma simples mudança superficial de govêrno, a pouco mais do que uma mera alteração ministerial, dar partilha no podêr a essas decaídas classes, é um acto de alienação política, contra o qual brada a realidade incontrastável do estado social. A República precisa, pelo contrário, de não perder de vista o seu problema basilar: a formação dos novos dirigentes. A função magna dos seus estadistas e homens públicos é criar colaboradores. E estes teem de saír, na plenitude do seu vigor, dos flancos fecundos da democracia portuguesa. E' laboriosa a gestação, mas foi sempre assim em tôdas as grandes transformações sociais.

A indiferença, registada geralmente, com que o povo assistiu ao simulacro eleitoral do dia 28 de Abril, prova agora mesmo (emquanto êle próprio não volta a atestá-lo, recobrando duma vez para sempre o livre exercício da sua vontade) que não é dos

resíduos da decomposição das velhas oligarquias que êle espera nada.

Em princípio, República e Monarquia são antinómicas, excluem-se. Uma representa o govêrno das castas, a outra o da nação; uma é o govêrno do privilégio e da tutela, a outra o da igualdade e da opinião. Podem essas castas inspirar-se lealmente nos ditames da vontade nacional ou conformar-se com as suas imposições, e então essa antinomia — não impedindo, de facto, a marcha social — irá gradualmente desaparecendo nos códigos pela evolução progressiva dum regime no outro. Aliás, dado o conflito, chega um momento em que necessariamente a revolução se desencadeia. Foi o que succedeu entre nós.

E, desde logo, é a nação, que fez a revolução, quem governa. Nem há novos privilegiados, a título revolucionário; nem as antigas hierarquias reaccionárias subsistem mais um momento, e ninguém tem o direito de chamar os seus representantes aos postos de comando cívico. Por maior que seja a sua confiança na consolidação e estabilidade radical das suas conquistas, devendo mesmo contar com a sua influência benéfica e até conversiva sôbre os seus ad-

versários, as democracias não podem, sem desfalecimento, entregar-lhes as suas instituições.

Para mais, os monárquicos militantes de hoje, em Portugal, não são só adversários, são inimigos.

Trazer para dentro da República os seus antagonistas encarniçados é evidentemente desnaturá-la, desconstitucionalizá-la, é deixar de estar em República para regressar à Monarquia, embora sem as velhas roupagens régias desbotadas e apenas com as lentejoi-las ridículas duma vil paródia germânica.

#### Os republicanos unidos são invencíveis

República só com republicanos: antigos e modernos, certamente, mas modernos igualmente sinceros e capazes de por ela se sacrificarem como os antigos, mas modernos que, honrando os antigos, tenham para com êles o sentimento dos seus deveres de confraternidade. Só os que a amarem como aqueles que, ao calor da sua fé no nosso ressurgimento, a fizeram erguer-se triunfante da consciência augusta do povo, teem o direito de a governar, porque só assim a servirão fielmente, confiantemente, com os olhos fitos

nos altos destinos da pátria. Essa fé é mesmo o que, entre nós, essencialmente distingue os republicanos dos monárquicos, que a perderam.

E, juntos, os republicanos, trazendo sempre no coração, como num relicário, a memória dos companheiros de campanha, que a morte nos levou, formamos um quadrado irredutível, não havendo vicissitude, por mais infausta, que não defrontemos firmemente e de que não saiâmos vencedores. A República, que, antes de 5 de Outubro de 1910, conseguira ser não só um numeroso partido, mas verdadeiramente a grande massa activa do país na opposição, tornou-se, desde então, de direito, o govêrno do país, e tudo o que já realizou por êle, pela sua alforria e pelo seu enaltecimento, afiança a sua vitória segura contra qualquer eventual surprêsa à sua soberania. Tem por si, a erguê-la nos seus escudos, todos os que redimiui e nobilitou, sem exclusão dos próprios adversários, que, usando da liberdade que receberam da sua mão, mesmo quando a atacam, lhe rendem involuntariamente preito. Mas, para se unirem estreitamente todos os republicanos em volta da causa comum, à qual a traição aberta

nas suas fileiras faz correr neste momento os maiores perigos, e para os conjurarem de golpe, é urgente que, reconhecendo uns e outros as suas virtudes, dêem tréguas aos seus agravos. Se houve culpa dos governantes, que presumiram demais do conceito imperativo da sua missão, não a apoiando bastante pela propaganda nas fôrças da opinião pública, houve-as também da opposição, que tam pouco apelou inteiramente para elas nas suas reclamações. E a República não tem outras fôrças senão essas.

Desarticulados assim os partidos republicanos, que são os órgãos da opinião, deprimida e inconsistente portanto ela mesma, o enfraquecimento do poder civil tornou possíveis os assaltos da indisciplina que os inimigos da pátria fomentavam, exacerbando perversamente as ásperas dificuldades da vida e atribulações de ânimo, inseparáveis do estado de guerra.

#### Os revoltosos e as suas perfidias

São, não obstante, tam profundos os sentimentos democráticos da nação, que, para a não alarmarem e levantarem de pronto a sua resistênciã esmagadora, os conspirado-

res necessitaram de envolver os seus nefandos desígnios nas dobras da bandeira da República, escondendo-se por detrás dos republicanos que instavam pela sanção constitucional da prerrogativa da dissolução parlamentar. E até hoje ainda não ousaram desfivelar a máscara da sua perfídia, e é hipòcritamente que teem rasgado os seus fingidos vínculos com a República implantada em 1910 e consagrada na Constituição de 1911.

Êles, tam brutais e poltrões, que perseguem e atacam canibalescamente os que não podem defender-se, andam cheios de medo à nação, que a sua ferocidade não terroriza, e, não se atrevendo a investir de frente com ela, maquinam tôda a espécie de ardis no intuito de a mistificarem.

Em nome do seu 5 de Dezembro, declararam-se ungidos do direito revolucionário, como se o golpe-de-mão dum motim de rua e dum pronunciamento de caserna, sem ideal, sem aspirações abnegadas, sem programa construtivo de reformas, sem uma organização política a dar-lhe fôrça moral, não tendo nenhum móvel confessável, nem outra finalidade senão a apreensão dos postos, dos títulos e dos réditos do Estado, se comparasse com uma revolução que, para

ser digna dêste nome, para ter autoridade e vingar, precisa de ser reclamada ansiosamente pela opinião e há-de ser o último termo, o desfecho do levantamento geral do espírito público. Assim foi a gloriosa revolução de 5 de Outubro.

Ninguém, a não serem os nossos inimigos, queria outra revolução senão a que, desde 1910, se estava operando ordeira e progressivamente nas leis e nos costumes. Os republicanos que, no ardor da sua refrega, falavam, com impaciente expressão, em revolução, não se faziam positivamente cargo de reforma que não fôsse constitucional, e alguns manifestavam mesmo o receio de que, não se promulgando depressa a que êles desejavam, uma irrupção violenta se viesse a produzir. Está claro que nenhum podia aventar a legitimidade dum movimento insurreccional, que pusesse em questão a República, que êles representavam. Não haviam de ameaçá-la.

Mas os próprios revoltosos acreditam tam pouco no seu estôfo revolucionário que, ao violarem a República e a Constituição, invocam-nas sempre. E o seu crescendo de insolência não é senão o seu crescendo de felonía.

Começaram por deduzir da dissolução parlamentar a destituição do chefe do Estado, asseverando, no mais dogmático tom jurídico, que esta era a consequência forçosa daquela. Como se a revolta contra o Parlamento visasse necessariamente também o Presidente da República, seu eleito — sobretudo por o ser —, e a destituição fôsse de direito, não uma pena applicável ao chefe de Estado que se revolta contra o Parlamento, mas àquele cujos actos sempre demonstraram que, ainda quando tivesse a prerogativa de o dissolver, atenderia escrupulosamente às suas indicações constitucionais.

Consumada esta investida, a consequência immediata a tirar, e agora certamente com incontestável lógica, era a substituição do chefe electivo por um chefe de mótu-próprio, que nada devesse à eleição. E até aí foi efectivamente o cabecilha da revolta, alçapremando-se à suprema magistratura da nação, mas para isso falsificou primeiro o sentido expresso da Constituição e simulou depois contraditòriamente a sua aclamação pela urna.

E agora só falta, para corrigir de todo a influência suspeita e odiosa do eleitor, acabar com a temporalidade do cargo de chefe

de Estado, e entraríamos em plena Monarquia. E' pelo que esperam os reaccionários de dentro e de fora do país, com os seus vários candidatos nacionais e estrangeiros.

Mas, embora o usurpador actual repudiasse o seu pretendido mandato revolucionário popular, declarando insubstancial, mesquinho, abaixo do seu papel histórico, o princípio da dissolução parlamentar, inscrito no lábaro da opposição republicana, com que a revolta se cobrira — o que foi o mesmo que romper todo o contacto com a República, sem, de resto, se importar de assim desmanchar como um castelo de cartas a scenografia dialéctica do seu acrobatismo político — e embora ficasse portanto aberto o campo à invasão providencial do credo realista, ninguém se abalançou por emquanto a êsse último passo.

Dinastia nova ou antiga, portuguesa ou não, tudo se suspendeu em embrião, até depois da guerra, mediante um presidencialismo plebiscitário, que, para não cortar nenhuma esperança, maquiavêlicamente se afirma, mais que nunca, neste último avatar das suas mistificações, fiel à República e à Constituição. Tanto uma e outra são tenazes!

E tanto é bem certo que foram os nossos dissentimentos de família, e só êles, que permitiram à aventura de 5 de Dezembro o fátuo e escandaloso successo das suas miserandas cabalas !

O dezembrismo constitui o maior ultraje  
feito à nação

A realeza praticou entre nós arbitrariedades sem conta, invadindo e absorvendo os outros poderes do Estado. Mas, ao menos, era constitucionalmente um dêles, e se, por vezes, confundiu os dois erários, ao menos, um era seu.

Tivemos, é certo, 1828. O absolutismo, na sua agonia, já depois da grande revolução liberal, com a veleidade senil de ainda reviver, reconduziu ao poder as velhas classes dirigentes, colocando no trono um príncipe que convulsionou tràgicamente a nação ; mas êsse príncipe tinha para o tempo o prestígio da estirpe e era mesmo tido por muitos portugueses como o rei legítimo.

A usurpação, nos nossos dias, é muito mais ultrajante. E tudo o usurpador d'agora atraiçoa: a Constituição republicana que votou ; a sua farda de combatente que, dian-

te do inimigo, trocou pela de insurrecto; o seu partido; os próprios lemas que charlatanescaamente apregoa um dia, e logo no dia seguinte esfarrapa com o mais deslavado impudor, com a maior inconsciência, porque êle nada representa da vida portuguesa senão a sua perturbação mais degradante. Nada para êle há sagrado. Tire-se a invasão estrangeira, e não se regista vilipêndio igual na nossa história.

E, ainda, para explicar êste improviso súbito dum chefe casual de aventureiros — desconhecido do largo público, sem um grande serviço a dar-lhe realce, não professando sinceramente, emocionantemente nenhum princípio político, porque nenhum o inspira e exalta — que encontra logo, ao redor, aclamando-o, uma comparsaria d'ambos os sexos, adrede ensaiada, não podemos inibir-nos de pensar nas influências estranhas que, nos últimos anos, se haviam infiltrado pelo país e que, na guerra como na paz, se caracterizam e destacam inconfundivelmente pela sua erupção teatral.

Eram elas que, desde que principiámos a preparar-nos para a guerra, convelliam as nossas camadas sociais, delas saíu a fermentação das sucessivas insurreições; e só

elas, com os seus meios surdos de audaz penetração, aliciando tôdas as ambições criminosas e mesmo tôdas as reclamações, embora em si justas, condenáveis por extemporâneas, acendendo a revolta política e militar pela agitação venal ao alcance dos seus industriosos agentes (como êles aí tripudiam agora!), podiam conduzir-nos a êste insólito *intermezzo* ditatorial, mixto de farça e de tragédia, que surge do lôdo das paixões, fora de tôda a lógica da nossa vida própria, como o espectro dos nossos mais negros dias, que tentasse, contra tôdas as leis da natureza, reanimar-se.

Temeríamos estar hoje nas vésperas duma catástrofe nacional, se não visionássemos no fundo dêste quadro oprobrioso, alicerçada com o nosso espírito e com o nosso sangue patriótico, desafiando tôdas as afrontas e tôdas as injúrias, a grandiosa figura da República, e, ao seu lado, convulso, indómito, o povo, que a fêz, que a ama, e que não a deixará sossobrar. Aos partidos republicanos impende organizar e dirigir a sua revindicação.

As violentas ditaduras monárquicas, a despeito dos preconceitos em que então se es-  
tribavam, sumiram-se para sempre na vora-

gem da execração pública. E os tempos mudaram, não sendo já possível o prolongamento de transes terroristas. A nação leva tamanha velocidade adquirida no novo estado de progresso em que entrou, que nada a suspenderá demoradamente na carreira ascensional da sua luminosa trajectória.

O constitucionalismo também, no seu revólto início, sofreu dêsses assaltos por tôdas as províncias, infestadas de bandos que se impunham aos governantes. Nós fômos mais malferidos, porque, entre as secussões da hora crítica presente, êles escalaram o próprio govêrno do Estado. Mas a anormalidade que atravessamos, é tam absurda, que não passa evidentemente, apesar de tam flagrante, apesar de todos os desastres que nos causa e a que nos arrisca, duma aberração efémera, esporádica, com raíses apenas nas nossas divisões e dissidências: delas nasceu e delas tenta viver, fraudulentamente. O que, portanto, é preciso e basta para a debelar é unirmo-nos.

**O dezanbrismo compromete a nossa situação  
internacional**

E, só depois, poderemos eficientemente continuar a bater-nos contra o grande inimigo externo, que ameaça a civilização, e do qual esta emboscada interna, como tantas cumplicidades indiciam, parece não ser senão um estratagema de guerra.

Desde a revolta, o nosso pôsto de honra na frente europeia foi desguarnecido e abandonaram-se de todo os heróicos soldados que lá fôram sustentar briosamente as nossas brilhantes tradições. Ficámos sem o sector portugûes, desfez-se o nosso corpo de exército autónomo, e as nossas tropas, depois da cruel provação a que, pelo desfalcamento das suas unidades, fôram expostas em 9 de Abril, já não combatem sob a bandeira da pátria.

Formam-se legiões polacas e checo-eslovacas, de povos que aspiram às suas nacionalidades, e, no momento da avançada, quando a vitória principia a estrelar glorificadamente sôbre os aliados, o valente exército portugûes, que tantas vidas já deu para ela, é mutilado, desagregado, diluído, pôsto na

sombra, os seus soldados a cavarem trincheiras, as suas baterias comandadas por vozes de oficiais estrangeiros, o seu comunicado de guerra extinto.

Com o eclipse das nossas liberdades internas, sofremos também o dos nossos direitos de nação.

E como havemos, na realidade, de continuar a esforçar-nos estõicamente pelo cumprimento integral dos nossos deveres em meio dos povos livres, se o estado de luta pelo direito, exigindo todos os sacrifícios, é um estado de purificação absolutamente incompatível com o furor egoísta, o desenfreamento das cobiças e a orgia ateadada na nossa sociedade pelos sinistros energúmenos que empolgaram a governação, como um fogo de perdição, dissolvente dos caracteres, que, se não o sufocarmos imediatamente, ameaça crestar os mais nobres impulsos da generosa alma nacional?

Com que autoridade hão-de tais possessos reprimir os desmandos dilacerantes que êles mesmos excitam com o seu banditismo?

A guerra externa degenerou em guerra interna. E, quando uma nação se deixa espoliar no seu seio por um podêr vão, que, no frenesi da própria inanidade, a imola,

como uma prêsã, a tôdas as reacções, monárquica, plutocrata e clerical, como ha-de defender-se desassombradamente da prepotência de estranhos?

Não faria mesmo sentido mobilizarmo-nos em prol da nossa soberania de homens livres na França, na África, em tôda a parte, onde ela nos fôsse disputada, menos no nosso solar natal. Para nos soerguermos de novo a tôda a altura da nossa representação internacional, temos de começar por julgar rigorosamente os insolentes que, em meio de nós, atentaram contra a nossa honrabilidade.

Se não, veja-se: Ao passo que não hesitava em arcar com uma conflagração na Irlanda para recrutar 50.000 homens, a Inglaterra, desde a revolta de Dezembro, vai para 9 meses, desinteressou-se dos nossos 55.000 soldados, bravos como os que mais o são e que ainda agora o teem galhardamente comprovado. Porque?

Desgraçadamente, para nosso maior desaire, os governos aliados deixaram de fazer connosco a política de clareza, pela qual os seus povos propugnam com tam admirável valor, e não se explicam. Dir-se-ia que, duvidosos e desconfiantes de nós, nos

entregaram exclusivamente ao critério e arbítrio inglês. E não é nada de estranhar que quem reconheceu como actualmente normal, entre nós, o govêrno duma demagogia militarista, julgue a nação, neste lance, anormalizada para tudo e sobretudo para a sua intervenção na guerra.

Urge restabelecer o prestígio da República  
e da pátria

Necessitamos de lhes demonstrar solenemente o seu engano e a sua injustiça. Quando, unidos, todos os republicanos, em 7 de Agôsto de 1914, lhes protestámos a nossa inteira solidariedade, custasse o que nos custasse, êles enviaram-nos expressamente os seus barcos de guerra a saüdar a bandeira portuguesa, e, em 10 de Outubro immediato, o govêrno inglês declarou-nos que, em presença da *forma legal e sem hesitações* por que procedêramos, *se animava a invocar a antiga aliança para convidar formalmente o govêrno português a colocar-se activamente ao lado da Grã-Bretanha e dos outros aliados, expedindo fôrças a cooperarem com as suas na presente campanha*, e acentuava em primorosos termos que, com o

nosso concurso, *ficaria muito sensivelmente fortalecida a posição dos exércitos aliados no teatro occidental da guerra.*

E, quando, após o 14 de Maio, outra vez unidos, honrámos a nossa palavra e pusemos os nossos soldados ao lado dos seus, tributaram-nos a sua alta estima, cercado de inolvidáveis homenagens o chefe eleito da nossa nação.

Cidadãos! Quebremos tudo que nos divide, e reconstituamos pela nossa mais entranhável união a nossa fôrça militar, o nosso prestígio nacional.

Proclamando as novas instituições, quise-mos revindicar para sempre os nossos foros dentro e fora do país. A nossa luta externa não é senão a continuação da luta que internamente travamos com o mesmo inimigo, a reacção.

Mas a República, ardentemente ambiciosa do ressurgimento e do renome da pátria, esqueceu-se muito de si, e a vida duma é inseparável da outra. Tam absorta e consumida a traziam as fainas e preocupações da guerra, que se despreveniu dos manejos criminosos dos díscolos que, explorando as suas canseiras, as suas dôres, os seus martírios íntimos, conspiravam desalmadamente

contra ela, deturpando a sua acção, difamando os seus homens.

A própria confiança no prestígio da grande obra renovadora em que estava empenhada, a deslumbrou. Organizou exércitos para a segurança da nação, e não se apercebeu bastante para a sua. Não previu os traidores, e êles até o seu nome se atreveram a ludibriar e a poluir.

Ai! eu, que sinto bater unísono com o meu o seu coração confrangido, compartilho devéras as suas torturas, os seus sobressaltos e a sua cólera.

República nova! Mas República não é uma palavra equívoca, que qualquer intruso da política possa ter na bôca, sem a ter no peito, profanando-a. E' um verbo religioso, que possui uma alma, a alma altiva da nação, palpitante das ansiedades, dos sonhos e das esperanças de quantos tem batalhado e sofrido pelo seu resgate.

E êsse intima-nos veementemente a infligirmos um castigo exemplar aos aventureiros que nos delapidam e aviltam. Êsse lembra-nos severamente que temos um ideal progressivo a cumprir, sem perda de tempo, sem interrupção, e que só conseguiremos cumpri-lo, através de tôdas as hostilida-

des reaccionárias, pela mais larga e intensa propaganda de cada um dos temas de interesse nacional em que êle se desdobra e seria, de modo que entre os nossos espíritos se não levante jãmais de futuro nenhum muro, em cuja sombra os inimigos da pátria se dissimulem traiçoeiramente para nos saírem de surprêsa ao caminho.

Hendaya, 1-9-918.

Dr. Fernandes Costa

Lisboa.

Nossas muito comovidas condolências (·).

*Bernardino Machado.*

Albert Thomas

Chambre  
des Députés

Paris, le 5 Septembre 1918.

Monsieur le Président

Vous m'avez fait l'honneur de m'envoyer la lettre publique que vous avez adressée à

---

(·) Pela morte de sua filha, Dona Leopoldina, da Cruzada das Mulheres Portuguesas.

M. Lloyd George, noble remontrance, d'autant plus poignante qu'elle est plus modérée.

J'éprouve quelque gêne à vous exprimer les sentiments qu'elle m'inspire, puisque le gouvernement français a cru devoir, lui aussi, reconnaître le gouvernement du coup d'État, et j'ai le sentiment que ce n'est pas assez de vous parler d'une vaine sympathie où vous seriez en droit de ne trouver que l'injure d'une dérisoire pitié. Car, nous, libéraux et socialistes, avons-nous donné à votre cause autre chose qu'une vaine sympathie?

Je sais bien que votre haute pensée sait trouver des excuses à la politique dont vous avez souffert. Celle de notre gouvernement, absorbé par les soucis de guerre, lui a été dictée d'une part, je le suppose, par le désir de conformer sa conduite à celle de ses Alliés, de l'autre par celui de ne pas prendre parti et de ne considérer de votre pays que l'armée qui se bat sur notre front. Mais nous, libéraux et socialistes, quels qu'aient été nos scrupules et nos craintes, ne vous avons-nous pas donné à penser que nous les exprimions mollement? Notre opposition en matière de politique in-

ter-alliée, se laisse, à vrai dire, imposer de grandes réserves. Mais si nous sommes sincères avec nous-mêmes, nous reconnâtrons que nous avons été trop oublieux, dans notre inquiétude immédiate et dans notre détresse, du problème de principes, du problème d'avenir qui se posait dans votre cas. Neutralité politique dont nous avons fait hommage à la guerre et à ceux de vos soldats qui ont subi avec nous les rudes coups de ce printemps. Mais cette réserve et cette neutralité politique étaient-elles nécessaires et sages ?

Vous rappelez très justement ce qui vous attachait à l'Entente. « Notre confraternité d'armes, dites-vous, n'a fait qu'un avec notre confraternité démocratique ».

Vous êtes attachés à l'Entente, en raison de ce qu'elle représente dans le monde. Vous avez partagé la guerre qu'elle mène en raison du principe même de cette guerre.

Guerre des nations, guerre des démocraties, guerre de la liberté et du droit ! formules qui ont retenti dans nos assemblées et que nous avons semé dans nos écrits, mais dont la répétition ne devrait pas avoir oblitéré le sens.

Un jour, nous avons pu croire que la Révolution russe leur rendait une éclatante jeunesse, et l'Amérique, guidée par le Président Wilson, leur donne l'autorité de sa puissance et de ses sacrifices. Nous ne sommes pas une coalition d'États ligüés par leurs intérêts. Nous sommes l'alliance des démocraties, qui s'est conclue pour l'organisation du monde selon les principes de la justice et de la démocratie. Mais, alors, pouvons-nous être indifférents à ce que les accidents de la lutte politique inflige de déchets à l'idéal commun au foyer de chacun de nous ?

Les participants de notre ligue ont-ils le droit d'user et d'abuser de leur libre arbitre politique ? Grave problème qui imposera de scrupuleuses méditations à cette Société des Nations dont vous souhaitez l'avènement et dont notre Entente donne une image encore si peu parfaite.

Nous savons, nous, libéraux et socialistes, que le coup d'État portugais a blessé notre idéal. L'attitude que nos nations ont prise à son égard nous laisse un sentiment de malaise, de dépit et de honte. Honte de notre paresse d'esprit, si mal informée des circonstances particulières où notre sort se

débat, si lente à connaître nos amis et si molle à les défendre, si peu claire sur les principes. Nous sentons que nous vivons au jour le jour et qu'une pensée, qui se contente d'être quotidienne, sacrifie l'objet et les raisons de la victoire aux âpres difficultés du présent.

Vous faites appel à l'opinion des nations alliées, des démocraties, comme à un tribunal dont le jugement a été esquivé et devrait déjà être entendu. Je suis persuadé comme vous qu'elle se dirige vers l'idéal que vous exprimez. Mais elle s'y dirige à tâtons, à travers quelles obscurités, quels obstacles, et avec quelles hésitations!

J'ai confiance qu'elle arrivera à la clarté et qu'elle rendra le jugement attendu. C'est avec ce sentiment que je vous écris aujourd'hui, et que je vous envoie l'hommage de ma profonde sympathie.

Monsieur Bernardino Machado

Président de la République Portugaise.

*Albert Thomas.*

---

A Monsieur Albert Thomas,  
Député, ancien Ministre de  
la République Française

Mon cher Ministre

La démocratie portugaise a énormément souffert avec la guerre. Pour y prendre part, elle a interrompu son œuvre patriotique de reconstitution nationale, qui était aussi celle de sa propre défense. Ses ennemis, intérieurs et extérieurs, ont exploité les inévitables embarras qui lui sont survenus, pour conspirer contre elle. Et, quand elle s'est trouvée dans la douloureuse épreuve qu'elle traverse encore, ses alliés l'ont abandonnés et se sont ralliés à ses ennemis, en déchirant un engagement qui n'avait pas eu besoin d'être signé, puis qu'il avait été scellé avec le sang, dans la communauté de sacrifices offerts à la même cause.

Certes, nous ne pouvons désirer, et jamais nous n'accepterions aucune intervention étrangère en notre faveur. Mais comment admettre qu'on soit intervenu contre nous, en reconnaissant, au nom du droit international, comme légitime, une éphémère

situation intérieure, tout à fait anormale, qui ne vise à réaliser aucun principe, aucune noble aspiration et ne fait qu'allumer tous les troubles dans la société portugaise ?

Il suffit de dire que cette usurpation du pouvoir chez nous, en proclamant une *République nouvelle*, s'appuie sur tous les réactionnaires, en même temps qu'elle attaque sauvagement tous les démocrates.

Comment expliquer une semblable attitude des gouvernements alliés, d'autant plus que tous ces réactionnaires, ouvertement ou non, sont avec l'Allemagne, alors que tous nos démocrates, cela va sans dire, se dévouent à la cause des Alliés ?

Le gouvernement anglais ne s'explique pas, et les autres ne lui demandent pas d'explications. Pas de politique internationale de clarté à notre égard.

La démocratie anglaise éprouve-t-elle un sentiment de solidarité envers son alliée, la démocratie portugaise ? La République française et les Républiques américaines l'éprouvent-elles également envers leur sœur, la République portugaise ? Leurs gouvernements n'en tiennent aucun compte. Tous, ils se rangent à l'avis de la chancellerie anglaise. Et on entend le roi d'Angleterre trai-

ter d'égal à égal avec le chef des aventuriers de la révolte de Décembre, en lui exprimant sa satisfaction de voir le Portugal rentrer dans une nouvelle ère de prospérité. Et cela, sous le terrorisme, qui nous gaspille nos meilleures forces. Vous conviendrez que c'est invraisemblable pour un gouvernement allié. C'est approuver tous les actes de sauvagerie à l'allemande, commis par ces aventuriers contre notre démocratie. Mais de quoi est-elle responsable? Quel est son crime?

Dès le 5 Décembre, date de la révolte, il y a déjà neuf mois, on n'a plus envoyé de Lisbonne de troupes en France, on en a même renvoyé beaucoup d'éléments, et on déclare avoir toujours procédé d'accord avec Londres. Donc, notre crime a été notre coopération militaire dans la guerre; pas précisément l'envoi de 55.000 soldats qu'on ne peut manquer d'apprécier pour leur bravoure, surtout quand l'Angleterre n'hésite pas devant une conflagration en Irlande pour recruter 50.000 hommes, mais notre envoi d'un corps d'armée autonome, avec un commandement et un communiqué à nous, affirmant la valeur morale de notre libre nation.

Voilà le crime de la République portu-

gaise? C'est, en effet, celui dont nous accusent nos réactionnaires. Cela aurait froissé le vieux protectorat anglais du temps de la Monarchie. Nos ennemis ayant profité de nos tracas de guerre pour préparer leur révolte contre nos libertés constitutionnelles, le gouvernement anglais aurait profité du déchirement causé par la révolte, qui nous affaiblit momentanément, pour se ressaisir, lui, contre notre fierté nationale. Et il se serait uni à Sidónio Pais comme le gouvernement allemand s'est uni à Lénine, avec l'aggravation toutefois contre lui, que le Portugal était, non un ennemi, mais l'allié de l'Angleterre — il venait même d'en faire courageusement la preuve —.

Avons-nous alors devant nous encore l'Angleterre qui a fait avec l'Allemagne le traité de 1898 sur le partage de nos colonies d'Afrique?

Ce serait vraiment bizarre. Et pourtant le paradoxe ne semble pas impossible. Est-ce qu'il n'y a pas des démocraties avec des gouvernements où les affaires étrangères sont dans les mains de ministres et diplomates conservateurs, dont quelques-uns le sont même trop? Peuvent-ils se combattre et contredire eux-mêmes?

Je rends justice à leur patriotisme, mais aussi à la fermeté de leurs convictions. Ils feront tout pour défendre leur patrie, assurément, mais sans changer de *criterium* politique, sans devenir pour cela des démocrates. Je ne crois pas que la guerre leur ait fait prendre le chemin de Damas. Et il est à redouter qu'ils jouent même de rôle de nouveaux riches en politique, s'ils le peuvent. Du reste, qu'est-ce que le bloc que le gouvernement anglais a réussi à faire avec les autres gouvernements alliés pour la reconnaissance de l'actuelle dictature portugaise, sinon une tentative de flagrant protectorat ?

Quant au gouvernement français, il agit comme s'il n'existait pas une politique directe, commune, démocratique et républicaine entre le Portugal et la France.

Je comprenais que, sans se mêler à nos luttes, il fit tout pour sa part, afin que l'actuel militarisme portugais accomplît nos devoirs de guerre. Mais non, il ne tient pas du tout à ce qu'on ne réduise pas nos forces sur le front, ni même non plus à ce qu'on n'enlève pas du milieu de ses armées les aviateurs et les artilleurs que nous y avons.

Et il prend aussi tellement parti contre

nous, qu'on peut tout publier en notre désavantage. Pour diriger cette propagande diffamatoire, on a mobilisé exprès de Lisbonne un scribe qui était avant la révolte agent des monarchistes à Paris, et on vient de lui adjoindre maintenant, à titre d'aliadophile, un autre personnage pareil, qui se dit monarchiste. Par contre, malgré l'intervention de Clemenceau (j'en suis témoin), la censure ne permet pas la publication d'un mot pour notre défense. Son zèle rivalise avec celui de la censure portugaise.

Nous rompons ce dur cercle d'hostilités par nous-mêmes, par notre volonté et notre effort de vivre et vivre librement, sans que nous arrêtent les menaces que la réaction nous adresse dès à présent dans la presse portugaise à sa solde, annonçant contre nous une intervention armée pour le *rétablissement de l'ordre*. Mais nous comptons aussi avec la sympathie des hauts esprits comme le vôtre. Votre belle lettre m'en donne la plus ferme assurance. Je la garde comme un des plus précieux gages de confraternité que je pourrais recevoir dans cette France que j'aime tant, et où il ne peut manquer de se produire, à votre généreux exemple, le libre mouvement d'opinion auquel, per-

mettez-moi de le dire, français et portugais, nous avons droit. Et il le faut bien pour mettre notre politique internationale à l'unisson des sentiments réciproques de nos peuples et de leurs espoirs revendicateurs dans les glorieuses victoires du front.

En excusant l'amertume de mes franches paroles, agréez, mon cher Ministre, l'expression cordiale de ma profonde et reconnaissante admiration.

Hendaye, 27-9-1918.

*Bernardino Machado.*

### 3 d'Outubro

(Telegrama)

Docteur Bernardino Machado

Hotel Eskualduna — Hendaye.

Vous prie accepter chaleureuses salutations votre qualité Président République Portugaise jour anniversaire sa proclamation.

Londres, 5-10-918.

*Norton de Matos.*

---

Colonel Norton de Matos

Londres.

Agréez, avec souvenirs dévoués, expression très émue ma solidarité profondément reconnaissante au grand organisateur notre relèvement militaire.

Hendaye, 8 - 10-918.

*Bernardino Machado.*

**Presidente Wilson**

À Monsieur Woodrow Wilson,  
Président de la République  
des États-Unis de l'Amérique  
du Nord.

Monsieur le Président

Vous avez acquis une autorité sans pareille. Vous parlez au nom des peuples libres. Vous cherchez à fonder la société des nations sur la démocratie. Vous croyez même nécessaire, pour le règne de la paix dans le monde, la démocratisation de celles

dont l'autocratie est responsable des crimes de cette guerre. C'est pourquoi je m'émeus des sentiments que, au moment même où vous exercez une si haute magistrature, vous exprimez au chef du militarisme qui nous étreint en Portugal.

Ce sont naturellement les conséquences de l'équivoque qui vous a porté à concourir à la reconnaissance diplomatique de ce militarisme, reconnaissance non seulement surprenante de la part d'un gouvernement démocratique, mais d'autant plus étrange que, sous la forme collective qu'elle a prise, par l'initiative du gouvernement anglais, elle risquait d'en signifier implicitement une autre, encore plus blessante pour notre fierté, celle de l'hégémonie d'une puissance étrangère sur nous, qui n'existe pas, car l'alliance avec l'Angleterre, que la République portugaise a renouvelée et à laquelle elle s'est montrée si dévouée, est, il faut bien l'accentuer, un pacte de libre solidarité, absolument incompatible avec la moindre atteinte à notre honneur, et comme telle la saluaient, il y a à peine un an, le gouvernement et l'opinion anglaise en ma personne.

Nous avons, ainsi que notre Alliée, une place marquée dans l'histoire. C'est nous

qui, par nos navigations et nos découvertes, avons ouvert l'horizon des temps modernes, en décidant à toujours, par la valeur héroïque de nos ancêtres, du triomphe de la civilisation européenne. Nous avons fait, avec son étendard, le tour du monde. Malheureusement, nous avons beaucoup souffert de la déchéance des classes dirigeantes. Pour nous en sauvegarder, nous avons dernièrement proclamé la République. Et cet effort de relèvement nous a conduits, pleins de foi, jusque sur les fronts de guerre, où nous avons à défendre cette civilisation même dont le Portugal avait été le vaillant pionnier.

La trahison nous a assailli alors, et toutes les survivances réactionnaires se sont déclanchées furieusement contre nos libertés publiques. De suite, notre noble élan de guerre a été relâché par un pouvoir d'aventure, qui ne fait qu'assembler des forces pré-toriennes de haine pour se maintenir, en nous déchirant.

La nation est dépossédée de son légitime gouvernement; elle n'en a même plus aucun, ni monarchiste, ni républicain. Le militarisme que toutes les réactions effrénées appuient, est si impuissant à l'organiser,

qu'il prétend affrontément faire passer sa démagogie terroriste pour un semblant de nouveau régime démocratique, qui continuerait la République sans les républicains qui l'ont propagée et constituée.

Voilà la situation précaire, insoutenable, de conflagration incessante, que, sans craindre de se ranger à côté des réactionnaires portugais, les représentants des démocraties étrangères n'ont pas hésité à sanctionner comme normale, en commettant par là une double faute contre le droit public, interne et externe, que nous plaidons, nous tous. Est-ce compréhensible? Avec quel fondement et dans quel but l'a-t-on fait? Il fallait, au moins, l'expliquer, et c'est ce que nous attendons encore de la probité des hommes d'État comme vous, qui sont investis du mandat de la souveraineté populaire.

Nous nous approchons de meilleurs jours, la victoire de la démocratie est assurée, et nous espérons qu'elle rayonnera aussi pour nous. Quand les justes aspirations d'autres peuples vont être satisfaites, on ne voudra pas flétrir les nôtres. Aucun n'a plus de titres que nous pour les soutenir.

J'ai l'honneur, Monsieur le Président, de vous présenter tous mes confiants hommages.

Hendaye, 28 Octobre 1918.

*Bernardino Machado*

Président de la République Portugaise.

**Manuel Cossio**

Quinta de San Victorio

Betanzos

(Galicia)

Set. 1918.

Muy querido Amigo y Presidente

.....

Mi más calurosa felicitacion por el *documento* (\*), que será historico. Ese es el lenguaje noble y varonil que corresponde a la alta representacion que U.<sup>d</sup> lleva consigo. Justicia para los hechos. Dignidad en las

---

(\*) Carta a Lloyd George.

personas. Y ya vendra su dia, que será el dia de la victoria y de la patria.

.....

Le abraça de corazon

*Manuel Cossio.*

### A nação

Desenganem-se todos, dentro e fora do país. A usurpação governativa em Portugal é essencialmente precária. Não há colisões e transigências que entre nós a sustentem e amparem. E os governos estrangeiros que ilegitimamente a reconheceram, não podem deixar de sentir-se do desaire de terem de tratar com os seus desqualificados representantes e agentes. Imagino-os arrependidos de tal confraternização.

O absurdo e o crime não se estabilizam. Um povo de cidadãos só aceita como governantes os homens de princípios e de ideal que assegurem à sua história a continuidade do seu destino. A República continua a Monarquia liberal, mas não a prolonga, nem, muito menos ainda, a retrotrai.

Compreende-se transitòriamente o eclecticismo constitucional. República com monárquicos contra republicanos, que impudente fraude!

E é essa a República nova dos criminosos díscolos, sem vislumbre de convicções, que no transe cívico em que a nação arriscava denodadamente a vida na guerra e arcava dentro do seu lar com as duras crises do trabalho e da subsistência — quando, necessária, mais que nunca, a união e a disciplina, ela se entregava ao patriotismo de todos os verdadeiros portugueses —, atearam contra a sua hombridade a conspiração e a revolta do ódio, da corrupção e do mêdo.

Encontramo-nos hoje com uma infecção moral, deletéria e perniciosa, como nenhuma outra, que, propagando-se a ferro e a fogo, só a ferro e a fogo se destrói e domina.

Conheço bem a nossa gente. Vi-a, dia a dia, levantar-se formidavelmente para o 5 de Outubro. Ela executará decerto, sem desmandos impróprios do seu valor, mas com todo o desassombro, o rigoroso saneamento que se impõe. Bravos, em cujo seio se recrutaram os soldados e marinheiros

desta empolgante guerra, não desertaram do seu pôsto de combate.

Estão em presença um podêr d'acaso que, na sua dementada irresponsabilidade, tem feito pior do que restaurar a Monarquia, porque tem excedido vertiginosamente tôda a degradação e orgia da mais abominável tirania, e um povo, com jus ao seu futuro, que quiere salvá-lo, salvando as suas franquias e o seu patrimônio. A luta é, na realidade, de tôdas as dissolventes sobrevivências retrógradas, infelizmente seculares, mas parasitárias e inanes, momentaneamente recrudescidas, contra tôdas as generosas aspirações de emancipação e de enaltecimento, que, triunfantes, ainda há pouco, com a República, não datam todavia só de então, mas das próprias origens orgânicas da nossa nacionalidade.

O miserável episódio militarista, que veio interromper a obra grandiosa do nosso resurgimento, só foi possível, porque, absor-tos pelas nossas momentosas preocupações patrióticas, oprimidos de cuidados internos e externos, nos desprevenimos dos traidores.

À sua sinistra sombra é que as condenadas clientelas que arruïnaram a nação, pon-

do mesmo em risco a sua independência e integridade, tentam, ainda, concentrando tôda a virulência da sua fermentação cada-vérica, uma investida de morte aos homens livres, legítimos mandatários da soberania popular, que restabeleceram o nosso crédito e o nosso prestígio e nos colocaram briosamente, como nação valente e heróica, na vanguarda desta prodigiosa civilização moderna que os nossos maiores fundaram, em perigos e guerras esforçados, mais do que permitia a fôrça humana.

E é assim que um bando de aventureiros, revolvendo os piores detritos sociais, convulsionando-nos e humilhando-nos, nos enche a alma de amaríissima ansiedade, nesta hora suprema, que tudo nos fazia esperar que havia de ser também de glorificação ao génio português. E será?

Mas, para que os degenerados, que lançaram a confusão no govêrno e a desordem no país, e só da anormalidade alarmante que produziram, se alimentam e vivem, não nos levem a uma irremediável catástrofe, urge arrancar-lhes das mãos ignóbeis as armas que êles roubaram à defesa da pátria para atacarem e perseguirem cobardemente os seus inermes concidadãos. Só então, re-

conquistada a normalidade das instituições e, com ela, o império da opinião e da lei, poderá a nação portuguesa apresentar-se de cabeça erguida na liquidação final d'êste assombroso conflito, em que tomamos parte, não como uma hipócrita autocracia militarista, da mais execranda espécie, mas como a alta e nobre democracia que, tendo proclamado a República em meio duma Europa ainda assoberbada de tantas ambições despóticas, logo em 7 de Agôsto de 1914, quando apenas iniciara a sua missão reformadora na metrópole e nas colónias, resolutamente se votou com todos os recursos das nossas renascentes energias, através das mais rudes penas, à causa sagrada da solidariedade jurídica das nações, em íntima confraternização com os aliados.

E não mais haverá desde então quem olhe para nós como para um povo moribundo, que, não medindo o seu magnânimo esforço, se rende desfalecidamente a quaisquer assaltos, venham donde vierem.

Justiça, e justiça inteira, nos será feita. Não! O nosso esforço é indefectível, e não consentiremos que ninguém, neste momento decisivo, manchando as nossas virtudes, no-lo comprometa irreparavelmente. Milha-

res e milhares de vidas perdidas, milhares e milhares de contos gastos e sofrimentos sem conta, tudo em vão, se não pior ainda, não pode ser!

Essa ditadura demagógica, que nos convulsiona, desvaloriza e deprime, não nos representa, saibam-no em tôda a parte. Nenhum acto seu é válido.

Temos títulos de honra a alegar, que só homens de honra poderão fazer valer. E só a êles confiaremos tam solene mandato. O nosso civismo está novamente à prova, mas mais uma vez nos mostraremos à altura do nosso dever.

Hoje perante o inimigo interno, como ontem perante o inimigo externo. Nem a vitória dos aliados será completa, enquanto não fôr para todos a vitória da liberdade e do direito. E', lutando sempre, sem tréguas, pelas suas imunidades, que as nações se reconsolidam e exalçam. A ordem era até agora a guerra, é agora também a revolução.

Hendaya, Novembro de 1918.

*Bernardino Machado.*

## A Memória do Príncipe de Lichnowski

(DÉCLARATION)

Dans la Mémoire du Prince de Lichnowski, texte complet publié par Mr. René Pename, on lit que nous, les portugais, nous n'ignorions pas le nouveau traité anglo-allemand de 1913 sur nos colonies africaines.

C'est absolument inexact. Nous n'aurions même pu l'imaginer. La République Portugaise avait, au contraire, toutes raisons de croire que, après son œuvre patriotique de relèvement du prestige et du crédit national, le traité de 1898, négocié entre l'Angleterre et l'Allemagne, à titre de prévision contre les difficultés financières de l'administration monarchiste, était absolument périmé, car personne ne pouvait déjà douter de la solvabilité de tous nos devoirs historiques de grande nation colonisatrice. Et notre co-participation dans la guerre a démontré bien haut combien notre fière démocratie tient à accomplir dignement, à côté de ses Alliés, notre rôle civilisateur dans le monde.

Hendaye, 11-918.

*Bernardino Machado.*

(Télégramme de Paris, 15 Nov. 1918,  
reçu à Cambo le 17)

Me fût impossible publier votre déclaration considérée inopportune. Amitiés, vœus santé.

*Guilaine.*

### 0 armisticio

Sa Majesté le Roi d'Angleterre

Londres.

Fier de tout ce que la démocratie portugaise a fait, sous ma présidence, fidèlement à notre alliance, j'ai l'honneur de saluer en Votre Majesté la glorieuse nation anglaise.

Cambo, 14-11-918.

*Bernardino Machado.*

Son Excellence Monsieur  
Bernardino Machado

Cambo.

London, 17-11-1918.

Je vous remercie des salutations que Votre Excellence a bien voulu m'exprimer à

l'occasion de la victoire si complète remportée par les armées alliées.

*George.*

Son Excellence Monsieur  
le Président de la République

Paris.

Fier de tout ce que la démocratie portugaise a fait, sous ma présidence, pour la cause des Alliés, j'ai l'honneur de saluer en Votre Excellence la glorieuse nation française.

Cambo, 14-11-918.

*Bernardino Machado.*

Visitando logo em seguida o sr. Poincaré, êle aproveitou o ensejo de exprimir-me também os seus sentimentos de congratulação com Portugal.

Sa Majesté le Roi Albert

Hâvre.

Avec le plus tendre souvenir, j'ai l'honneur de vous présenter et à Sa Majesté la

Reine l'hommage le plus ému de mes salutations cordiales, en vous exprimant tout mon attachement à la terre bénie de Belgique.

Cambo, 14-11-918.

*Bernardino Machado.*

Monsieur Bernardino Machado

Cambo.

Grand Quartier Belge, 28-11-1918.

Votre aimable télégramme nous a vivement touché. Nous vous en exprimons nos bien sincères remerciements.

*Albert, Elisabeth.*

Felicitei Afonso Costa, Alexandre Braga e João Chagas pelo armistício, e enviei a António José de Almeida e a José de Castro telegramas de igual felicitação.

(Telegramas também de 14-11-1918)

Colonel Norton de Matos  
Fenchurch Street. Ingren-house,  
fourth floor, 165 — Londres, E. C. 3.

Dans ces moments inoubliables glorification armes alliées je salue en vous, avec profonde émotion, nos vaillants soldats.

*Bernardino Machado.*

Monsieur le Comandant  
Leote Rêgo  
Hotel Peyris  
Rue Conservatoire, 10 — Paris.

Dans ces moments inoubliables glorification armes alliées je salue en vous, avec profonde émotion, nos vaillants marins.

*Bernardino Machado.*

## Aux Alliés

### LA DÉMOCRATIE PORTUGAISE

---

#### La révolte de Décembre

Depuis la révolte de Décembre 1917, il ne s'exerce en Portugal qu'un gouvernement de fait.

Les auteurs de la révolte ne peuvent se réclamer d'aucun droit révolutionnaire, car ils n'ont jamais agi sur l'opinion publique.

Ils n'ont fait que porter par surprise un coup au cœur de la nation, au moment critique du sacrifice, où, concentrant toutes ses meilleures énergies pour faire la guerre et tenir tête, à l'arrière, aux crises du travail et du ravitaillement, elle confiait la sécurité de son régime au patriotisme de tous les portugais conscients de leur devoir de rester unis, au milieu de la formidable mêlée, qui devait décider de notre destinée. Ils ont transformé le sacrifice de la nation en déchirement. Ils l'ont trahie.

Une révolution ne surgit pas des ténèbres. Ceux qui en frappent le dernier coup,

ne sont que les exécuteurs de son dénouement. Elle est le terme final d'une évolution progressive, qui, en vertu de la vitesse acquise, se transforme en torrent. Seuls, ont le droit de parler en son nom, comme ses dirigeants, ceux qui ont trouvé et porté à la pleine lumière du jour, avec toute la précision de l'évidence, sa pensée profonde, sa raison d'être, immanente au fond des âmes patriotiques, où ils sont allés l'éveiller et la mettre en marche. Elle procède par la force irrésistible des idées.

Mais, des idées, les agitateurs de Décembre n'en avaient pas. Jamais ils ne s'étaient présentés devant le peuple, en l'invitant à la lutte pour un idéal. Si leur chef, dans quelques réunions d'opposition, a voulu faire entendre sa voix, personne n'y a fait attention. La guerre à l'Union Sacrée et la guerre à notre Sainte Guerre ont été les deux seuls mobiles intimes de leur complot. Aucun des insurgés n'avait pris contact avec la conscience nationale, aucun ne faisait partie des légionnaires qui déployaient bravement notre drapeau sur les fronts. Ils ne comptaient ni dans l'esprit du public, qui ne leur faisait aucune confiance, les connaissant à peine, ni dans l'esprit de l'armée, qui,

fidèle à la discipline, nous faisait honneur dans les lignes de feu.

### Le chef des insurgés

La figure du chef marque d'une manière très nette le caractère de la révolte. Il fallait qu'il se trouvât, au milieu de nous, quelqu'un qui, ayant montré son insuffisance dans la gestion des affaires administratives et n'ayant jamais révélé la moindre capacité politique, ne sachant même pas se faire entendre du pays, fût un homme public manqué, avec des ambitions insoutenables; qui, ne pouvant pas les satisfaire normalement, n'aurait aucune répugnance, pour réussir, à jouer tous les rôles; et, vivant avec nous, républicains alliadophiles, ayant occupé des situations officielles considérables, complèterait sans aucun scrupule avec les réactionnaires germanophiles contre la République et ses Alliés. Ce personnage douteux existait malheureusement. C'était l'homme qui, se jetant dans l'activité politique le lendemain de la proclamation de la République, s'était montré démagogue exalté comme recteur de l'Université de Coïmbre, radical extrême comme député de la Constituante, puis, tra-

vesti tout à coup, conservateur passionné dans les premiers ministères constitutionnels. C'était l'homme qui, croyant à la victoire de l'Allemagne, de son poste de ministre plénipotentiaire à Berlin s'efforçait de suggestionner notre Ministère des Affaires Étrangères, comme le témoigne sa correspondance; et, soldat, alors que, comme représentant de notre gouvernement, il venait de recevoir au visage le soufflet de l'insultante déclaration de guerre que le gouvernement allemand nous lança, n'avait pas immédiatement endossé l'uniforme, pour courir à l'avantgarde de notre armée, serrant les rangs, mais alla se dissimuler dans un nouveau poste de confiance politique, qu'il obtint de la bienveillance ministérielle. Là, chargé de l'organisation du Livre Blanc, dans le secret de nos plus délicates négociations, il put, à la faveur de ses fonctions, tromper les pouvoirs publics, conspirer contre nos institutions libres et contre nos conventions d'honneur. Uniforme militaire? Il n'en avait pas. Un des insurgés lui a prêté le sien, le seul qui lui convenait, le jour de la révolte.

### La mystification électorale

Sans principes, comment les révoltés pouvaient-ils se présenter devant le pays pour fonder leur pouvoir sur le droit électoral ? Pas de programme, pour eux ! Quand, la révolte ayant éclaté, leur chef se proposait d'en exposer un, c'était uniquement et toujours pour l'é luder, décidé à renier le lendemain ses pseudo-principes d'un jour. Il invoqua contradictoirement la dissolution du Parlement pour s'en défaire et le présidentialisme pour s'en arroger le pouvoir absolu. Après quoi, il déchira ses engagements, comme d'autres « chiffons de papier ». Il vient même de mettre aux fers des défenseurs les plus en vue de la prérogative de la dissolution et le principal partisan du régime présidentieliste : le tour joué, n'ayant plus besoin d'eux, il s'en débarrasse violemment. Les élections qu'il a mises en scène, supprimant toutes les libertés publiques et toutes les garanties individuelles, n'ont été qu'une mystification. Le faux Parlement, qui en est éclos, sans le moindre appui moral, ne réussit même pas à fonctionner. Lui arrive-t-il de tenir exceptionnellement une séance, devant les galeries désér-

tes, pour s'ajourner de suite, au désarroi? Aussitôt la Censure dictatoriale en rogne le compte-rendu. Le faux président de la République, qui s'est fait aussi acclamer par la voix des urnes, en se plaçant au-dessus du Parlement, n'a pas plus d'autorité que lui, non seulement parce qu'il est né de la même supercherie électorale, mais aussi parce qu'il s'est présenté à ce simulacre de plébiscite sans aucune formule précise sur le pouvoir qu'il ambitionnait exercer. Et un dictateur peut être acclamé, comme il l'a été, par une bande, mais non par un peuple jaloux de ses franchises, par une nation d'hommes libres, comme la nôtre, qui n'entend abdiquer dans les mains de personne.

#### Œuvre de destruction et de perfidie

Il n'y a dans cet homme qu'un chef d'aventuriers. Il exerce effrontément le pouvoir personnel le plus arbitraire contre le pays, en l'outrageant par la terreur et par la corruption, en lui arrachant, avec la liberté, la bourse et la vie. Ses sbires tuent dans les rues. Il dévalise le Trésor et la fortune publique. Le cas des actions de la Compagnie portugaise des Chemins de fer qui

n'avaient pas de cote et qu'il acheta au pair pour plus de 20 millions de francs, les payant par le budget de la guerre, est caractéristique. Du fait de ces prétendues dépenses de guerre, il dissipa à l'État, dans les seuls six premiers mois, pour étayer son aventure, autant d'argent que tout ce qui avait été payé dans le pays pour les dépenses réelles de notre armée de campagne pendant toute une année avant la révolte. C'est pire qu'une usurpation qui aurait renversé les dirigeants légitimes de la société portugaise; c'est une dictature qui supprime toutes ses institutions et toutes ses lois politiques, civiles et morales. Il faut remonter aux pires temps de l'absolutisme pour trouver dans les pages les plus sombres de notre histoire une sauvagerie et une orgie pareilles.

Et ce pouvoir impudent, qui, dans son délire, bouleverse tout l'ordre constitutionnel et légal, qui nous pille et nous ruine avec acharnement, ne nous ménage pas davantage au dehors, dans nos relations internationales. Il a renié et rompu nos honorables conventions militaires avec l'Angleterre et la France. Il a si mal agi envers nos troupes expéditionnaires, condamnées

par lui à ne plus se refaire de leur usure, qu'on supposerait volontiers qu'il s'était joint à nos ennemis sur les fronts, dont il ne songea qu'à faire machiavéliquement des prisons pour les vaillants défenseurs de la liberté du peuple, qui lui font peur. Ah! depuis la révolte de Décembre, l'héroïsme de nos soldats, qui ne se démentit pas un seul instant, a été bien rudement éprouvé!

Les révoltés poursuivent toujours le même double jeu. Ils avaient trahi dans la conspiration, ils trahissent dans l'usurpation. Pour dérouter nos démocraties, qu'ils n'osent défier en face, parce qu'ils savent l'attachement de notre peuple pour la République et les Alliés, ils se déclarent pharisaïquement républicains et alliadophiles, répandant au dedans et au dehors du pays une confusion, qui leur permette, sous le masque de l'ordre intérieur de la République et de l'intelligence extérieure avec les Alliés, de persécuter les démocrates, en les accusant de sédition, et d'éluider nos devoirs de belligérants, tout en rejetant les responsabilités sur les gouvernants anglais. C'est avec cette insolente fourberie qu'ils ont aboli toute notre organisation des pouvoirs, et arboré

sur ses ruines une autocratie militariste, et qu'ils ont mutilé les effectifs de notre corps expéditionnaire, adjoint à l'armée anglaise, et supprimé notre coopération directe en aviation et en artillerie lourde avec la France, préluant ainsi au coup terrible dont les allemands nous ont frappé de 9 Avril à Laventie, où résonna encore l'écho fatal du coup de main de Décembre. Quel « bluff » impudent ! Un gouvernement républicain, faisant une guerre à mort contre les républicains ! Un gouvernement allié, délaissant nos soldats devant les allemands ! Et, tout joyeux de voir leur règne rétabli, les réactionnaires de toute espèce — vieux joueurs politiques des insignes du pouvoir, ploutocratie vénale et vorace des deniers publics, cléricalisme noir, profanateur de nos temples, blasphémateur de la liberté, thuriféraire impie du *Nouveau Napoléon* — tous germanophiles déclarés ou dissimulés !

Personne dans le pays ne reconnaît la légitimité  
de l'aventure

Personne, chez nous, ne reconnaît la légitimité d'un tel gouvernement. Ni les partis républicains, qui se sont complètement

abstenus de prendre part à ses élections, et qui, tous, le combattent; ni les monarchistes, qui n'ont voté que pour pêcher dans les eaux troubles de la dictature la restauration rêvée, qui l'appuient pour s'appuyer eux-mêmes sur sa main, à laquelle ils demandent d'être une *main de fer*, mais qui déclarent avec arrogance que pour eux, *gens de croyances et de traditions*, ces accommodements ne peuvent être que provisoires, eu égard aux circonstances. La preuve que ce gouvernement n'a aucune force dans le pays, c'est que, même aidé de tous les monarchistes, il ne s'enhardit pas à lutter loyalement contre les républicains et, pratiquant ce que la Monarchie, dans les moments qui ont précédé sa chute, n'a fait qu'essayer, il nous exclue violemment de l'arène politique. Que représente-t-il donc? Il n'est qu'un gouvernement d'aventure, qui ne tiendra plus longtemps, je l'espère, maintenant que nous n'avons plus devant nous les ennemis extérieurs et que nous allons pouvoir concentrer toutes nos forces revendicatrices contre les ennemis intérieurs. Notre peuple a pu être surpris par la trahison, mais sa droiture ne la tolère pas plus avant. Fier, il ronge son frein. Et c'est, parce qu'ils le sa-

vent, que ces gouvernants d'aventure cherchent, dans leur affolement, à épuiser ses forces, en l'excitant, à tout moment, par des agents provocateurs, à se précipiter éperdument dans la lice. C'est une continuelle conflagration civile et militaire. Mais la nation, malgré toutes leurs tortueuses machinations et à travers les intrigues qu'ils ourdissent de toutes parts, maîtresse d'elle-même, se ressaisit vite, se raidit et retrouvera bientôt toute son énergie pour leur imposer, à jamais, son impérissable souveraineté. La félonie des Bolo, des Duval et des Casement du Portugal sera aussi punie. Il n'importe pas seulement de juger au Tribunal des nations les tyrans qui nous ont tous jetés dans le conflit mondial; nous, portugais, nous avons à juger aussi les traîtres qui ont déchaîné en même temps le conflit dans notre pays.

#### Reconnaissance par les Alliés

Et dire que ce gouvernement de fait, cette usurpation, cette dictature, ce militarisme abominable, qui nous étreint et nous déchire, ce pouvoir de hasard, qui manque à la foi intérieure et extérieure, dont aucun de

nos partis politiques ne reconnaît la légitimité, a cependant été reconnu, comme un gouvernement de droit, sans la moindre répugnance, en tout hâte, avec empressement, par les gouvernants alliés, ayant à leur tête le gouvernement anglais! C'était mieux qu'une reconnaissance, c'était un agrément. Le gouvernement de notre vieille alliée a fait savoir tout de suite par son roi, dans une dépêche au chef de la révolte, changé en chef d'État, d'égal à égal, qu'il *se félicitait de la nouvelle ère de prospérité, dans laquelle le Portugal était entré*. Et l'ambassade d'Angleterre à Lisbonne, pour la création de laquelle j'avais engagé les pourparlers à Londres, a été offerte comme un cadeau de noces. Que signifiait cela? Qu'a-t-on reconnu et agréé? Le sabotage de notre nation et de notre armée? Dans quel but? Celui de notre régression dégradante vers la Monarchie? Ou de notre dissolution nationale? Je me refuse à juger de la sorte le sentiment des grands ministres qui ont présidé à votre intervention épique dans nos combats communs pour le droit des gens. Rien ne pouvait leur dicter une si étrange attitude. Confraternité d'idéals? Mais vous êtes les fermes

paladins de la démocratie, vous venez de vous immortaliser dans sa triomphante défense. Confraternité d'armes? Mais, pour être l'alliée des militaires dignes de ce nom, il faut n'avoir aucun lien avec les militaristes qui le rabaissent partout. Comment, donc, l'autocratie militariste, qui chez nous pourchasse tous les démocrates et déprime tant notre coopération à la guerre, comment cette autocratie a-t-elle pu se vanter et faire parade de la bonne grâce de tous les gouvernements alliés et de l'accord même du gouvernement anglais? Comment celui-ci n'a-t-il pas hésité à le confirmer par l'initiative de la reconnaissance officielle, et comment les autres gouvernements, accédant à son invitation, l'ont-ils suivi? Voilà qui est troublant!

La reconnaissance diplomatique m'a vraiment surpris et navré, par elle-même, qui était une intervention dans nos luttes encore en cours, pratiquée par les représentants officiels des démocraties étrangères contre notre démocratie, et par la forme malencontreuse qu'elle avait revêtue, froissant nos susceptibilités nationales: les gouvernements alliés, en bloc, autour du gouvernement anglais, qui les entraînait, comme si nous

n'avions de politique extérieure que sous sa direction, disons le mot, sous sa suzeraineté. C'est ce que pensait de nous Berlin dans son injurieuse déclaration de guerre, en nous appelant «vassaux de l'Angleterre». C'est ce qu'on ne doit point penser dans un pays ami pour être juste. \*

La légitimité de la dictature reconnue, nous avons été, plus que complètement oubliés: condamnés, excommuniés. Nous étions devenus un danger pour la cause à laquelle nous nous étions voués de tout cœur, qui était notre propre cause. On a pu tout dire librement contre nous. On a pu nous calomnier, nous traiter, nous autres, de dictateurs et de germanophiles. Il ne nous était pas donné de nous défendre, de nous plaindre; on ne pouvait rien publier en notre faveur. Le contrôle sur l'action des chancelleries était inexistant. Et la Censure des pays alliés rivalisait de rigueur contre nous avec celle de la dictature en Portugal. Notre correspondance même y était espionnée par des sous-ordres de cette dictature. On aurait pu croire qu'il y avait pour cela une raison d'État interalliée. Mais alors n'étions nous pas tous réunis, comme si nous ne constituions qu'une seule grande

famille, presque une même nation, contre laquelle devraient être considérés en révolte ceux qui se lèveraient contre une quelconque de nos démocraties? Et qui de nous ne savait que, en envoyant nos soldats au front, en défense de la liberté, nous nous exposions à la voir assaillie dans nos foyers? Si en Portugal nous n'avons pas immédiatement mis la main sur les traîtres, ce n'est pas là une raison pour ne pas les détester et pour nous condamner, nous, qui, par notre dévouement à la cause commune, avons été les victimes de leur forfaiture.

### Ma protestation

Je me suis limité à protester contre la reconnaissance. J'étais doublement qualifié pour réclamer, moi, qui suis le représentant suprême de notre nation et qui ai exercé mon mandat comme chef de gouvernement et comme chef d'État, en me déclarant et en me mettant avec elle à côté des Alliés. Et c'est moi-même qui ai eu l'honneur de renouer, au nom de la République, comme son premier ministre des affaires étrangères, l'alliance luso-britannique, qu'il ne faut pas laisser se délier.

C'était une protestation endolorie, amicale. Je voulais encore croire involontaires l'erreur et la faute de vos gouvernements, qui, non seulement ont été surpris comme nous par nos ennemis, mais se sont laissés aller jusqu'à agréer leur dictature et leur militarisme défaitiste. Ils étaient obsédés par tant de tracas et d'angoisses de la guerre ! Je me disais que les hommes d'État alliés faisaient tant pour la besogne qu'ils menaient à bonne fin, qu'ils ne pouvaient par ailleurs tout faire aussi bien. Ils avaient déjà aussi tergiversé, hésité, à l'égard d'autres pays, et puis ils ont vu clair. Mais on ne m'a pas écouté, on n'a pas permis à la presse de reproduire mes paroles. On ne donnait libre cours qu'aux informations d'origine dictatoriale, transmises par des intermédiaires plus que suspects, que la diplomatie alliée ne reniait jamais. Ce que nous avons souffert de vexations, pour nous et pour vous ! Mais nous étions en guerre, il fallait patienter. Le jour de la victoire arriverait, et ce serait le jour de la justice pour tous. Et c'est la reconnaissance de nos imprescriptibles titres d'honneur devant la civilisation qui nous serait alors dûment décernée. Nous serions ce jour-là

aussi les vainqueurs. L'affreux cauchemar aurait pris fin...

Victoire ! Qui a vaincu chez nous ?

Et elle est venue, cette glorieuse victoire, que nous attendions toujours comme une libération, et dont une part est bien à nous. Mais on nous la refuse. La justice n'a pas encore rayonné pour nous. Qui a vaincu, le 14 Novembre, avec les Alliés, en Portugal ? Le gouvernement anglais répond. Son roi s'adresse expressivement au chef de la dictature pour lui présenter ses félicitations personnelles et lui demander de féliciter aussi, au nom de l'Angleterre, les *Portugais alliés*. Ainsi donc, nous avons combattu avec vous l'oppression, le militarisme, pour que vos dirigeants les glorifient chez nous ? C'est pour cela que, interrompant notre œuvre de reconstitution nationale, nous avons tout donné, argent, armes, vies, pour la guerre ? Le gouvernement anglais ignore-t-il qu'autour du dictateur sont les germanophiles les plus avérés, et qu'en ce moment des milliers de citoyens républicains aliadophiles sont en prison, soumis à d'atroces traitements ? Et, parmi ces victimes de

la dictature, il y a plusieurs officiers qui se sont distingués sur les fronts, des ministres de l'Union Sacrée, et, comme otage de son fils réfugié, le premier des présidents du Conseil d'après le 14 Mai 1915, qui a rétabli la politique de notre concours avec les Alliés, pendant quelques mois suspendue par la réaction. J'aime à enregistrer, en tout cas, que les félicitations qui s'adressaient à la nation même, on a voulu les exprimer aux Portugais alliés, qui ne font qu'un avec notre démocratie, notre peuple, nos soldats et nos marins, camarades des vôtres. Mais la dictature militariste, avec sa cohorte réactionnaire, ne le comprend pas ainsi. C'est à elle que toutes les félicitations ont été adressées. C'est elle, en effet, qui a vaincu. Un organe ministériel s'exprime dans ces termes tranchants: «La victoire est la victoire de la droite». La dictature se proclame l'instrument providentiel des Alliés pour rétablir l'ordre chez nous. Et les monarchistes militants, tous, auparavant, germanophiles — en se réservant toutefois prudemment par des déclarations platoniques du prétendant de Richmond, qui est en bon ménage politique avec l'autre d'Autriche, les éventualités de l'avenir — tous, pris su-

bitement du plus ardent enthousiasme alliophilique, crient en chœur : « La lutte a été une lutte d'impérialismes. Qui a vaincu ? L'impérialisme toujours ». Si quelqu'un a changé, ce n'est personne d'entre eux, pensent-ils. Ils sont à leur poste. C'étaient eux qui nous dénonçaient comme ayant commis, par le fait de notre coopération militaire avec les Alliés, dont ils nous nommaient les seuls responsables, *le plus grand crime de toute notre histoire ?* Qu'importe ? Allemands, Autrichiens et Turcs, ou Français, Anglais, Américains, Italiens, Belges, Serbes . . . , leur sont, au fond, indifférents. Ce qu'ils souhaitaient, c'était le pouvoir. Ils l'attendaient du triomphe de l'Allemagne. Or les Alliés ont triomphé et ce sont leurs gouvernements mêmes qui ont bien voulu donner la main à la *main de fer* de la dictature, à laquelle ils s'accrochent. Comment résisteraient-ils encore ? « Vivent les Alliés ! » Et, pour que le scandale atteigne le comble, le dictateur épingle des médailles sur la poitrine des combattants de la liberté . . .

Quelle amertume ! Rien, pourtant, n'effacera jamais le souvenir émouvant que nous gardons orgueilleusement d'avoir été des

premiers auprès de vous, aux jours les plus anxieux de la guerre. Et c'est avec un frémississement religieux que, voyant flotter dans le cortège triomphal l'étendard aux couleurs de notre République, que nous avons porté au milieu de vous, nous dominons nos souffrances pour entendre, au dedans de nous, le battement de nos cœurs à l'unisson des vôtres. Ah! c'est bien nous qui avons appris au monde qu'il existe toujours une nation portugaise fière du patrimoine intact de ses belles verius d'autrefois!

#### Il faut rectifier notre situation international

Et nous voilà à la veille du Congrès de la Paix! Eh bien! C'en est assez! Il est temps de revenir sur le passé et d'en corriger les égarements. Les détenteurs du pouvoir en Portugal n'exercent qu'un gouvernement de fait: il faut révoquer la reconnaissance internationale de légitimité, qui leur a été attribuée indûment. Nous n'avons pas, par cet incident inique, perdu nos droits. Si, pendant la guerre, on n'a pas voulu soulever parmi les gouvernements alliés une question portugaise, de crainte de créer des heurts à l'action politique commune — et on

nous a imposé ainsi un écrasant sacrifice de plus — la guerre terminée, la question demeure, et elle s'est trop aggravée pour qu'on ajourne encore sa juste solution.

Souvenez-vous que nous sommes intervenus dans la guerre pour nous aussi, pour la défense de nos libertés, qui sont la condition même du développement de notre vie historique. Nous n'avons besoin d'aucune aide étrangère pour les plaider et les revendiquer chez nous. Nous nous relèverons de nous-mêmes. Nous en avons assez l'habitude. Mais aucune des nations ne peut vivre en dehors de l'ambiance créée par l'opinion publique des autres. Que de votre côté on nous combatte, comme si vos démocraties n'étaient pas les sœurs de la notre, et comme si cette sévère et impérative dénomination de solidarité, en passant nos frontières, n'avait plus de sens profond et n'exigeait de ceux qui comme vous la placent si haut, de la suite dans leurs actes, voilà ce qui est incompréhensible. Vous avez attesté austèrement, avec votre sang, qu'elle n'est pour vous ni une vaine rubrique décorative, sans conséquence, que quelques aventuriers puissent s'approprier à l'extérieur avec votre acquiescement, ni un titre de privilège héral-

dique de hautains seigneurs, qui ne verraient de bons yeux, et sans inquiétude, les idées libérales pousser et se fortifier en dehors de leur domaine. Vous êtes nos apôtres illustres. Que vos mandataires, donc, ne se départant jamais de notre communion, ne contrarient plus l'œuvre de libre pacification que seulement nous, les démocrates, sommes à même de réaliser aussi bien entre nos nations que dans chacune d'elles. La question est très simple. Il s'agit d'une nation qui, par l'élan de son esprit démocratique, a pris place, malgré la résistance des réactionnaires, parmi les Alliés. Son peuple se trouvant momentanément oppressé par les trames de la réaction et les Alliés ne pouvant reconnaître comme légitime aucune oppression, il n'y a qu'un moyen de continuer à la considérer encore comme une des leurs : c'est de ne reconnaître son gouvernement que comme un gouvernement de fait, accidentel, car, le jour où notre nation accepterait un tel joug, elle cesserait d'être libre et d'avoir, par conséquent, droit à la représentation entre les gouvernements alliés.

Même si vos gouvernements n'osent pas écouter nos griefs, en revenant sur leur reconnaissance, ils ne pourront cependant se

refuser à en référer au Congrès, auquel nous faisons appel, et qui ne laissera pas de la considérer comme une question préalable à examiner.

Que vos gouvernements s'expliquent devant lui, qu'ils fassent enfin à notre égard la politique de clarté et de publicité que nous nous devons, les uns aux autres, et que nous attendons toujours de leur loyauté. Qu'ils produisent les arguments qui ont déterminé leur conduite, et qu'ils démontrent, s'ils peuvent, que c'est nous qui avons tort. Mais ils ne pourront pas. Nous sommes d'avance sûrs du gain de notre cause. Il nous sera donné pleine et entière satisfaction. Qu'avons-nous à prouver? Que la reconnaissance a homologué, au nom du droit des Alliés, une dictature? Que cette homologation, qui a pris aussi l'air de la reconnaissance d'une suzeraineté sur nous, d'une dictature superposée à l'autre, a été suivie de la suppression de notre secteur portugais, de notre commandement autonome et de notre communiqué indépendant de guerre? Les faits sont là, et ne sont-ils pas choquants pour notre nation et pour notre armée, pour leur double amour-propre si justifié? Non! Le premier Congrès

des peuples libres ne consacrera pas, ni dans le fond ni dans les apparences, un paradoxe international incompatible avec la majesté juridique de la mission auguste qu'il a à remplir pour la liberté fraternelle et la dignité humaine dans le monde. Il fera justice à notre instance. Et notre République, qui représente le Portugal même, avec tous ses généreux espoirs d'avenir, recevra les satisfactions qu'elle mérite.

Cambo-les-Bains, le 10 Décembre 1918.

*Bernardino Machado.*

**Nota.** — Em reunião com o dr. Afonso Costa e dr. Alexandre Braga, ponderei a conveniência de se publicar, além deste documento, outro, elaborado pelo último govêrno constitucional, com a exposição das reivindicações que deveriam ser presentes à Conferência da Paz. Mas adoecei, e a publicação desta mensagem foi logo depois prejudicada pelos acontecimentos que sobrevieram em Portugal. O povo tinha a palavra.

## La situation au Portugal

Monsieur le Rédacteur

Les prisonniers politiques du temps de la République constitutionnelle étaient des insurgés monarchistes, qui, organisés sur nos frontières en Espagne, ont fait des incursions séditeuses dans le pays et qui ont été pris les armes à la main.

Les quelques excès de la colère populaire, qui se sont exceptionnellement produits contre eux, ont été immédiatement l'objet de poursuites judiciaires. Tous les prisonniers ont été jugés et condamnés régulièrement par les tribunaux.

Le gouvernement démocratique qui, dans cette période, a succédé aux gouvernements de coalition, a pu amnistier déjà un nombre considérable. Et tous, excepté 8 «*cabe-cillas*» principaux, qui avaient émigré, ont été grâciés par mon gouvernement lorsque, ensuite, je suis arrivé au pouvoir, comme président du conseil.

Le témoignage de la duchesse de Bedford n'est pas à invoquer — surtout par des républicains — car elle s'est mise à la tête

d'une campagne factieuse contre nos institutions républicaines et contre notre peuple, laquelle prit prétexte, à l'étranger, dans les prétendues persécutions des monarchistes ; spéculant spécialement sur la situation paladine d'un général autrichien, né d'ancienne famille portugaise, qui s'est battu à Chaves comme un des commandants de la seconde incursion royaliste et pour lequel l'empereur d'Autriche lui-même s'intéressa directement auprès du Président de la République.

Du reste, la duchesse a été autorisée à visiter, chez nous, les prisonniers, et elle s'est vue contrainte à avouer, avant de quitter le Portugal qu'il n'y avait rien à dire contre la façon dont ils étaient traités.

Le gouvernement et l'opposition républicaine avaient concouru ensemble pour l'établissement de ce régime équitatif.

Le cas des républicains, qui se trouvent, en ce moment, dans les cachots, est tout autre. On ne nous dit pas pourquoi ils sont détenus, ni où ils gisent. Pas de pouvoir régulier pour les juger. Au dedans et en dehors du pays, on n'ose que les insulter. Et ce que l'on sait des atrocités com-

miscs contre eux, alarme toutes les familles sur leur sort.

La sauvagerie est telle qu'un des chefs de la révolte de Décembre 1917, qui a appartenu à son triumvirat et qui a été son premier ministre de l'intérieur, effrayé lui-même des conséquences possibles devant le nombre des prisonniers (qu'il estimait à 10.000) et les barbares traitements, que le dictateur leur infligea dernièrement, a prédit l'attentat dans un discours récent.

Et je veux croire que ces atrocités ne peuvent laisser non plus sans impressionner, ici, le représentant diplomatique de la dictature, en sachant aux fers les principales figures politiques du parti qui l'a indiqué pour ce poste, tout autant que l'agent dictatorial des informations — qu'il a à son côté — et dont le père, un journaliste, est emprisonné depuis Octobre.

11 ou 12-1918.

*Bernardino Machado.*

## Operários portugueses

(Telegrama oficial)

(17-12-1918)

Bernardino Machado

Hotel Wagram — Paris.

Madrid.

Nous venons de faciliter passage Espagne ouvriers portugais par groupes de cinquante. Malgré notre bonne volonté, impossible pour le moment d'en augmenter le nombre par difficultés matérielles.

*Romanones*

Ministre Affaires Étrangères.

Lettre à un député français

Mon cher Député

Lors de mon récent passage par Bayonne, j'ai appris que dans cette ville il y avait plusieurs centaines d'ouvriers portugais (environ 700 selon la communication du Consul) dont les conditions de logement et d'alimentation sont insuffisantes.

J'ai télégraphié au comte de Romanones, en le priant de leur accorder le plus rapi-

dement possible leur passage à travers l'Espagne, et il m'a répondu que, malgré tout son désir de me donner satisfaction, on ne pourrait pas, par suite de la crise des transports, ouvrir la frontière que par groupes de 50 chaque jour.

Je vous prie, donc, de vous intéresser pour que l'on puisse donner à ceux qui attendent leur tour de départ, les soins dont ils ont besoin pour ne pas souffrir dans leur santé et dans leurs ressources, par suite des frais excessifs qui absorberaient le petit pécule qu'ils ont pu amasser par leur travail.

Avec mes remerciements anticipés.....

Paris, 18-12-918.

*Bernardino Machado.*

Ao conde de Romanones

Monsieur le Président

Je viens vous présenter mes meilleurs compliments. Et je profite de l'occasion pour vous remercier de votre bonne volonté envers les ouvriers portugais qui attendaient à Bayonne leur tour pour traverser l'Espagne. Ils sont pourtant si nombreux — presque 700, à ce que m'a dit notre Consul —

que, même à 50 par jour, il faudra à la plupart rester encore en France trop de temps, avec les pires conséquences économiques pour eux. Permettez-moi, donc, que j'insiste encore sur ma demande pour que vous cherchiez à conjurer une si pénible situation.

En vous souhaitant un bon voyage, je tiens, Monsieur le Président, à vous réitérer l'expression de mes sentiments très dévoués et reconnaissants.

Paris, 21-12-1918.

*Bernardino Machado.*

### La situation portugaise (\*)

Le gouvernement de Monsieur Sidónio Pais a été, dès le commencement jusqu'à la fin, une dictature née d'une conspiration contre l'Union Sacrée des Républicains et contre la participation du Portugal à la guerre, qui était en plein développement, lorsque la révolte a éclaté. On sait que tous les éléments réactionnaires et germa-

---

(\*) Escrito a pedido de Mr. François Nicolé.

nophiles du pays en ont été les instigateurs et les artisans. C'est l'unique appui que la dictature a conservé jusqu'à ce jour.

Le caractère dictatorial s'est maintenu pendant et après un simulacre d'élections, auquel il fut procédé au mois d'Avril dernier, et dans lequel tous les partis républicains ont refusé d'intervenir, notamment parce que Sidónio Pais, après s'être nommé lui-même président de la République, par un décret du 11 Décembre 1917, s'est servi de la consultation nationale pour se faire confirmer, par un plébiscite, dans ses fonctions. Or c'était là une violation flagrante de la Constitution de 1911, qui prescrit que l'élection présidentielle doit être effectuée par les deux Chambres réunies en Congrès.

Seuls les monarchistes lui ont accordé leurs voix avec l'arrière pensée d'exploiter sa dictature en faveur de la restauration de la Monarchie, restauration qui s'était démontrée déjà impossible par des moyens directs.

Cette dictature n'a jamais fait que vivre dans le désordre et dans le délire. Elle a dépouillé les républicains de tous leurs droits; elle a supprimé leurs journaux, dis-

sous leurs Comités, interdit leurs réunions, emprisonné et expulsé leurs principaux représentants. En ce moment-même, les prisons regorgent de républicains. On en compte plus de 5.000, parmi lesquels plusieurs anciens ministres, présidents des deux Chambres, plus un grand nombre d'officiers revenus du front, où ils ont bravement tenu leur poste. Les dictateurs sont allés jusqu'à maltraiter plusieurs détenus, tuant même, sauvagement, plusieurs d'entre eux.

Loin d'avoir continué le concours fidèle du Portugal aux alliés, le gouvernement de Sidónio Pais a accompli un véritable sabotage de la participation du Portugal à la guerre, en s'abstenant non seulement de renforcer le Corps Expéditionnaire, mais en se refusant à procéder à la relève régulière des troupes du front. Il a placé ainsi dans une situation périlleuse l'armée du Général Gomes da Costa.

Outre l'organisation républicaine, nous avons par tout le pays l'organisation libérale du Grand Orient Portugais. Et la dictature ne s'est pas contentée d'attaquer sauvagement les trois partis républicains, dont les chefs, Afonso Costa, António José de Almeida et Brito Camacho, sont, le pre-

mier, réfugié en France, après avoir été quatre mois en prison, au secret, le second, caché pour s'esquiver aux persécutions, et le troisième, sous mandat d'emprisonnement. Les sous-ordres du dictateur ont aussi fait, il y a peu de jours, l'attaque et la destruction vandale du siège de la Maçonnerie portugaise, et maintenant, pour donner la couleur de repression d'un complot, sont allés jusqu'à mettre aux fers le Grand-Maître, Magalhães Lima, sous le prétexte d'une prétendue lettre compromettante qu'ils auraient trouvée dans le portefeuille d'un complice réel ou imaginaire de l'attentat du 14.

On ne saurait trop appréhender les dangers qui menacent aujourd'hui les républicains, qui n'ont cessé de protester avec un rare courage contre l'arbitre scandaleux dont ils ont été les victimes. Quel sera leur sort si, comme on l'annonce, un gouvernement de repression se constitue avec un programme de féroces représailles?

L'état de reconnaissance de la dictature par les gouvernements alliés, en bloc avec le gouvernement anglais, en lui pretant l'appui externe, crée pour eux des responsabilités graves.

Paris, 19-12-918.

## La situation au Portugal

Ce qui se passe au Portugal, nous dit le président Machado, est ce qui arrive toujours dans les nations d'hommes libres soumis par quelque circonstance anormale au despotisme. Cette circonstance fut la guerre. Elle enleva à la sécurité intérieure des institutions l'armée que nous avons envoyée au Mozambique, à l'Angola et en France, au moment même où par l'effet de la guerre le peuple se trouvait en face des difficultés du travail et de l'alimentation.

Dans cette situation, où, pour opposer nos forces à l'ennemi extérieur, nous faisons tous les sacrifices, ces mêmes sacrifices nous exposaient dans le pays aux machinations et aux coups des germanophiles et des ennemis des institutions et du gouvernement de l'Union Sacrée, qui ne se firent aucun scrupule de diviser et troubler la nation à cette heure difficile. Ce bloc s'était formé peu à peu depuis la révolte de Mafra, au commencement de la mobilisation, en Octobre 1914. La révolte fut suivie de la «dictature des épées» de Janvier à Mai 1915, laquelle suspendit les préparatifs de la partici-

pation à la guerre, puis, de la révolte du 13 Décembre 1916, à la veille de l'embarquement des premières troupes pour les Flandres, et enfin du mouvement du 5 Décembre 1917, quand allaient partir les derniers contingents pour compléter notre corps d'armée autonome en France.

Malheureusement, la mort presque subite du général Pereira d'Eça, qui maintenait par son haut prestige la discipline de la division de Lisbonne, où la conspiration de la rue et de la caserne fermentait, vint rendre plus critique la défense de l'ordre dans la capitale.

C'est alors que les conspirateurs firent leur coup. Pour ne pas alarmer l'opinion et ne pas soulever une résistance invincible avant de s'être affermis au pouvoir, ils se couvrirent du drapeau républicain, en plaçant à leur tête une personnalité de l'opposition constitutionnelle, de manière à donner l'impression que tout se bornait à réaliser le programme gouvernemental de cette opposition, sans affecter profondément les institutions ni les engagements internationaux.

Mais, aussitôt que, grâce à ce point d'appui moral, ils se jugèrent maîtres à discrétion,

tion du pouvoir, ils se jetèrent à corps perdu dans la dictature militariste, non pas seulement contre les deux partis républicains de l'Union Sacrée, qui ont réalisé notre participation à la guerre et contre lesquels ils ont exercé la persécution la plus atroce, mais aussi contre le parti d'opposition même, sur lequel ils avaient cherché à s'appuyer, dont un des chefs, José Barbosa, est aux fers depuis des mois et dont le leader, Brito Camacho, vient d'être mis en prison.

Deux mouvements se prononcèrent en présence de la dictature. Quelques républicains indépendants songèrent à une réconciliation entre le pouvoir et les partis républicains. De ce nombre étaient plusieurs membres de la Maçonnerie portugaise. Chaque jour, cependant, venait démontrer un peu plus que ce plan n'était pas viable, par cela même que la dictature, toujours plus effrénée et féroce, rendait impossible la lutte pacifique par la propagande et la discussion. L'abus du pouvoir arriva à ce point que le siège de la Maçonnerie portugaise à Lisbonne fut attaqué et détruit par la police et que son grand-maître, Magalhães Lima, fut accusé et jeté en prison.

L'échec de la tentative de conciliation renforça encore l'autre mouvement civique qui se développait pour le rétablissement de l'ordre normal constitutionnel par le renversement de la dictature.

L'attentat qui vient de se produire est analogue à celui qui eut lieu contre le roi Carlos, deux ans avant l'avènement de la République. La révolution libératrice tardant, il s'est trouvé quelqu'un qui, voyant tous les pouvoirs concentrés par un homme, lui a attribué toutes les responsabilités et a cru sauver la patrie et en finir avec le despotisme en assassinant le despote.

C'est dans une atmosphère surchargée et tendue comme celle de 1908 que s'est produit l'attentat du 14 Décembre 1918. S'il ne se justifie pas, il s'explique.

*(Le Temps, 20-12-918.)*

Este artigo foi provocado pela acusação que o dezembrismo fez na imprensa estrangeira contra os republicanos, afirmando que êles tinham armado as mãos do autor do atentado.

## Emigrado prèso

Paris, 23 Dez. 1918.

Son Excellence le Comte  
de Romanones  
Madrid

Prière accorder passeport mon ami docteur Evaristo Carvalho, émigré politique détenu par manque documents prison cellulaire Madrid n.º 3 de pago.

*Bernardino Machado.*

O conde de Romanones respondeu, communicando a concessão.

## Les prisonniers politiques

Monsieur le Directeur

Les prisonniers politiques du temps de la République constitutionnelle étaient des insurgés monarchistes, qui, organisés sur nos frontières en Espagne, ont fait des in-

cursions séditeuses dans le pays et ont été pris les armes à la main.

Quelques excès de la colère populaire, qui se sont exceptionnellement produits contre eux, ont été immédiatement l'objet de poursuites judiciaires. Tous les prisonniers ont été jugés et condamnés régulièrement par les tribunaux. Le gouvernement démocratique, qui, dans cette période, a succédé aux gouvernements de coalition, a pu déjà en amnistier un nombre considérable. Et tous, excepté huit chefs principaux, qui avaient émigré, ont été amnistiés par mon gouvernement, lorsque plus tard je suis arrivé au pouvoir, comme président du Conseil.

Le témoignage de la duchesse de Bedford n'est pas à invoquer, surtout par des républicains, car elle s'est mise à la tête d'une campagne factieuse contre nos institutions républicaines, qui, à l'étranger, a pris prétexte de prétendues persécutions contre les monarchistes, spéculant particulièrement sur la situation à la cour d'un général autrichien, issu d'une ancienne famille portugaise, qui s'est battu à Chaves, étant un des chefs de la seconde incursion, et auquel l'empereur d'Autriche, lui-même, s'intéressa directement au-

près du président de la République. Du reste, la duchesse a été autorisée chez nous à visiter les prisonniers, et elle a dû avouer, avant de quitter le Portugal, qu'il n'y avait rien à dire contre la façon dont ils étaient traités.

Le cas des républicains qui se trouvent en ce moment dans les cachots est tout autre. On ne nous dit pas pourquoi ils sont détenus, ni où ils se trouvent. Pas de procès réguliers pour les juger. On n'ose, au dedans ou au dehors du pays, que les insulter. Et ce qu'on sait des atrocités commises contre eux inquiète toutes les familles sur leur sort. Cette sauvagerie est telle, qu'un des chefs de la révolte de Décembre 1917, qui a appartenu au triumvirat institué par elle, et qui a été son premier ministre de l'intérieur, effrayé lui-même des conséquences possibles en présence du nombre des prisonniers, qu'il évalue à 10.000, et des barbares traitements que la dictature leur inflige, a dernièrement, dans un discours, prédit l'attentat.

Agréez, Monsieur le Directeur, mes hommages les plus distingués.

(*Le Temps*, 25-12-918).

*Bernardino Machado.*

## Affaires du Portugal

Les affaires du Portugal sont actuellement d'une haute gravité. Les événements dramatiques qui s'y déroulent, leur origine et leur signification sont fort peu connus en France.

Les initiés seuls, et les hommes qui sont dans l'action, sont uniquement qualifiés pour fournir à ce sujet des renseignements sûrs.

Les intérêts de la France y sont largement engagés. En ce moment même la terreur règne à Lisbonne. M. Magalhães Lima, l'un des fondateurs de la République, très connu à Paris, est en prison, malade, menacé de disparaître. 5.000 Républicains éprouvés sont répartis dans les geôles du Portugal.

Les journaux républicains sont jugulés.

Nous pensons qu'il importe de se préoccuper d'urgence de cette situation afin d'y remédier le plus tôt possible, ne leur donnant pas de solidarité diplomatique, comme on l'a fait jusqu'à présent.

Il y a urgence, grande urgence. Des amis des républicains portugais ont pu, en toute hâte, réunir, dans un Bureau de la Cham-

bre, Monsieur Bernardino Machado, ancien Président de la République du Portugal, et quelques députés MM. Violette, Maurice Long, Accambray.

D'autres Députés, convoqués avec une trop grande urgence n'ont pu assister à cette réunion privée.

Au cours de cette réunion il a été décidé :

a) Qu'une note serait remise à M. Pichon, Ministre des Affaires Étrangères, et qu'une démarche serait faite auprès de lui pour attirer son attention sur la situation internationale du Portugal, pour qu'on ne continue pas à appuyer une telle situation, et sur l'état alarmant dans lequel se trouve M. Magalhães Lima, lequel compte de nombreux amis en France.

La démarche a été faite par M. Maurice Long dans la matinée du Vendredi, 20 courant.

b) Qu'on demanderait à M. Bernardino Machado de vouloir bien exposer la situation du Portugal devant un plus grand nombre de Députés.

Cette dernière réunion a été fixée au Jeudi 26 courant, à 2 heures et demie.

De l'avis de plusieurs Députés Monsieur Franklin-Bouillon serait tout à fait qualifié

pour convoquer un certain nombre de Députés qui sont censés s'intéresser de préférence à cette question.

Nous joignons une liste de députés que nous aimerions bien voir convoquer, sans avoir du tout la prétention de les désigner plus particulièrement à d'autres.

Monsieur Franklin-Bouillon est prié de nous répondre d'urgence. On pense aussi qu'il conviendrait mieux de réunir ces Messieurs dans les Bureaux du Boulevard Saint-Germain de préférence aux locaux de la Chambre.

Nous demanderions à la complaisance de Monsieur Franklin-Bouillon de nous fixer d'urgence pour savoir si la date de Jeudi, 26 courant, pourrait lui convenir et aussi s'il veut mettre à la disposition de cette réunion les Bureaux du Boulevard Saint-Germain.

Décembre, 1918.

— De la part de Monsieur François Nicol,  
Représentant un groupe Franco-Portugais,  
40, Avenue Henri Martin — Paris.

## Déclarations sur le mouvement monarchiste

L'ex-président banni de la République portugaise, M. Bernardino Machado, nous a fait sur la situation au Portugal des déclarations suivantes :

« J'ignore ce qui se passe en ce moment au Portugal. Les nouvelles qui nous arrivent sont contradictoires et souvent inextricables même. Si les monarchistes ont pu réussir dans leur coup de main sur quelques points du pays, ce n'est que le résultat de l'œuvre de trahison accomplie par el dictateur Sidónio Pais, qui, en se proclamant républicain et alliadophile, n'a fait qu'attaquer furieusement tous les républicains et alliadophiles de notre pays et que prêter la force éphémère de son pouvoir dictatorial à tous les monarchistes et germanophiles.

Il n'y a au Portugal qu'une crise assurément navrante, mais que l'esprit libre et fier de notre noble peuple finira par vaincre et dominer complètement, consolidant à jamais nos franchises démocratiques sous l'égide de la République, qui n'est pas aujourd'hui seulement une forme de gouvernement chez nous, mais la structure orga-

nique même de la pensée, du sentiment et de l'action de la moderne et progressive société portugaise. C'est pourquoi rien ne peut troubler la foi profonde, absolue avec laquelle j'attends le rétablissement définitif de l'ordre républicain, indispensable pour que notre nation continue dignement son grand rôle historique dans le monde."

(*Le Temps*, 26 Janv. 1919.)

### Les événements portugais

Ce qui se passe en Portugal devait nécessairement survenir. Il arriverait un moment où notre noble peuple reparaitrait en scène, relevant fièrement sa souveraineté et avec elle notre indépendance nationale compromise par l'aventure de Décembre 1917.

Seule la division républicaine avait permis l'assaut du pouvoir par une bande d'agitateurs, et il était évident que le jour où les républicains se concentreraient en masse, ils renverseraient irrésistiblement cette usurpation dégradante.

Or la crise que nous traversons, sous une dictature qui poursuivait les républicains et favorisait les monarchistes, ne pou-

vait que finir par exciter le soulèvement des forces démocratiques de la nation, surtout si les royalistes, se croyant déjà suffisamment préparés pour la lutte, grâce à la protection dictatoriale, osaient lever le drapeau de la restauration monarchique. Et c'est ce qui est advenu.

Déjà dans les derniers temps de la Monarchie, ses partisans n'avaient plus d'organisation politique nationale, car il manquait à leur groupement une haute inspiration progressive; et la dictature a pu leur donner des postes de commandement, mais non leur restituer leur crédit et prestige perdus. Leur tentative insurrectionnelle est condamnée à une déroute certaine.

L'ordre constitutionnel va se rétablir chez nous. Et pour, de ma part, laisser le champ tout à fait libre aux accords nécessaires à son rétablissement, je suis dans l'intention de présenter au Congrès des légitimes représentants de la nation la renonciation de mon droit, que l'usurpation n'a pas prescrit, de Président de la République Portugaise.

Avec le retour à la normalité constitutionnelle, ce n'est pas seulement l'absurde politique de notre situation interne qui dispa-

rait, mais aussi celui de notre situation internationale. Et c'est pourquoi j'ai desisté d'adresser au Congrès de la Paix le message dans lequel je portais devant lui nos griefs diplomatiques. La parole est au peuple portugais.

Sa voix sera partout entendue. Et nous pouvons avoir maintenant l'espoir que toutes les justes réparations et satisfactions nous serons données dans les questions territoriales à régler, non seulement dans l'outremer où nous avons tant de légitimes réclamations de domaines et d'influence à faire valoir et reconnaître, mais aussi dans la métropole même à laquelle manque Olivença, ville portugaise — comme telle reconnue par le traité de 1815 — et que l'Espagne respectant notre intégrité comme elle veut faire respecter la sienne à Gibraltar ne laissera plus d'être d'accord à nous rendre.

Paris, 30 Janvier 1919.

*Bernardino Machado.*

— Artigo, entregue ao *Temps*, cuja publicação foi suspensa, em vista dum telegrama de Lisboa ao dr. Afonso Costa, para êste me pedir que continuasse em Paris e

não fizesse declaração alguma, sem acôrdo com os signatários.

**Norton de Matos**

Londres, 4 de Janeiro de 1919.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da República  
e meu prezado Amigo

.....  
Continuarei a tomar inteiramente sôbre mim a responsabilidade de todos os meus actos passados e a estar ao lado dos meus colegas e sobretudo de V. Ex.<sup>a</sup> no terrível transe que está atravessando a nossa desgraçada Pátria. Não terei a menor dúvida em assinar um manifesto, que também julgo devermos apresentar à Conferência da Paz.  
.....

*Norton de Matos.*

## Presidente Wilson

Monsieur le Secrétaire

Après vous avoir écrit une lettre, par ordre de mon Père, Monsieur le Président Bernardino Machado, j'ai reconnu que je m'étais trompée dans l'adresse.

C'est pourquoi je viens vous dire que le but de cette lettre était celui de vous demander de bien vouloir signifier à Monsieur le Président Wilson le désir que mon Père avait de lui présenter personnellement ses hommages.

Malheureusement l'état de santé de mon Père, qui vient de subir une grave maladie, ne lui permet pas de satisfaire pour le moment ce désir, mais il serait très heureux de savoir que Monsieur le Président Wilson en prend connaissance.

Agréez, Monsieur le Secrétaire, mes salutations très distinguées.

Paris, 31-1-919.

*Jerónima Machado.*

American Commission  
To Negotiate Peace

Paris, 6 February 1919.

Dear Mademoiselle

I am writing to acknowledge receipt of your letter of January 31st, and to say that I have taken pleasure in telling the President of your father's desire to pay his respects to him, and to express the President's regret that your father has been so ill.

Mademoiselle Jerónima Machado

Hotel Wagram, Rue de Rivoli — Paris.

Sincere ly yours

*Gilbert F. Closs*

Confidential Secretary to the President.

### **Déclarations du Président Machado**

Le Président banni du Portugal, M. Machado, nous fait les déclarations suivantes :

La concentration des républicains, à laquelle contribuent aujourd'hui ceux qui étaient le plus exaltés dans leurs rivalités,

nous assure la victoire, et les monarchistes qui, oubliant la décadence et la décomposition où était tombé leur régime, ont exploité les divisions républicaines pour le restaurer, seront bientôt rentrés dans l'ordre.

La preuve que la concentration républicaine dispose de forces suffisantes, c'est que le gouvernement n'a pas jugé urgent de rappeler les troupes de notre corps expéditionnaire, dont les officiers, par l'intermédiaire du général Roçadas, se sont mis spontanément à sa disposition pour la défense de la République. Une autre preuve est la déclaration du général en chef des troupes opérant contre les monarchistes, qui compte les soumettre sans avoir à recourir à l'extrémité d'un bombardement des villes occupées par eux.

La solidarité et l'union sacrée rétablies entre les républicains s'affirment à Lisbonne et ne manqueront pas d'être attestées ici, dès maintenant, devant la Conférence de la Paix, par l'admission parmi nos représentants de quelques-unes des personnalités portugaises qui ont eu la plus active participation aux conférences et conventions inter-alliées pendant la guerre.

(*Le Temps*, 2 - Février - 1919.)

## Renúncia

### À nação

Ao povo português, que, pelo seu formidável levantamento em Lisboa e Porto, nas cidades e nos campos, tam eloqüentemente acaba de confirmar a sua indefectível fé republicana — da qual nunca duvidei nem um só instante — cabe o pleno direito, após a revolução, de se pronunciar formalmente sobre o pronto restabelecimento da normalidade governativa, sem que nenhuma anterior delegação sua o embarace.

Venho, pois, com a mais enternecida commoção de orgulho patriótico, depôr fielmente perante a sua soberania o mandato presidencial que, em 6 de Agosto de 1915, tive a honra de receber da confiança dos seus dignos representantes, e que, através de tantas inquietações e ansiedades, procurei sempre zelar com escrupulosa inteireza constitucional e internacional.

Sob a minha presidência, tomamos corajosamente, como nação livre e independente, o nosso pôsto nas linhas de defesa do direito das gentes contra a brutal erupção do imperialismo teutónico; e, se não hou-

ve dôres e amarguras que por isso não sofrêssemos, de tudo nos devemos dar hoje por sobejamente compensados.

Graças ao valor heróico do nosso povo, que nada já pode desluzir, a nossa intervenção na guerra abre-nos rasgadamente, de par em par, as portas do futuro. O mundo olha-nos com respeito, e só de nós, da nossa inquebrantável solidariedade em volta da bandeira da República, depende que o grande Portugal reviva.

Paris, 18 Fevereiro 1919.

*Bernardino Machado.*

Ao general Corrêa Barreto

Meu caro Presidente

Ao declinar o mandato presidencial, que me foi conferido pelo Parlamento de 1915, a V. Ex.<sup>a</sup>, seu muito digno Presidente, tenho a honra de reiterar o meu indelével reconhecimento.

Saúde e Fraternidade.

*Bernardino Machado.*

Paris, 19 Fevereiro 1919.

Ao dr. Afonso Costa

Paris, 23 Fevereiro 1919.

Meu querido Amigo

Revejo hoje, ao declinar o meu mandato, tôda a nossa estreita camaradagem dos bons e dos maus dias. Juntos lidamos nas avançadas da República, juntos nos pusemos à frente da nossa intervenção na guerra. E ambas as campanhas acabam de triunfar definitivamente.

Na minha idade, que mais hei-de desejar para o meu esfôrço? Mas desejo, e de todo o coração, que o futuro, que lhe pertence, lhe dê ainda todos os nobres triunfos que o seu alto patriotismo ambiciona.

São estes os votos que, cheio de fé na justiça do nosso povo e nos destinos da nossa nacionalidade, lhe formulo, abraçando-o com o maior reconhecimento político e pessoal, como

Todo seu

*Bernardino Machado.*

(Telegrama)  
(Paris, 22-2-1919)

António José de Almeida  
Avenida António Augusto Aguiar, 50  
Lisboa.

Ao declinar presidência, envio-lhe muito  
saúdoso protesto de reconhecimento.

*Bernardino Machado.*

RESPOSTA

(Telegrama)  
(Lisboa, 24-2-1919)

Agréant vos compliments, j'envoie mes  
hommages votre attitude pleine de noblesse.

*António José de Almeida.*

Exprimi também a João Chagas, Norton  
de Matos e Leote do Rêgo todo o meu re-  
conhecimento. E escrevi ao dr. José de Cas-  
tro, chefe do primeiro govêrno da minha  
presidência, recordando com gratidão os  
serviços que êle e os seus colegas me pres-  
taram com a sua colaboração.

A Mr. Louis Guilaine

Paris, 26 Fevereiro 1919.

Meu prezado Amigo

Agora, que depus o meu mandato, cumpro gostosamente o dever de lhe significar todo o meu indelével reconhecimento pelos obséquios que incessantemente me dispensou durante a crise que as instituições republicanas atravessaram em Portugal.

Na adversidade é que se conhecem os amigos. E raros apoios encontrei tam solícitos e dedicados para com a causa da democracia, que eu, de direito, representava, e não houve prova de estima que pessoalmente não recebesse da sua cativante benevolência.

Até pelo seu distinto conhecimento da nossa vida nacional e da nossa língua, o meu trato com V. Ex.<sup>a</sup> me proporcionou horas consoladoras, que não posso esquecer.

Creia-me para sempre

Seu am.<sup>o</sup> e adm.<sup>or</sup> m.<sup>to</sup> grato

*Bernardino Machado.*

*P. S.*— Não é exacto, como se diz de Lisboa, que eu já resolvesse o meu regresso. Obrigado pelo *Brésil*.

Londres, 16-3-919.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. e meu prezado Amigo

.....  
Li com a maior admiração a declaração por V. Ex.<sup>a</sup> feita, a renunciar os direitos que lhe foram confiados pela sua eleição para Presidente da República. V. Ex.<sup>a</sup> é e continuará a ser a primeira figura da República Portuguesa, e na grande obra nacional que se fez em Portugal desde Agôsto de 1914 a 5 de Dezembro de 1917, V. Ex.<sup>a</sup> foi sempre o supremo inspirador e orientador e em grande parte o seu executor.

A maior glória dela a V. Ex.<sup>a</sup> cabe.

.....

*Norton de Matos.*

Meu Ex.<sup>mo</sup> Amigo e Sr.

Venho felicitar V. Ex.<sup>a</sup> pelo seu restabelecimento e pelo notável documento que há dias dirigiu ao povo português.

Mais uma vez V. Ex.<sup>a</sup> tomou uma attitude nobre, que muito o honra como republicano e como patriota.

Por ela lhe dirijo os meus cumprimentos, saüdando-o e subscrevendo-me com a mais alta consideração

De V. Ex.<sup>a</sup>  
am.<sup>o</sup> at.<sup>to</sup> adm.<sup>or</sup> e obg.<sup>do</sup>

2-3-19.

*Barbosa de Magalhães.*

LÉGATION DE PORTUGAL  
EN BELGIQUE

116, R. de Soassart

Bruxelas, 18 de Março de 1919.

Meu velho amigo Bernardino Machado

Só hoje soube com exactidão a tua nova residência, motivo por que não escrevi há mais tempo para te felicitar pelo nobre gesto da tua espontânea resignação do mandato presidencial, que muito e muito te honra.

Estás, meu caro amigo, bem vingado da afronta que sofreste. O teu nome sai engrandecido da triste crise por que passou a nossa querida República. O bem é a eter-

na luz que de nós cá fica na terra, disse Castelar. E' bem certo.

Lá te irei apertar a mão no fim do corrente mês, se ainda estiveres em Paris, pois dizem-me que contas ir passar algum tempo na Suíça para convalescer.

Tem cuidado com a tua saúde, que é para nós muito precisa.

Envia-te um saudável abraço o teu velho amigo e camarada

*Alves da Veiga.*

Vila Nova de Famalicão, 3-III-1919.

Meu Ex.<sup>mo</sup> e prezado Amigo

O acto de renúncia que V. Ex.<sup>a</sup> praticou, desistindo, na mão do povo, do seu direito constitucional de exercer a primeira magistratura da Nação, engrandeceu-o muito aos olhos de amigos e de adversários, e veio solucionar uma situação difícil — a coexistência de dois presidentes — que o sr. Canto e Castro devia já ter compreendido e resolvido, retirando-se de Belém espontaneamente.

Bem haja V. Ex.<sup>a</sup>! Isto e a dôr que o banimento e emergentes desgostos lhe tem

causado, se lhe corroboram o prestígio político, engrandecido pelo êxito de Portugal na guerra, também não devem ter influído pouco para intensificar, se é possível, a grande simpatia pessoal que V. Ex.<sup>a</sup> já tinha entre os seus concidadãos.

Sôbre a marcha dos negócios políticos nada acrescentarei ao que V. Ex.<sup>a</sup> deve conhecer pelos jornais. Esmagada de vez e para sempre a scelerada tentativa sidónico-monarquista, parece que tudo se encaminha enfim para o equilíbrio, para a ordem. Se as novas Constituintes forem, em homens e em obras, o que devem ser, ficará rematado o edificio republicano e garantida a sua estabilidade. Insisto, porém, no meu ponto de vista: tôda a transigência com o clericalismo será um êrro de incalculáveis prejuízos. E' preciso restabelecer na Lei da Separação o nosso velho "beneplácito" e decretar que não poderão exercer o magistério primário e secundário os clérigos que tenham feito votos maiores. Só assim a Republica poderá defender o nascente *laicismo* e preparar o futuro cidadão liberal, emancipado...

Mas o que agora se descja, é que V. Ex.<sup>a</sup> e tôda a Ex.<sup>ma</sup> Família, a quem muito nos

recomendamos, tenham saúde e regressem à pátria.

Aceite um abraço afectuoso do que é com a maior estima

De V. Ex.<sup>a</sup>

cr.<sup>o</sup> adm.<sup>or</sup> e am.<sup>o</sup> ded.<sup>do</sup> e grato

*Daniel Rodrigues.*

### Atentado contra Clémenceau

M. Bernardino Machado, le Président banni de la République portugaise, qui faisait sa première sortie après la grave maladie qui vient de l'éprouver, est allé aussi chez le président du Conseil pour lui offrir ses vœux chaleureux de prompt rétablissement.

(*Figaro*, 21-2-1919.)

(Carte de visite)

Paris, 22-2-1919.

Le lieutenant Martineau venu pour exprimer à Son Excellence Monsieur Bernardino Machado les remerciements de Monsieur le Président du Conseil.

## Men banimento

---

### Annulação do decreto de expulsão

«Considerando a necessidade e urgência de consolidar a obra patriótica que a República se propõe realizar com a tranqüillidade e ordem que o país reclama:

Em nome da nação, o govêrno da República decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Que seja considerado nulo e de nenhum efeito o decreto da Junta Revolucionária de 11 de Dezembro de 1917, o qual determinou que residisse fora do território nacional, até ao dia em que terminaria o seu mandato, o cidadão Bernardino Luís Machado Guimarães, antigo presidente da República.

Determina-se, portanto, que tôdas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto, com fôrça de lei, pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os ministros de tôdas as repartições o fazem publicar.

Paços do govêrno da República, 24 de Fevereiro de 1919.—*José do Canto e Castro Silva Antunes.*»

(Telegrama)

(Lisbon-81-4-26-23 h. 10. Voie Malte)

287 Decreto 24 corrente declarou nulo decreto Junta Revolucionária onze de Dezembro de 1917 que determinou residência fora território nacional senhor doutor Bernardino Machado. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> favor comunicar àquele senhor esta resolução que govêrno com prazer tomou.

Ministro ad-interim,

*Couceiro da Costa.*

Ao Senhor Egas Moniz—Paris.

Anulado só o banimento!

Êste decreto foi-me obsequiosamente transmitido em Paris pelo sr. Freire de Andrade, em 28 de Fevereiro de 1919. Agradei-lhe e ao Ministro, a comunicação.

## Delegação portuguesa ao Congresso da Paz

Fui de opinião que, durante a luta com os monárquicos, se dessem tréguas aos dezembristas que quisessem também combatê-los. Levar-se-lhes-ia depois disso em conta no julgamento da ditadura. E, depois da vitória, entendi que, se os partidos constitucionais não se sentiam ainda de fôrça política bastante para reünirem o Parlamento de 1915-17 e reconquistarem imediatamente a suprema magistratura do Estado, nem assim transigissem e se limitassem a aceitar transitòriamente a situação de facto nas suas relações oficiais, transferindo, quando muito, para o terreno da urna eleitoral a decisão soberana e imperativa do pleito. Nessa conformidade, foi escrita a seguinte carta:

Paris, 23-3-1919.

Meu caro Amigo (Dr. Afonso Costa)

.....

Resumir-lhe-hei em duas palavras o que nas nossas conversações lhe tenho dito.

Anuí a uma suspensão de hostilidades com aqueles dezembristas que, durante a insurreição monárquica, queriam também

combatê-la. Mas, reprimido êsse estado, a que êles mesmos nos levaram, tínhamos de liquidar com os seus representantes as nossas contas, ou antes, de reclamar que as prestassem ao país. Era preciso que o levantamento popular produzisse todo o seu efeito.

Infelizmente, não sucedeu assim. E, passado já o período da campanha contra os monárquicos, fizeram-se transigências políticas que nós daqui tanto lamentamos e reprovamos juntos.

Porque foi entretanto que lhe dei o parecer de que aceitasse a Delegação no Congresso da Paz? E' que, sem embargo das transigências feitas, a intimação da vontade nacional é tam irreprimível e poderosa, que os partidos constitucionais teem-se indo impondo aos representantes da ditadura e a entrada do Dr. Afonso Costa e dos outros ilustres colaboradores na política externa para a Delegação significaria, dentro e fora de Portugal, mais uma grande vitória, porque era a confissão, por êsses representantes, da sua incapacidade para sustentarem os nossos direitos nacionais perante o mundo. E a missão estava-lhe, de mais-a-mais, facilitada, porque só tinha de tratar oficialmente com o Ministro dos Negócios Estran-

geiros, antigo republicano, que saberia fazer compreender e respeitar os seus justificados melindres.

Seu dedicado amigo  
e admirador

*Bernardino Machado.*

### Comicio em honra de Leote do Rêgo

(Telegrama)

Lisboa, 9 Março 1919)

Consulado Portugal — Paris

- Bernardino Machado

Peuple républicain réuni meeting honneur capitaine Leote Rêgo salue en vous patriote éminent républicain dévoué qui par efforts les plus acharnés a su donner le meilleur concours agrandissement notre patrie.

Presidente,

*António José de Almeida.*

RESPOSTA

Très touché souvenir. Mille remerciements.

*Bernardino Machado.*

## A Guerra

(Para o album *Sobre a Guerra*,  
de Carlos Ferreira)

Há na alma portuguesa um sentimento histórico tam profundo da nossa missão mundial, que não arrebatá só para longes terras o emigrante em sonhos de riqueza, mas leva-nos a todos imperativamente para essa política audaz de nobre emulação entre as nações livres, que desde já nos assegura de novo, sob as palmas da vitória, o oiro glorioso do engrandecimento nacional.

Paris, 10 de Março de 1919.

*Bernardino Machado.*

## João Chagas

Meu caro Ministro

Ainda bem que está quási de todo restabelecido! O tempo não me deixa, com êste frio, saír da casa. Desculpe-me, pois, de não ir pessoalmente expressar-lhe tôda a satisfação que sinto com a sua reintegração. Vê-se que a República também se reintegra.

Peço-lhe o obséquio de apresentar os nossos dedicados cumprimentos a sua Ex.<sup>ma</sup> Espôsa, com quem nos congratulamos devéras pelas suas melhoras e pela justa reparação que lhe foi dada.

Paris, 17-3-1919.

Seu dedicado amigo e admirador

*Bernardino Machado.*

### Almôço luso-francês

O ilustre amigo de Portugal, o sr. François Nicol, que tem em França as mais altas relações políticas, ofereceu na sua bela residência da Avenida Henri Martin um almôço íntimo de solidariedade luso-francesa, em que se achavam representantes parlamentares dos diversos partidos republicanos de França. Presidiu o dr. Bernardino Machado, tendo, à sua direita, o sr. Franklin-Bouillon, presidente da Comissão dos negócios exteriores da Câmara dos Deputados, e, à esquerda, o sr. Accambray, deputado, presidente da Comissão de reparações. Em frente do dr. Bernardino Ma-

chado, estava o sr. Étienne, antigo ministro da guerra, tendo à sua direita o dr. Afonso Costa, e, à esquerda, o deputado e jornalista, antigo ministro, sr. Marcel Sembat. Os outros convivas, além do sr. Nicol, eram os antigos ministros, srs. Maurice Long e Maurice Violette, o antigo ministro plenipotenciário, sr. Laurence de Lalande, o senador, sr. Leopold Goirand, os deputados, srs. André Lebey, Frédéric Brunet e Géo Gerald, e o redactor do *Temps*, sr. Lautier.

O sr. João Chagas, que fôra convidado pelo sr. Nicol, não pôde assistir por falta de saúde.

Foi resolvido por todos os assistentes organizar-se em Paris um comité internacional luso-francês, que assegure o estreitamento dos laços directos políticos entre as duas nações amigas e aliadas.

4-Abril-1919.

40, Avenue Henri Martin  
Passy: 70 — 14

Mon bien cher Président

· Tous nos amis ont eu hier une vraie et sincère satisfaction de communier avec vous dans une même pensée, et je suis certain

que notre petite réunion pourra avoir des conséquences très heureuses pour le rapprochement des deux démocraties.

Je vous remercie du fond du cœur d'avoir bien voulu vous prêter avec tant de bonne grâce à notre petite manifestation familiale et cordiale.

À bientôt! je l'espère. Et veuillez croire à mes sentiments très respectueusement sympathiques et dévoués.

5-4-1919.

*F. Nicol.*

Mes hommages à Madame Machado et mes cordiales pensées pour Mr. Costa.

Mr. Mascuraud, sénateur, étant malade, n'a pu venir, comme nous l'avions espéré, déjeuner avec nous, mais il m'a écrit une lettre pleine de regrets et de sympathies pour vous.

## Ministério Domingos Pereira

(Telegramas)

Lisboa, 8-4-1919.

Dr. Bernardino Machado

Rue des Eaux, 7 bis

Paris.

Tendo tomado posse do cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, envio ao eminente republicano e ilustre cidadão Sua Ex.<sup>a</sup> o Dr. Bernardino Machado, com os protestos da minha mais alta estima e consideração, os meus respeitosos cumprimentos e a expressão dos meus ardentes votos pelo futuro e prosperidades da Pátria e da República.

*Xavier da Silva.*

Lisboa, 7-4-1919.

Dr. Bernardino Machado

Rue des Eaux, 7 bis

Paris.

Ao tomar posse da pasta das Finanças, saúdo em V. Ex.<sup>a</sup> o que foi o exilado ilustre no momento de amarguras para Portu-

gal, mas que nunca saíu da alma dos republicanos e dos patriotas.

*Ramada Curto.*

Lisboa, 7-4-1919.

Dr. Bernardino Machado

Paris.

Ao tomar posse da pasta das Colónias, saúdo V. Ex.<sup>a</sup>, como afirmação da minha mais profunda e respeitosa estima.

*João Soares.*

Falta o telegrama, que se extraviou, do dr. Domingos Pereira. A todos apresentei os meus sinceros agradecimentos e melhores votos.

### **Parlamento constitucional?**

(Telegrama)

Lisbonne, 9-4-1919.

Dr. Bernardino Machado

Rue des Eaux, 7 bis, Passy

Paris.

Raisons politiques ai causé avec Président conseil sur votre information. Président me

prie ajourner publication. Motifs impérieux le conseillent. Nous vous les exposerons lettre.

*Carlos Trilho.*

Êste telegrama refere-se a uma entrevista que dei a Xavier de Carvalho, indicando a necessidade de se convocar o Parlamento de 1915-17.

### Palavras urgentes

#### MENSAGEM

Os partidos republicanos não subiram ao govêrno para pactuar com os representantes da criminosa revolta de Dezembro de 1917. Levou-os até lá a fôrça imperativa do levantamento patriótico de Janeiro, que lhes cumpre honrar. E' a própria pressão dêste movimento irresistível da vontade nacional que arranca os assaltantes do nosso direito público aos postos que usurparam sob o falso título de republicanos novos, reduzindo-os à impotência de se submeterem incondicionalmente. E a obra de reparação vai-se efectuando. Já o ministério se repu-

blicanizou e já a nossa delegação ao Congresso da Paz tem à sua frente personalidades marcantes da nossa intervenção na grande guerra.

A nenhum fautor ou cúmplice da ditadura é lícito conservar-se no poder. Se entre êles há convertidos ao nosso liberalismo, atestem pela sua isenção a sua sinceridade, empenhando-se por vir a merecer a confiança pública indispensável para governar. Não basta que tenham também combatido a insurreição monárquica. E' preciso que demonstrem claramente pelos seus actos futuros que, combatendo no Porto os monárquicos, como haviam combatido em Santarém os republicanos, não pleitearam sempre só a própria causa, servindo-se indiferentemente, primeiro, dos monárquicos contra os republicanos, e, depois, destes contra aqueles.

Os republicanos, que não se renderam às violências brutais dos aventureiros da ditadura, não se rendem tampouco às suas temporizações suspeitas. Seria ainda mais humilhante. E, voltando ao govêrno para reintegrar a República, os seus partidos sentirão decerto que a comprometeriam, tanto como por qualquer arrebatamento, pela me-

nor concessão que significasse no fundo uma fraqueza moral ou falta de escrúpulo no desempenho do austero mandato que lhes foi confiado. Se transigissem com quem quer da revolta do Parque Eduardo 7.º, como seriam inflexíveis para com os responsáveis da revolta monárquica do Porto, que urge punir rigorosamente? Não foi esta a consequência fatal daquela? Qual mesmo o maior crime?

Declinando a minha magistratura presidencial, escusado é dizer que não declinei as minhas responsabilidades, que reivindico integralmente com a consciência alta do dever cumprido no lance decisivo do nosso destino, em que, sob a minha presidência, efectivamos valorosamente a palavra por mim dada, em nome da nação, logo em 7 de Agôsto de 1914. Mas tampouco me propus com êsse acto facilitar apròximações e pactos dos partidos republicanos com os homens da República nova, pois bem evidenciei a irreductível incompatibilidade em que se deve estar com êles, depondo no seio do povo a minha renúncia, por não me ser possível apresentá-la ao Parlamento legal de 1915-17. Ao nosso povo, isso sim! e só a êle e aos seus verdadeiros manda-

tários quis facilitar tôda a acção política. Se outrem melhor servisse na presidência à concórdia republicana, ficava por mim mesmo aberto o campo à sua eleição pela legítima representação nacional, perante a qual eu iria reiterar o meu pedido de renúncia.

As concessões, só podem fazê-las dignamente os partidos constitucionais uns aos outros, saneando-se das suas excessivas rivalidades, para restabelecerem contra todos os atentados às liberdades públicas aquilo que foi e será sempre a nossa incontestável fôrça, a nossa solidariedade e a nossa organização.

Acima de tudo, duas obrigações lhes impendem neste momento: anular a dissolução do Parlamento legal e anular a destituição do Presidente por êste eleito. Sem o que, não teremos reintegrado a República.

Já o govêrno passado, quando declarou oficialmente que o Parlamento de 1918, por êle dissolvido, *não derivava do sufrágio livre e genuíno*, reconheceu subsistente o Parlamento de 1915-17, em conformidade com o n.º 15 do art. 26 da Constituição, que não permite solução de continuidade parlamentar.

E só êsse Parlamento possui autoridade especial para modificar, sendo necessário, o Estatuto fundamental da nação e para traçar o tema das nossas reclamações perante as outras nações na Conferência da Paz, porque só a êle, no actual decénio legislativo, pertence reformar a Constituição (art. 82) e porque foi êle que decidiu e votou a nossa intervenção militar na grande guerra. Deliberaria de pronto numa sessão solene e iríamos em seguida normalmente para as eleições.

Infelizmente até agora os nossos deputados e os nossos senadores não usaram da prerrogativa que lhes confere a Constituição (artt. 11 e 12), de se reunirem de direito próprio; e os governos não só teem mantido a dissolução ditatorial do Parlamento de 1915-17, mas praticam êles mesmos a dupla arbitrariedade de não o convocar e de conferir poderes constituintes aos próximos colégios eleitorais. Porque? Todos obteem a sua justa reparação, recobrando as posições dirigentes que lhes pertencem, todos, menos os representantes da nação...

Para maior agravo às instituições, subsiste também ainda o decreto insurreccional que destituiu o Chefe do Estado. O Pre-

sidente da República é o depositário supremo do direito republicano, a sua destituição violenta importa, de facto, a destituição mais grave do regime, e admitir uma é admitir a outra. Que é pois que obsta à derrogação de semelhante decreto? Esteia-se por acaso nessa destituição algum actual poder público? (·)

---

(·) Mas que republicano o acatará? E como pode o seu titular, gerado no seio da usurpação anti-intervencionista — êle, que já mesmo confessou a sua ilegitimidade, ao dissolver por ilegítimo o Parlamento de 1918, que o elegêra — presidir, por Portugal, aos nossos trabalhos na Conferência da Paz, em que estão reünidos os delegados das nações aliadas que se bateram pela liberdade dos povos? E, se o tratado preliminar da paz se celebrar imediatamente, é em seu nome que se há-de assinar? Das suas mãos é que o há-de receber o Congresso da República?

A aventura de 5 de Dezembro não desmobilizou. Por sôbre a soberania popular estadeia-se ainda a figura do seu mais alto sobrevivente, que, voluntariamente ou não (o efeito é o mesmo), nos inflige a humilhante mercê de subscrever a republicanização de todos os cargos públicos... que estão abaixo dêle. No dêle não se toca. Dir-se-ia que são os partidos republicanos que, sem fôrça para mais, contentes mesmo com tal partilha, sacrificando a integridade dos princípios e do regime, afinal capitulam. (*Palavras acrescentadas no exemplar dirigido ao chefe do govêrno.*)

E não só continua dissolvido o Parlamento que o dezembrismo dissolveu, e destituiu o Presidente que êle destituiu, mas já, entre os agrupamentos constitucionais que êle tentou extinguir, lavra a ideia da sua própria extinção. Revive pois o lema da República nova, que — a exemplo do que fizeram os dezembristas — se trata outra vez de fundar, convocando igualmente o eleitorado a uma votação anti-constitucional? E são os antigos republicanos de 5 de Outubro que, violando assim a sua Constituição, exautorando os seus eleitos e estigmatizando os seus partidos, repudiam e condenam a sua obra, nesta hora grave da Conferência da Paz, desvalorizando-nos perante todos os povos que nos julgam? Não quero acreditar-lo!

Paris, 5-1919.

*Bernardino Machado.*

## Parlamento de 1919

(Telegrama)

Bourbon Menezes

Rue S. Mamede, 43 (Caldas)  
Lisbonne.

Prie expliquer je n'ai pas nié légitimité du Parlement, mais de ses fonctions constituantes.

*Bernardino Machado.*

## Sociedade das Nações

Tôdas as considerações que se prestem ao Brasil, apreciámo-las com ternura, como se fôsem feitas a nós mesmos. E são sempre para nós motivos de satisfação as que se tributem à nossa vizinha Espanha.

A escolha duma e doutra para a anfictionia da Sociedade das Nações não pode, nem por sombras, envolver uma injustiça aos títulos de Portugal, republicano e aliado, que agora mesmo, pelo seu esforço de guerra na Europa e na África, acaba de honrar as gloriosas tradições da grande família lusitana espalhada por todo o mundo. Evidentemente a Espanha foi escolhida não entre

Portugal e a Espanha mas entre as nações neutras, e o Brasil não entre Portugal e o Brasil mas entre as Repúblicas da América do Sul.

E eu congratulo-me devéras pela alta distinção que lhes dispensou a Conferência da Paz, embora entendendo também que, sem prejuízo de quaisquer outros direitos, a Portugal, que é ainda hoje a terceira nação colonial, devia ser dado o lugar que, pelo seu prestígio histórico e pelo seu ardor democrático, lhe pertence na grandiosa obra confraternizadora dos povos e das raças.

Dito em conversação com alguns amigos de Portugal.

Paris, 5-1919.

### Projecto de preliminares de paz

Le Portugal, républicain et allié, qui vient d'honorer ses glorieuses traditions par sa fière intervention dans la guerre, a bien le droit, comme troisième nation coloniale, de prendre place dans l'amphyctionie des peuples et des races. Il y est pourtant, sans doute, très dignement représenté par les nobles

nations, à côté desquelles il s'est battu contre l'ennemi commun. Et les portugais ne peuvent que se réjouir des choix que la Conférence de la Paix a fait du Brésil, qui est la nation notre sœur, et de notre voisine Espagne, pour être les représentants, l'un des Républiques latines de l'Amérique et l'autre des pays neutres, dans le Conseil de la Société des Nations. La présence d'une puissance neutre dans le Conseil accentuera tout de suite son caractère pacificateur.<sup>1</sup> Et celle d'une autre nation américaine, outre les États Unis du Nord, c'est évidemment un contre-poids très considérable à la survivance de la doctrine de Monroe, car ils n'apparaîtront plus devant les nations des autres continents avec l'exclusivisme de la représentation collective de l'Amérique.

Dans la question financière, j'espère toujours que nos alliés ne nous refuseront point les indemnités, les crédits et la confiance auxquels nous avons droit, pour que nous nous reléviions, par notre libre effort, des énormes sacrifices économiques de guerre que nous avons subis et qui pèsent accablamment sur nous. Nous ne sommes, du reste, les seuls des belligérants alliés à en avoir besoin.

Et, pour ce qui est des réglemmentations territoriales, si importantes pour la stabilité de notre situation internationale, c'est lamentable qu'on ne se soit déjà entendu dans la Conférence pour les établir avec sa haute autorité comme bien fondés; mais assurément on ne manquera de nous donner sur ce grave sujet la juste satisfaction qui nous est due, et qui n'a pas été immédiatement consignée, comme je l'attendais, dans le Project de Préliminaires de la Paix.

*Bernardino Machado.*

*(Le Temps de 5-1919.)*

**Álvaro de Castro**

Paris, 6-5-1919.

Meu caro Amigo

Sei que está em Paris. E não quero deixar de lhe reiterar os protestos de reconhecimento que, pelas suas boas palavras em Moçambique, lhe transmiti em carta a seu Pai. Tê-la-há êle recebido?

Com os mais dedicados votos pela sua felicidade e pela de todos os Seus, creia-me

Seu m.<sup>to</sup> grato am.<sup>o</sup> e adm.<sup>o</sup>

*Bernardino Machado.*

## Universidade de Coimbra

UNIVERSIDADE DE COÍMBRA

FACULDADE DE CIÊNCIAS

Ex.<sup>mo</sup> Sr. e prezadíssimo mestre

E', em nome da Faculdade de Ciências, que tenho a honra e a satisfação de me dirigir a V. Ex.<sup>a</sup>

Desde o comêço do ano lectivo corrente, dispõe a Faculdade de Ciências dum lugar de professor no grupo de sciências biológicas, que pode ser provido sem pretcrição de quaisquer direitos adquiridos. E', há 12 anos, a segunda vaga naquele grupo e a primeira nestas condições: a que resultou o ano passado da aposentação do dr. Júlio Henriques, determinou a promoção do primeiro assistente de Botânica, como era na-

tural, e como pediam as necessidades do ensino. Ora a Faculdade de Ciências, cujos professores—quasi todos das antigas Faculdades de Matemática e Filosofia—sempre conservaram de V. Ex.<sup>a</sup> saúdosa recordação, constantemente avivada por penhorantes atenções, não deseja perder a oportunidade, que agora se lhe oferece, de propôr ao Govêrno a reintegração de V. Ex.<sup>a</sup>

Ousadia seria, porém, fazê-lo sem prévia autorização: a tal obriga a alta situação de V. Ex.<sup>a</sup> e o respeito pelos melindres, neste momento porventura insubsistentes, que levaram V. Ex.<sup>a</sup> a exonerar-se em 1907, com grande mágoa de todos os seus colegas.

Aguardando a resposta de V. Ex.<sup>a</sup>, rogo, queira aceitar cordiais e respeitosos cumprimentos de tôda a Faculdade e os meus próprios, em particular.

Saúde e Fraternidade.

Coimbra, Sala do Conselho da Faculdade de Ciências, 5 de Malo de 1919.

*H. Teixeira Bastos.*

Paris, 25-5-1919.

Professeur Teixeira Bastos  
Université. Coïmbra (Portugal).

Profondément ému invitation, vous adresse tous mes remerciements. Pense aller personnellement répondre. Tout cœur vous salue et dignes collègues.

*Bernardino Machado.*

Paris, 25-5-1919.

Recteur Coelho de Carvalho  
Université. Coïmbra (Portugal).

Très touché souvenir. Salutations bien affectueuses et reconnaissantes.

*Bernardino Machado.*

## Conferência da Paz

---

### As nossas reclamações

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Afonso Costa,  
Presidente da Delegação  
Portuguesa à Conferência  
da Paz.

Achando-me ainda doente, no Hotel Wagram, antes do levantamento republicano de Janeiro, recomendei a V. Ex.<sup>a</sup> a publicação dum manifesto à Conferência da Paz, no qual os ministros do último governo constitucional que interviera na guerra, expusessem o tema das nossas reclamações, e enunciei-lhe as que eu considerava principais. Várias vezes depois insisti, conversando com V. Ex.<sup>a</sup>, na mesma ideia. Essa exposição, que, visando os altos interesses da pátria, serviria primeiro para reforçar a voz da nossa Delegação, tinha de ser, renovada esta, sob a presidência de V. Ex.<sup>a</sup>, a própria exposição oficial dos plenipotenciários da República dentro da Conferência.

A primitiva Delegação não possuía idoneidade política para representar a nossa situação de beligerantes. E, para a nova De-

legação o fazer com tôda a autoridade, tornava-se necessário anular-se a dissolução do Parlamento de 1915-17 e a destituição do Presidente da República por êste eleito, porque, senão, continuaríamos em República nova, anti-republicana e anti-intervencionista, com desprestígio para a verdadeira República e para a acção dos seus representantes na Conferência da Paz. A fórmula das nossas reclamações devia receber de Portugal tôda a fôrça moral dum ditame da opinião e dum mandato do Parlamento para a ninguém parecer uma pretensão arbitrária da Delegação, sem raízes no País.

Em tudo isto presumia-o de acôrdo comigo, como se pensássemos idênticamente.

Desde, porém, que V. Ex.<sup>a</sup>, tendo assumido a presidência da Delegação, voltou à efectividade da nossa politica, notícia alguma me chegou dos seus esforços pela republicanização completa dos poderes públicos, a não ser a do seu alvitre da reunião do Parlamento de 1915-17 para a eventualidade da ratificação dos preliminares da Paz anteriormente às eleições gerais, o que era insufficiente. Enviou-os entretanto V. Ex.<sup>a</sup>, mas não os vingou? Não seria precisamente por os não tornar públicos?

E, até agora, a Delegação não só não ex-  
planou, num dia, ao menos, dedicado a Por-  
tugal, os nossos direitos perante a Confe-  
rência, fazendo ressoar a sua voz cá fora  
para constituir em volta de si um meio pro-  
pício, mas, por uma entrevista de V. Ex.<sup>a</sup>  
no *Diário de Notícias*, vejo que não levan-  
tou nem tenciona levantar dentro da Con-  
ferência o conjunto das nossas reivindica-  
ções.

A carta pneumática que enviei há dias a  
V. Ex.<sup>a</sup>, dizia: «A situação que nos foi im-  
posta na Sociedade das Nações fere profun-  
damente a minha consciência e o meu pa-  
triotismo.»

Não arguí de ilegítima a designação da  
Espanha para o Conselho Executivo das Na-  
ções. Penalizou-me muito que a Conferên-  
cia não nos outorgasse plena confiança, e que  
nós, terceira nação colonial, que não puse-  
mos condições à nossa intervenção na guer-  
ra, não figurássemos no Conselho. A impo-  
sição das nomeações pelas grandes Potên-  
cias foi verdadeiramente vexatória. E fe-  
riu-me dolorosamente que se designassem  
o Brasil e a Espanha, sem ser com o nosso  
expresso aprazimento, podendo mesmo ima-  
ginar-se que nos eram preferidas, dentro da

família lusitana, de que somos chefes, a nação brasileira, e, dentro da península ibérica, onde nos pertence, como republicanos e aliados, a hegemonia da política internacional, a nação espanhola. Pugnou a Delegação pelo princípio democrático da eleição de todos os vogais do Conselho? Senti de véras que ela fôsse surpreendida na Conferência pela nomeação dos quatro membros variáveis. E foi, para afastar a suposição deprimente da nossa subalternidade ao Brasil e à Espanha, que fiz a declaração de que, dâdo o critério da representação dos neutros, adoptado com generoso intuito pacificador, sem impugnação de ninguém — porque V. Ex.<sup>a</sup> mesmo, admitindo a inclusão de quatro *membros* da Sociedade para o Conselho, os quais podiam evidentemente ser beligerantes ou neutros, só considerou intempestiva a designação dum neutro antes de declarada por êle a sua aceitação — nós, portugueses, nos congratulávamos pela escolha da nossa vizinha Espanha, e, attribuindo a entrada do Brasil ao intuito de se conferir representação às democracias da América latina, o que tinha mesmo a vantagem de servir até certo ponto de contrapêso à doutrina de Mourói, manifestei tôda a mi-

nha satisfação por essa honra, que, sendo dispensada à nação irmã, em nós próprios reflecte.

Não será isto afirmar mais uma vez a política republicana de amistosa vizinhança com o povo espanhol e de confraternização histórica com o Brasil? Seguramente a Delegação não pretende alterá-la. A prova é que V. Ex.<sup>a</sup> se apressou a definir no *Matin* as suas palavras. E bom será efectivamente que delas não reste nenhum equívoco.

Emquanto estivermos na Conferência, a veemência da nossa campanha financeira, por mais justificada que seja, não deve nunca ser tam excessiva que exclua a nossa confiança na solidariedade das nações que reclamam análogas indemnizações, e na justa decisão final da Conferência. E creio bem que êste sentimento de confiança é compartilhado intimamente pela Delegação.

Não é êste o ensejo de se reverem os limites do sul de Angola? Não aludo só à faixa de território que nos era contestada pelos alemães. E, para me não referir senão a Quionga, lembro-me de que V. Ex.<sup>a</sup> chegou a pôr a restituição dêste distrito em paralelo com a restituição da Alsácia-Lore-

na, tanto se lhe afigurava importante proclamar frisantemente o apêgo que temos, ao menor pedaço de terra do nosso património colonial. Até por isso, convinha, pois, que a sua posse nos ficasse garantida nos Preliminares da Paz. Não era indiferente que a nossa acção militar tivesse tôda a consagração dum tam solene documento. E evitavam-se querelas possíveis da Alemanha, que são de recear, não subscrevendo ela o reconhecimento do nosso direito. De resto, a confirmação da nossa propriedade não pode ser-nos levada à conta de compensação ou atenuação dos nossos sacrifícios, porque ela é incontestável e incontestada. Pelo contrário, os sacrifícios especiais que fizemos pela sua reconquista, teem de ser inscritos na conta total da dívida alemã de guerra para connosco. Os bens que assim fomos forçados a dispender, teem de ser, quanto possível, reconquistados também.

Oxalá a questão dos nossos territórios a reclamar à Alemanha seja examinada durante êste período de apreciação do projecto dos Preliminares da Paz, e a Delegação consiga ainda o que nos é devido!

Aproveitei o ensejo da minha declaração ao grande jornal parisiense para lamentar

dum modo geral que os aliados se não tivessem já entendido connosco sôbre o grave capítulo das cláusulas territoriais, tam considerável para a estabilidade da nossa vida internacional.

São ponderosas também as nossas reclamações fora de África, e nem o Govêrno nem a Delegação poderão assumir, só de per si, a responsabilidade de as adiar. Relativamente a Olivença, não sei porque a Conferência não há-de convidar a Espanha a nomear plenipotenciários, como convidou a Holanda a nomeá-los para a discussão da reclamação da Bélgica, nação beligerante vizinha da neutra Holanda, como Portugal beligerante o é da neutra Espanha. O passado de mais dum século demonstra-nos a necessidade de, sem o mínimo agravo aos nossos vizinhos da península, levarmos à Conferência o antigo litígio, que pôde ser sustentado da nossa parte pelos delegados da Monarquia na Conferência de Viena, e sôbre o qual sentir-se-hão, sem dúvida, hoje obrigados, em consciência — alguns mesmo duplamente — a apoiar-nos os outros membros desta Conferência de Paris.

Estimo devêras que a Delegação esteja sendo ouvida àcêrca da atribuição dos man-

datos das colónias ex-alemãs, e não acho senão conveniência em trazer para público o nosso direito a êsse entendimento. Sôbre publicidade, penso aqui como pensava em Portugal.

Avalio bem as dificuldades com que a Delegação se defronta, soffro também com elas, e todos os meus votos são por que V. Ex.<sup>a</sup> e os seus Colegas, meus ilustres colaboradores na política internacional da minha presidência, nunca se achem isolados na sua atitude e, exercendo a sua legítima influência em Portugal e neste meio, as conjurem e vençam.

Apresento a V. Ex.<sup>a</sup> os protestos de tôda a minha consideração.

Saúde e Fraternidade.

15-5-919.

*Bernardino Machado.*

### Altos Commissariados

Muito prezado Amigo  
(Norton de Matos)

Consta-me que o que eu tanto julgava necessário — como ainda últimamente disse ao

dr. Augusto Soares, com o pleno acôrdo d'êle, que conhece bem os interêsses da nossa administração colonial em África — a nomeação de V. Ex.<sup>a</sup> para Commissário da República em Angola, vai realizar-se. Congratular-me-hei devêras com o país por êsse ótimo acto governativo, que me dará grande satisfação política e pessoal.

Com os nossos mais dedicados cumprimentos a V. Ex.<sup>as</sup>, sempre

Todo seu

Paris, 17-5-1919.

*Bernardino Machado.*

### Colónias

Paris, 18 de Maio de 1919.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Afonso Costa, Presidente da Delegação Portuguesa à Conferência da Paz — Paris.

Presumo qual foi o motivo que o levou a publicar a nota da Havas, que só ontem

li (\*) Mas receio que a interpretem contra nós precisamente aqueles que, se não estou em êrro na minha presunção, a provocaram, e que, em vez de conter-se, mais reacenderão a sua campanha de perfídias. À cobiça insaciável dos nossos inimigos o património colonial português, ainda depois de tam destruçado, parece superior às nossas posses. Nem durante a guerra nos deram tréguas. E maquinam, nesta hora de julgamento dos povos, transformar a Conferência da Paz

---

(\*) Le gouvernement portugais, d'accord avec la délégation portugaise, établit en ce moment un plan nouveau d'administration et de développement colonial. Le Portugal se rend compte de ses responsabilités de puissance colonisatrice. Il tient à être à la hauteur de sa tâche; il est disposé à fournir dans ce sens le maximum d'efforts. J'ai échangé avec lord Milner quelques impressions personnelles à ce sujet, et il est inutile d'ajouter que l'Angleterre voit avec satisfaction le Portugal se lancer dans cette voie d'activité nouvelle. La nomination de deux hauts commissaires permettra à des fonctionnaires compétents et stables d'être à la tête de nos colonies. Nous tâcherons d'affranchir celles-ci des empiétements du pouvoir central. Nous ferons bientôt, en sorte, je l'espère, que le grand domaine colonial du Portugal soit, pour nous et pour le monde, bien plus qu'une belle tradition.

(*Le Temps*, 15-6-1919.)

num conselho de família, que nos condenasse por pródigos e incapazes. Com êles, as mais sinceras e generosas promessas são vãs e contraproducentes. Só se rebatem com factos.

E' arriscado anunciar-lhes que vamos entrar *numa via de nova actividade, esperando fazer com que, em breve, o nosso domínio colonial seja para nós, e para o mundo, mais que uma bela tradição.* Concluindo daí que êle realmente não passa hoje disso, malsinarão as nossas melhores intenções. E não podemos abonar-nos com a *satisfação* que o nosso propósito mereça à Inglaterra, porque mais nos caluniarão, apodando-nos mais uma vez de vassallos da nossa aliada, cujo patrocínio requestraríamos, mas não sendo tudo senão para *inglês ver.*

A justa confiança que nos é devida, temos de impô-la por nós mesmos. Absolutamente irreductíveis com os detractores dos nossos foros comprovados de antigos coloniais, precisamos de denunciar e destecer tôdas as suas intrigas e cabalas. E, fortes, com os títulos de honra que nos conferem os inolvidáveis serviços feitos com os maiores sacrificios ao progresso do mundo, demonstraremos bem alto que somos incontestável-

mente colaboradores, não réus, da civilização.

O nosso passado é para invocar sobretudo como uma bela tradição das nossas prodigiosas aptidões, do nosso indefectível valor. Ainda agora o acabamos de atestar com a nossa briosa intervenção na guerra pela causa da democracia. Se a decadência monárquica nos comprometeu aos olhos dos estrangeiros, a ninguém é já agora lícito duvidar de nós.

A República Portuguesa não tem de dar ainda seguranças, penhores, do seu procedimento futuro. Seja verdadeiramente uma República, e basta. E a V. Ex.<sup>a</sup>, que tam notável parte tem tomado na vida dela, não lhe falta prestígio para afirmar eloqüentemente e fazer reconhecer com justificada energia todo o activo do nosso benemérito esforço.

Aceite V. Ex.<sup>a</sup> os protestos de tôda a minha consideração.

Saúde e Fraternidade.

*Bernardino Machado.*

## Homem Cristo

(Telegramas)

Lisboa, 21 Maio 1919.

Son Excellence Bernardino Machado

Légation du Portugal — Avenue Kléber  
Paris.

Prions adhésion réintégration armée Ho-  
mem Cristo. Réponse immédiate, rue S. Ju-  
lião 110, 1.º

*Dr. Tôrres Garcia.*

Lisboa, 26 Maio 1919.

Son Excellence Bernardino Machado

Rue des Eaux, 7 bis  
Paris.

Prions adhésion réintégration armée Ho-  
mem Cristo. Réponse immédiate, rue S. Ju-  
lião 110, 1.º

*Agatão Lança.*

Paris, 28-5-1919.

Agatão Lança e Tôrres Garcia  
S. Julião, 110, 1.º — Lisbonne.

Monarchie impose retraite Homem Cristo par motif politique. De son attitude envers République il a reçu amnistie. Il vient de souffrir encore pour elle. Et sa patriotique campagne interventioniste est vraiment remarquable. Tout ça assurément se recommande appréciation Gouvernement. Affectueux souvenirs.

*Bernardino Machado.*

## Reivindicações internacionais

(Telegramas)

Lisboa, 24-5-919.

Monsieur Bernardino Machado

Rue des Eaux, 7 bis  
Paris.

Initié mouvement national appui réclama-  
tions Conférence. Manifestation tout pays di-  
manche. Haute convénance votre solennelle

adhésion au nom de la nation et personnellement. Comission demande télégramme.

*João de Castro.*

Paris, 25-5-1919.

João de Castro

Comité réclamações Conférence Paix  
Lisbonne.

Il y a longtemps je souhaitais mouvement opinion, donnant force thème nos réclamações. Je ne peux, donc, que l'applaudir, confiant encore son influence.

*Bernardino Machado.*

Paris, 4-6-1919.

Meu querido Amigo  
(João de Castro Osório)

Recebeu as minhas respostas aos seus telegramas? A primeira, enviei-a por mão própria; e a segunda, também telegráficamente. Nesta dizia-lhe que, há muito, eu ansiava por um movimento de opinião que

desse fôrça às nossas reclamações perante a Conferência da Paz, e, por isso, aplaudia vivamente a campanha que iam iniciar, confiando ainda nos seus benéficos efeitos. Estimo vê-lo à frente dela.

Urge que a Nação formule nitidamente o tema das suas reivindicações, para que ninguém duvide da plena consciência que temos dos seus fundamentos.

Foi muito mau que os nossos novos delegados não pudessem falar aos representantes das democracias estrangeiras em nome da democracia portuguesa, por não terem Parlamento e Presidente legítimos em que se apoiassem. A falta dum mandato, digno da sua grande missão, apouca-os para a sustentação da nossa causa, a que infelizmente não faltam impugnadores poderosos. Ninguém vê isso, nem os próprios delegados? Pois tudo já o faz sentir demais.

A nossa situação política é dum tal absurdo e confusão moral, que não basta hoje que a opinião se levante num côro de protesto contra o tratamento que a Conferência nos tem dado. Antes de mais nada, acabe-se com essa ditadura, aí do Govêrno, aqui da Delegação. Então reconhecemos o dever e a necessidade de emancipar largamen-

te as colónias, e continuamos na metrópole sem instituições livres, decretando a própria autonomia colonial fora do Parlamento, pela mão dum cúmplice da obra usurpadora do dezembrismo?

Que a voz que aí se levanta, não seja apenas o eco alvoroçado, embora com as melhores intenções, da voz dos dirigentes. Apoiem-nos com firmeza, mas não passivamente, às cegas. Semelhante submissão, em vez de a êles mesmos dar fôrça, não serviria senão para ainda mais os diminuir, revelando uma profunda fraqueza mental e moral da Nação. Para que ela se valorize diante das ambições estrangeiras, é preciso não só que os seus membros se unam, mas que se unam como cidadãos independentes. Dite a opinião, com tôda a hombridade, aos seus mandatários as nossas vitais reivindicações. E' o que espero da iniciativa da sua Comissão.

E' certamente delicado o âmbito preciso dessa fórmula, para não invadir e prejudicar a alçada competente dos negociadores. Mas, além das reparações financeiras e económicas, que são óbvias, há, por cima delas, no domínio territorial, outras reparações a reclamar de agravos e denegação de

direitos, a respeito dos quais o sentimento geral do país tem de ser perfeitamente expresso. Fixem-se êsses tópicos.

Iremos ainda a tempo? Oxalá! O que nunca é, é tempo para desfalecer.

Em breve lhe falarei do seu vibrante manifesto nacionalista, que me interessou e comoveu devéras.

Abraço-o e a seu Irmão, pedindo-lhe que apresente os meus mais dedicados cumprimentos a sua Ex.<sup>ma</sup> Mãe e Avô.

*Bernardino Machado.*

### **Renúncia**

Paris, 2 de Junho de 1919.

Il.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. João Chagas, Ministro de Portugal — Paris.

Quere ter a bondade de mandar êste telegrama ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, pedindo-lhe da minha parte o obséquo de o fazer chegar ao seu destino? Muito me penhorará.

Aceite V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro, o protesto de tôda a minha consideração.

Saúde e Fraternidade.

*Bernardino Machado.*

Paris, 2 de Junho de 1919.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente do Congresso da República — Lisboa

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que se digne transmitir ao Congresso o meu pedido de renúncia da Presidência da República.

E apresento-lhe, Senhor Presidente do Congresso, o protesto de tôda a minha consideração.

Saúde e Fraternidade.

*Bernardino Machado.*

REPÚBLICA PORTUGUESA

# DIÁRIO DO CONGRESSO

SESSÃO N.º 1

Em 3 de Junho de 1919

Presidência do Ex.<sup>ma</sup> Sr. António Xavier Correia Barreto

Secretários os Ex.<sup>mas</sup> Srs. { Baltasar de Almeida Teixeira  
                                          { José Mendes dos Reis

**Sumário.** — Chamada e abertura da sessão. Leitura e aprovação da acta.

E' lido na Mesa o documento em que o Sr. Presidente da República apresenta a sua renúncia ao cargo de Chefe do Estado.

Sôbre o assunto usam da palavra os Srs. Presidente do Ministério, António Maria da Silva, que apresenta uma moção, em nome do Partido Republicano Português, pedindo ao Sr. Presidente da República que continue no exercício do seu cargo.

Lida a moção na Mesa, é aprovada.

Sôbre ela usam da palavra os Srs. António José de Almeida, Costa Júnior, em nome do Partido Socialista, Jacinto Nunes, em nome do Partido Unionista, Dias de Andrade, em nome do Partido Católico, e Presidente do Ministério, em nome do Governo.

A moção é aprovada por aclamação.

O Sr. António Maria da Silva lembra que seja o Sr. Presidente do Congresso quem vá comunicar ao Sr. Presidente da República o voto do Congresso, acompanhando-o os representantes dos partidos que assim o desejem.

E' encerrada a sessão.

*Abertura da sessão às 15 horas e 35 minutos.*

*Srs. Senadores presentes :*

Abílio de Lobão Soeiro  
Afonso Henriques do Prado Castro e Lemos  
Alfredo Augusto da Silva Pires  
Alfredo Narciso Marçal Martins Portugal  
António Augusto Teixeira  
António Gomes de Sousa Varela  
António Maria da Silva Barreto  
António Xavier Correia Barreto  
Bernardo Pais de Almeida  
Celestino Germano Pais de Almeida  
César Justino de Lima Alves  
Desidério Augusto Ferro de Bessa  
Ezequiel do Sobral Rodrigues  
João Cabral de Castro Freire Falcão.  
João Namorado de Aguiar  
Joaquim Celorico Palma  
Joaquim Pereira Gil de Matos  
Jorge Frederico Velez Carçoço  
José Duarte Dias de Andrade  
José Jacinto Nunes  
José Joaquim Fernandes de Almeida  
José Joaquim Pereira Osório  
José Maria de Moura Barata Feio Terenas

José Mendes Reis  
José Ramos Preto  
Júlio Ernesto de Lima Duque  
Luís António de Vasconcelos Dias  
Luís Inocêncio Ramos Pereira  
Manuel Gaspar de Lemos  
Nicolau Mesquita  
Raimundo Enes Meira.

*Srs. Senadores que entraram durante a  
sessão :*

António Maria Baptista.

*Srs. Senadores que faltaram à sessão :*

Abel Hipólito  
Alfredo Rodrigues Gaspar  
Heitor Eugénio de Magalhães Passos  
Henrique Jardim de Vilhena  
Herculano Jorge Galhardo  
João Carlos de Melo Barreto  
José Nunes do Nascimento  
Júlio Augusto Ribeiro da Silva  
Manuel Augusto Martins  
Pedro Alfredo de Moraes Rosa  
Pedro do Amaral Bôto Machado  
Pedro Virgolino Ferraz Chaves  
Rodrigo Alfredo Pereira de Castro  
Silvério da Rocha e Cunha

Torcato Luís de Magalhães  
Vasco Gonçalves Marques.

*Srs. Deputados presentes à sessão :*

Acácio António Camacho Lopes Cardoso  
Alberto Álvaro Dias Pereira  
Alberto Ferreira Vidal  
Alberto Jordão Marques da Costa  
Alberto Xavier  
Alfredo Ernesto de Sá Cardoso  
Alfredo Pinto de Azevedo e Sousa  
Álvaro Pereira Guedes  
Aníbal Lúcio de Azevedo  
António Albino de Carvalho Mourão  
António Albino Marques de Azevedo  
António Bastos Pereira  
António Carlos Ribeiro da Silva  
António da Costa Godinho do Amaral  
António Dias  
António Francisco Pereira  
António Joaquim Machado do Lago Cer-  
queira  
António José de Almeida  
António José Pereira  
António Lôbo de Aboim Inglês  
António Maria Pereira Júnior  
António Maria da Silva  
António Marques das Neves Mantas

António Pais Rovisco  
António de Paiva Gomes  
António Pires de Carvalho  
António Pires de Carvalho Júnior  
António dos Santos Graça  
Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso  
Augusto Joaquim Alves dos Santos  
Augusto Pereira Nobre  
Baltasar de Almeida Teixeira  
Custódio Maldonado de Freitas  
Custódio Martins de Paiva  
Diogo Pacheco de Amorim  
Domingos Vítor Cordeiro Rosado  
Eduardo Alfredo de Sousa  
Eduardo Cerqueira Machado da Cruz  
Estêvão da Cunha Pimentel  
Evaristo Luís das Neves Ferreira de Car-  
valho  
Francisco Alberto da Costa Cabral  
Francisco Coelho do Amaral Reis  
Francisco da Cunha Rêgo Chaves  
Francisco Cotrim da Silva Garcez  
Francisco Gonçalves Velhinho Correia  
Francisco José Martins Morgado  
Francisco José de Menezes Fernandes Costa  
Francisco José Pereira  
Francisco de Pina Esteves Lopes  
Jaime de Andrade Vilares

João Cardoso Moniz Bacelar  
João Estêvão Águas  
João José da Conceição Comoesas  
João José Luís Damas  
João Luís Ricardo  
João Pereira Bastos  
João Salema  
João Teixeira de Queirós Vaz Guedes  
João Xavier Camarate Campos  
Joaquim de Araújo Cota  
Joaquim José de Oliveira  
José António da Costa Júnior  
José Domingos dos Santos  
José Garcia da Costa  
José Gomes Carvalho Sousa Varela  
José Gregório de Almeida  
José Maria de Campos Melo  
José Mendes Nunes Loureiro  
José Monteiro  
José Rodrigues Braga  
Júlio Augusto da Cruz  
Ladislau Estêvão da Silva Batalha  
Liberato Damião Ribeiro Pinto  
Luís António da Silva Tavares de Carva-  
lho  
Luís Augusto Pinto Mesquita Carvalho  
Manuel Eduardo da Costa Fragoso  
Manuel José Fernandes Costa

Manuel José da Silva  
Manuel Justino de Carvalho Pinto Coelho  
Vale e Vasconcelos  
Maximiano Maria de Azevedo Faria  
Mem Tinoco Verdial  
Nuno Simões  
Orlando Alberto Marçal  
Pedro Januário do Vale Sá Pereira  
Raúl António Tamagnini de Miranda Bar-  
bosa  
Tomás de Sousa Rosa  
Vasco Borges  
Vasco Guedes de Vasconcelos  
Vergílio da Conceição Costa.

*Srs. Deputados que entraram durante a  
sessão :*

Amílcar da Silva Ramada Curto  
António Joaquim Granjo  
Domingos Leite Pereira  
Jaime Daniel Leote do Rêgo  
João Lopes Soares  
Jorge de Vasconcelos Nunes  
Júlio do Patrocínio Martins  
Leonardo José Coimbra  
Lino Pinto Gonçalves Marinha  
Vitor José de Deus de Macedo Pinto  
Xavier da Silva.

*Srs. Deputados que não compareceram à  
sessão :*

Abílio Correia da Silva Marçal

Afonso Augusto da Costa

Afonso de Macedo

Afonso de Melo Pinto Veloso

Albino Vieira da Rocha

Alexandre Barbedo Pinto de Almeida

Alfredo Mário Salgueiro Cunha

Álvaro Xavier de Castro

Américo Olavo Correia de Azevedo

Angelo Alves de Sousa Vaz

Angelo de Sá Couto da Cunha Sampaio e  
Maia

Antão Fernandes de Carvalho

António Alberto Charula Pessanha

António Aresta Branco

António Augusto Tavares Ferreira

António Cândido Maria Jordão Paiva Manso

António Germano Guedes Ribeiro de Car-  
valho.

António Joaquim Ferreira da Fonseca

Augusto Dias da Silva

Augusto Pires do Vale

Bartolomeu dos Mártires Sousa Severino

Carlos Olavo Correia de Azevedo

Domingos Cruz

Francisco Cruz  
Francisco Luís Tavares  
Francisco de Sousa Dias  
João Gonçalves  
João Henriques Pinheiro  
João Lourenço da Rocha Barbosa e Vasconcelos  
João Ribeiro Gomes  
Joaquim Brandão  
Joaquim Ribeiro de Carvalho  
José Mendes Ribeiro Norton de Matos  
José Miguel Lamartine Prazeres da Costa  
Manuel de Brito Camacho  
Manuel José da Silva  
Marcos Cirilo Lopes Leitão  
Pedro Góis Pinto  
Plínio Octávio da Conceição Silva  
Raúl Lelo Portela  
Vitorino Henriques Godinho  
Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães.

---

*Pelas 15 horas e 25 minutos o Sr. Presidente manda proceder à chamada, verificando-se a presença de 120 Srs. Congressistas e declarando-se aberta a sessão.*

O Sr. Presidente: — O Congresso é convocado para tomar conhecimento da men-

sagem que o illustre Presidente da República enviou ao Congresso.

Vou mandá-la ler.

*Leu-se e foi posta à discussão.*

*E' a seguinte:*

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente do Congresso da República Portuguesa.— Ao ter conhecimento, no dia 15 de Dezembro do ano findo, que o meu nome fôra indicado para nêle recair a eleição de Presidente da República, embora tal facto constituísse para mim o maior dos sacrificios, entendi que não devia declinar tam elevada honra na difficil conjuntura que o país atravessava.

Desejando manter íntegras as instituições republicanas que no dia seguinte me foram confiadas, diligenciei, durante o tempo que tenho exercido o meu alto cargo, desempenhar-me pela forma o mais patriótica possível.

Não obstante em circunstâncias como estas ser sempre muito difficil avaliar procedimentos, tenho a plena convicção de que justiça será feita aos meus actos pela pura intenção que os determinou.

Chegado, porém, o momento em que realizadas as eleições gerais e constituídas as

novas Câmaras, julgo dever impreterível resignar às minhas funções, depondo nas vossas mãos o honroso mandato que me havia sido conferido pelo último Congresso (\*). Nestas condições e registando, com o maior dos reconhecimentos, a confiança que o país em mim depositou, aproveito o ensejo para dirigir ao Congresso os reiterados protestos da minha subida consideração, ambicionando à Pátria e à República os mais florescentes dias.

Saúde e Fraternidade.

Palácio da Cidadela, em Cascais, 2 de Junho de 1919 (\*\*). O Presidente da República, *João do Canto e Castro Silva Antunes*.

*Para a Secretaria.*

O Sr. Domingos Pereira (Presidente do Ministério): — Sr. Presidente: o Govêrno ten-

---

(\*) Dissolvido como ilegítimo pelo próprio autor da mensagem.

(\*\*) No mesmo dia em que o Presidente constitucional da República oficiou ao Presidente do Congresso, apresentando o seu pedido de renúncia. E imediatamente se reuniu o Congresso. Hoje, depois de tudo que se tem passado, não faltam motivos para perguntar: — Quiz-se que o pedido encontrassê já diante de si um facto consumado?

ciona enviar às Câmaras um relatório dos seus actos. Todavia à reunião separada das duas Câmaras antecedeu-se a reunião do Congresso para tomar conhecimento da mensagem do Sr. Presidente da República, em que pretende renunciar ao seu mandato.

Este facto culminante interessa vivamente a política nacional.

O Govêrno apresentará o seu relatório na primeira sessão desta Câmara.

O Sr. António Maria da Silva : — Sr. Presidente do Congresso : acabamos de ouvir ler a mensagem do Sr. Presidente da República.

Da sua leitura consta o seu pedido de renúncia.

Todos compreendemos a significação do acto de S. Ex.<sup>ª</sup>, mas também não podemos deixar de ver as conseqüências lógicas que dela derivam.

O illustre Presidente da República, no exercício da sua alta magistratura, procedeu por forma a vincar no coração de todos os portuguezes ou no coração dos que prezam o seu país e defendem a República, um grande amor, um grande respeito pela sua personalidade. (*Apoiados.*)

Por isso não pode o Congresso da República, neste momento excepcional da política portuguesa, deixar de apresentar perante V. Ex.<sup>a</sup> uma solução possível.

Neste sentido, Sr. Presidente, eu envio para a Mesa uma moção em nome do Partido Republicano Português. Essa moção é a seguinte:

MOÇÃO

O Congresso da República, reunido para apreciar o pedido de renúncia do supremo magistrado da Nação, cõscio das suas responsabilidades, e compreendendo os melindres que o determinaram, resolve convidar S. Ex.<sup>a</sup>, em nome dos altos interêsses do país, a que tem presidido com superior critério e inexcedível patriotismo, a continuar no exercício do seu cargo, e, dirigindo-lhe as suas saudações, prossegue na ordem do dia.

Sala das Sessões, 3 de Junho de 1919. —  
O Congressista, *António Maria da Silva*.

*Para a Secretaria.*

*Aprovado por unanimidade.*

O Sr. Presidente: — Vai ler-se a moção mandada para a Mesa pelo Sr. Congressista António Maria da Silva.

*Lida na Mesa a moção, foi admitida por unanimidade.*

O Sr. Presidente: — Está em discussão.

O Sr. António José de Almeida: — Sr. Presidente: pedi a palavra para, em nome do Partido Evolucionista, fazer umas breves considerações, e é em nome dêsse partido que tenho a honra de declarar que dou o meu voto à moção que acaba de apresentar o Sr. António Maria da Silva, para que se façam tôdas as instâncias junto do supremo magistrado da Nação, no sentido de o demover de renunciar ao seu mandato.

Eu não tenho, Sr. Presidente, de apreciar agora aqui a acção do Almirante Sr. Canto e Castro até a data das tentativas de restauração monárquica e da jornada ao Monsanto. Eu só sei que desde então para cá o Sr. Almirante Canto e Castro tem sido, no desempenho das altas funções do seu cargo, duma grande lealdade e duma grande correção, pondo em todos os seus actos um cunho honesto e digno.

O Sr. Almirante Canto e Castro tem sido duma grande lealdade. E friso, Sr. Presidente, êste têrmo «lealdade», porque, se êle

é absolutamente preciso nas relações políticas, é também absolutamente indispensável nos actos daqueles que, tendo de viver fora dos partidos e das lutas políticas, teem de manter bem alto os princípios de correcção e imparcialidade.

E' possível, Sr. Presidente, que amanhã, quando todos soubermos que eu estava profundamente, rasgadamente, devotadamente comprometido num movimento revolucionário que tinha por fim derrubar um Governo constituído sob os auspícios do Sr. Almirante Canto e Castro, se diga que eu não sou coerente. Mas eu acho, Sr. Presidente, que todos os homens públicos devem fazer o sacrifício da sua reputação em face dos altos interesses da sua Pátria e do seu país. Só há uma cousa que os homens públicos não podem menosprezar: são os attributos da sua honra e da sua consciência.

E pouco me importa a mim que se repare no facto de eu ter sido um homem que tive a coragem de atacar a situação política da qual saíu eleito o Sr. Almirante Canto e Castro, o que hei-de explicar daqui a dias, e venha agora, em nome do meu partido, prestar a minha homenagem a êsse homem honrado,

Eu sou de opinião, Sr. Presidente, que todo o Congresso, unânimemente, lhe deve pedir que continue no seu lugar. (*Muitos apoiados.*)

*O orador não reviu.*

O Sr. Costa Júnior: — Sr. Presidente: em nome da minoria socialista declaro que, apesar de anti-presidencialista, votamos a moção apresentada pelo Sr. Congressista António Maria da Silva, e votámo-la com tanta melhor vontade quanto é certo que, além de termos por S. Ex.<sup>a</sup> a mais alta consideração e respeito, temos encontrado da parte de S. Ex.<sup>a</sup> a melhor vontade em resolver as questões sociais. E' por isso que, com todo o agrado, nós votamos essa moção.

Tenho dito.

O Sr. Jacinto Nunes: — Sr. Presidente: eu compreendo, como todo o Congresso, a resolução tomada pelo Sr. Presidente da República, por isso que, havendo sido discutida a legitimidade do anterior Congresso, S. Ex.<sup>a</sup> quis depositar nas mãos do actual Congresso o seu mandato. Mas o seu procedimento tem sido tam correcto, tam es-

crupuloso, tam leal, que nos impõe o dever de solicitar de S. Ex.<sup>a</sup> mais o sacrificio de continuar no seu mandato. Escuso de dizer que não falo só em meu nome individual, porquanto, não estando presente o *leader* do meu partido, e sendo eu o mais velho, implicitamente me cabe o dever de o representar.

E por agora mais não é preciso dizer.  
*O orador não reviu.*

O Sr. Dias de Andrade: — Pedi a palavra, Sr. Presidente, porque desejo simplesmente, em nome da minoria católica, associar-me à moção apresentada para que o Sr. Presidente da República continue no alto cargo de Chefe de Estado.

O Sr. Domingos Leite Pereira (Presidente do Ministério e Ministro do Interior): — Sr. Presidente: em nome do Governo declaro a V. Ex.<sup>a</sup> é a todo o Congresso que me associo, com todo o entusiasmo, à moção apresentada pelo Sr. António Maria da Silva, perfilhada por todos os oradores que me precederam no uso da palavra e perfilhada também por todo o Congresso da República.

Sr. Presidente: o Govêrno está em condições especialíssimas para dizer a V. Ex.<sup>a</sup> e ao Congresso da República que o Sr. Presidente da República, Almirante Canto e Castro, tem tido sempre, no uso das suas attribuições, a mais perfeita, escrupulosa e decidida boa vontade em servir os interêsses da República e do País.

A sua lealdade de tôda a ordem, afirmada meticulosamente a respeito dos grandes e pequenos actos, impõe-se justamente à consideração de todos os republicanos e de todos os portuguezes. (*Apoiados.*)

E eu, como chefe do Govêrno, interpretando o sentir de todos os meus colegas do Ministério, é com o mais vivo desejo que solicito de S. Ex.<sup>a</sup> a subida honra de desistir do seu propósito de abandonar o alto cargo que occupa, para bem dos interêsses da República e para bem dos interêsses do país.

Vozes: — Muito bem! Muito bem!

*O orador não reviu.*

O Sr. Presidente: — Como não há mais nenhum Sr. Congressista inscrito, vai ler-se a moção apresentada pelo Sr. António Maria da Silva.

Parece-me, porém, que o Congresso dispensará que ela seja posta à votação, por isso que, tendo-lhe os representantes de todos os partidos com voto no Congresso dado a sua aprovação, ela está aprovada por unanimidade. (*Muitos apoiados.*)

Resta apenas saber qual a maneira de comunicar a S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Presidente da República a vontade soberana do Parlamento.

Se o Congresso entende que basta a Mesa dirigir-se ao Paço para cumprir essa missão, ela fá-lo-há gostosamente. (*Apoiados.*)

O Sr. António Maria da Silva: — Sr. Presidente: não é porque o Congresso da República não fique perfeitamente representado na alta figura de V. Ex.<sup>a</sup> e dos restantes membros da Mesa; mas, para dar maior significação ao facto, e ainda porque, com certeza, S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Presidente da República desejaria ver ao lado da Mesa um representante, pelo menos, de cada grupo político, eu permito-me a liberdade de lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> que seria melhor a Mesa convidar a acompanhá-la nessa alta missão todos os Srs. Congressistas, que assim o entendessem. (*Muitos apoiados.*)

*Assim se resolveu.*

O Sr. Presidente: — Comunico ao Congresso que, logo que termine a sessão, a Mesa dirigir-se-há a Cascais, a fim de dar conta ao Chefe do Estado do voto unânime do Congresso.

Todos os Srs. Congressistas que quiserem acompanhar a Mesa, podem fazê-lo.

Está encerrada a sessão.

*Eram 16 horas.*

*Da sala alguns Srs. Congressistas soltam vivas à República, que são calorosamente correspondidos.*

O Redactor — *Alberto Bramão.*

O Presidente da República desiste da renúncia

Depois da sessão do Congresso foram a Cascais felicitar o sr. Presidente da República pela resolução tomada os srs. dr. Domingos Pereira, chefe do governo, general Correia Barreto, dr. Baltasar Teixeira, dr. Mesquita de Carvalho, Lima Duque, Campos Melo, Jacinto Nunes, Pereira Osório e Dias de Andrade.

O sr. Canto e Castro recebeu os representantes do Parlamento e o chefe do go-

vêrno na sala das recepções, tendo acedido à deliberação unânime do Congresso em continuar nas funções de primeiro magistrado da nação, até que outro presidente seja eleito.

(*Diário de Notícias* de 4-6-919.)

Se o 2.º presidente dezembrista não se considerou demissionário no próprio dia em que confessava a sua ilegitimidade, dissolvendo, *por não derivar do sufrágio livre e genuíno* o Parlamento que o elegera, associou-se, é certo, desde Monsanto, à campanha da restauração da República. E isto devia ser tomado em linha de conta para o seu julgamento.

Julgavam mesmo os representantes da Nação, ao receberem o seu officio de demissão — e não de renúncia, porque só se renuncia aquilo que se possui legitimamente — que elle não só se havia resgatado das suas criminosas responsabilidades ditatoriais, mas ainda conquistara como ninguém, mais que os melhores, os mais fiéis republicanos, títulos para o exercício da suprema magistratura? Elegessem-no. Não se atreveram a fazê-lo. Mas *convidarem-no a continuar no*

*exercício do seu cargo, como se lá estivesse de direito, e convidarem-no com sacrifício da própria reputação, como disse António José d'Almeida, em nome dos altos interesses do país, a que tem presidido com superior critério e inexcedível patriotismo, acatando a sua usurpação, como se ela não tivesse violado os mais elevados interesses do país, para cuja defesa e salvação proclamamos a República, afrontado a Constituição, que é o nosso superior critério governativo e ferido o nosso patriotismo durante todo o tempo que, desagregada e abatida, a toleramos, que indigente transigência, que abdicação! E por unanimidade!*

Tinha então a República-nova virtudes de que carecia a verdadeira República?! Assim, os dirigentes republicanos destituíram, por sua vez, sem a mínima forma de processo, o presidente constitucional destituído pelo dezembrismo. Assim, para nosso mal, se iniciou, dentro e fora do país, a política defectista, após a vitória.

E' tam extraordinário que, a não se concluir que, nem depois das eleições que sancionaram os triunfos republicanos de Lisboa e do Norte, reduzindo a quasi nada a representação dezembrista e a nada a mo-

nárquica, os partidos se acharam com forças normais para governar, dir-se-ia que o Parlamento foi vítima duma conspiração inconfessável...

Estava, pois, prejudicado o meu pedido de renúncia. Não obstante, êle foi discutido na sessão do Congresso de 16 de Junho.

REPÚBLICA PORTUGUESA

# DIÁRIO DO CONGRESSO

SESSÃO N.º 4

Em 16 de Junho de 1919

Presidência do Ex.<sup>ma</sup> Sr. António Xavier Correia Barreto

Secretários do Ex.<sup>ma</sup> Srs. { Baltasar de Almeida Teixeira  
{ José Mendes dos Reis

**Resumo.** — Procede-se à chamada. Respondem 91 Senhores Congressistas, Senadores e Deputados. — Lê-se a acta da última reunião do Congresso, que é aprovada sem discussão.

São lidos dois officios, determinando os fins para que se reúne o Congresso.

Lê-se um telegrama do nosso Ministro em Paris, referentè ao pedido de renúncia formulado pelo Sr. Dr. Bernardino Luis Machado Guimarães. O Sr. António Maria da Silva, em moção de ordem, apresenta e justifica um projecto de resolução, que é admitido. O Sr. João Pinheiro protesta contra o facto do Congresso tomar conhecimento do pedido de que se trata, e retira-se da sala. O Sr. Ladislau Batalha manifesta-se contra a doutrina da moção. O Sr. António José de Almeida expõe o seu ponto de vista, justificativo da reunião do Congresso para o fim de que se trata, fazendo o elogio da individualidade prestigiosa do Sr. Dr. Bernardino Machado. O Sr. Afonso de Meo justifica a sua opinião jurídica contra alguns dos tēr-

mos da moção do Sr. António Maria da Silva, não lhe dando o seu voto.

A moção é aprovada, e, requerendo o Sr. Alberto Xavier a contraprova, a aprovação é confirmada.

---

*Abertura da sessão às 15 horas e 50 minutos.*

*Srs. Senadores presentes :*

Abílio de Lobão Soeiro

Afonso Henriques do Prado Castro e Lemos

Alfredo Augusto da Silva Pires

Alfredo Narciso Marçal Martins Portugal

António Augusto Teixeira

António Maria da Silva Barreto

António Xavier Correia Barreto

Armindo de Freitas Ribeiro de Faria

Celestino Germano Pais de Almeida

Ezequiel do Sobral Rodrigues

Heitor Eugénio de Magalhães Passos

Herculano Jorge Galhardo

João Namorado de Aguiar

Joaquim Celorico Palma

Joaquim Pereira Gil de Matos

Jorge Frederico Velez Caroço

José Duarte Dias de Andrade

José Joaquim Fernandes de Almeida

José Maria de Moura Barata Feio Terenas  
José Mendes Reis  
Luís Inocêncio Ramos Pereira  
Manuel Gaspar de Lemos  
Nicolau Mesquita  
Pedro Alfredo de Moraes Rosa  
Pedro do Amaral Bôto Machado  
Raimundo Enes Meira  
Rodrigo Alfredo Pereira de Castro  
Vasco Gonçalves Marques.

*Srs. Senadores que entraram durante a  
sessão:*

Antônio Gomes de Sousa Varela  
Augusto Casimiro Alves Monteiro  
Bernardo Pais de Almeida  
César Justino de Lima Alves  
José Jacinto Nunes  
José Ramos Preto.

*Srs. Senadores que faltaram à sessão:*

Abel Hipólito  
Alfredo Rodrigues Gaspar  
Antônio Maria Baptista  
Desidério Augusto Ferro de Bessa  
Francisco Manuel Dias Pereira  
Henrique Jardim de Vilhena  
João Cabral de Castro Freire Falcão

João Carlos de Melo Barreto  
José Joaquim Pereira Osório  
José Nunes do Nascimento  
Júlio Augusto Ribeiro da Silva  
Júlio Ernesto de Lima Duque  
Luís António de Vasconcelos Dias  
Manuel Augusto Martins  
Pedro Virgolino Ferraz Chaves  
Silvério da Rocha e Cunha  
Torcato Luís de Magalhães.

*Srs. Deputados presentes à sessão :*

Acácio António Camacho Lopes Cardoso  
Alberto Ferreira Vidal  
Alberto Jordão Marques da Costa  
Alberto Xavier  
Alexandre Barbedo Pinto de Almeida  
Alfredo Ernesto de Sá Cardoso  
Alfredo Pinto de Azevedo e Sousa  
Álvaro Pereira Guedes  
Angelo de Sá Couto da Cunha Sampaio e  
Maia  
Antão Fernandes de Carvalho  
António Alberto Charula Pessanha  
António Albino de Carvalho Mourão  
António Albino Marques de Azevedo  
António Cândido Maria Jordão Paiva Manso  
António da Costa Godinho do Amaral

António José de Almeida  
António José Pereira  
António Maria da Silva  
António Marques das Neves Mantas  
António Pais Rovisco  
António de Paiva Gomes  
António Pires de Carvalho  
António Pires de Carvalho Júnior  
Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso  
Augusto Joaquim Alves dos Santos  
Augusto Pereira Nobre  
Baltasar de Almeida Teixeira  
Custódio Martins de Paiva  
Diogo Pacheco de Amorim  
Domingos Cruz  
Eduardo Alfredo de Sousa  
Eduardo Cerqueira Machado da Cruz  
Estêvão da Cunha Pimentel  
Evaristo Luís das Neves Ferreira de Car-  
valho  
Francisco Alberto da Costa Cabral  
Francisco da Cruz  
Francisco da Cunha Rêgo Chaves  
Francisco José Martins Morgado  
Francisco José de Menezes Fernandes Costa  
Francisco José Pereira  
Francisco de Pina Esteves Lopes  
Jaime de Andrade Vilares

Jaime Daniel Leote do Rêgo  
João Estêvão Águas  
João Henriques Pinheiro  
João José da Conceição Camoesas  
João Pereira Bastos  
João Teixeira de Queirós Vaz Guedes  
Joaquim de Araújo Cota  
José Domingos dos Santos  
José Mendes Nunes Loureiro  
Júlio Augusto da Cruz  
Liberato Damião Ribeiro Pinto  
Luís Augusto Pinto Mesquita Carvalho  
Manuel Eduardo da Costa Fragoso  
Manuel José da Silva  
Manuel Justino de Carvalho Pinto Coelho  
Vale e Vasconcelos  
Marcos Cirilo Lopes Leitão  
Maximiano Maria de Azevedo Faria  
Nuno Simões  
Orlando Alberto Marçal  
Pedro Góis Pita  
Pedro Januário do Vale Sá Pereira  
Raúl António Tamagnini de Miranda Bar-  
bosa  
Vasco Guedes de Vasconcelos  
Vergílio da Conceição Costa  
Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães.

*Srs. Deputados que entraram durante a  
sessão :*

Afonso de Macedo  
Afonso de Melo Pinto Veloso  
Alberto Álvaro Dias Pereira  
Álvaro Xavier de Castro  
Américo Olavo Correia de Azevedo  
Anílcar da Silva Ramada Curto  
Aníbal Lúcio de Azevedo  
António Bastos Pereira  
António Francisco Pereira  
António Germano Guedes Ribeiro de Car-  
valho.  
Augusto Dias da Silva  
Augusto Pires do Vale  
Bartolomen dos Mártires Sousa Severino  
Domingos Leite Pereira  
Francisco Coelho do Amaral Reis  
Francisco Gonçalves Velhinho Correia  
João Cardoso Moniz Bacelar  
João Lourenço da Rocha Barbosa e Vas-  
concelos  
Joaquim José de Oliveira  
Joaquim Ribeiro de Carvalho  
José António da Costa Júnior  
José Gregório de Almeida  
José Maria de Campos Melo

José Miguel Lamartine Prazeres da Costa  
Júlio do Patrocínio Martins  
Ladislau Estêvão da Silva Batalha  
Leonardo José Coimbra  
Lino Pinto Gonçalves Marinha  
Manuel José da Silva  
Mem Tinoco Verdial  
Raúl Lelo Portela  
Vasco Borges  
Vítor José de Deus de Macedo Pinto  
Vitorino Henriques Godinho.

*Srs. Deputados que não compareceram à  
sessão :*

Abílio Correia da Silva Marçal  
Afonso Augusto da Costa  
Albino Vieira da Rocha  
Alfredo Mário Salgueiro Cunha  
Angelo Alves de Sousa Vaz  
António Aresta Branco  
António Augusto Tavares Ferreira  
António Carlos Ribeiro da Silva  
António Dias  
António Joaquim Ferreira da Fonseca  
António Joaquim Granjo  
António Joaquim Machado do Lago Cer-  
queira  
António Lôbo de Aboim Inglês

António Maria Pereira Júnior  
António dos Santos Graça  
Carlos Olavo Correia de Azevedo  
Custódio Maldonado de Freitas  
Domingos Vítor Cordeiro Rosado  
Francisco Cotrim da Silva Garcês  
Francisco Luís Tavares  
Francisco de Sousa Dias  
João Gonçalves  
João José Luís Damas  
João Lopes Soares  
João Luís Ricardo  
João Ribeiro Gomes  
João Salema  
João Xavier Camarate Campos  
Joaquim Brandão  
Jorge de Vasconcelos Nunes  
José Garcia da Costa  
José Gomes Carvalho Sousa Varela  
José Mendes Ribeiro Norton de Matos  
José Monteiro  
José Rodrigues Braga  
Luís António da Silva Tavares de Carvalho  
Manuel de Brito Camacho  
Manuel José Fernandes Costa  
Plínio Octávio da Conceição Silva  
Tomás de Sousa Rosa  
Xavier da Silva.

O Sr. Presidente (*às 15 horas e 35 minutos*): — Vai proceder-se à chamada.

*Procedeu-se à chamada.*

O Sr. Presidente (*às 15 horas e 58 minutos*): — Estão presentes 94 Srs. Congressistas. Está aberta a sessão. Vai ler-se a acta.

*Foi lida e aprovada a acta sem discussão.*

O Sr. Presidente :— Vai ler-se o expediente.

*Foi lido o seguinte*

## EXPEDIENTE

### OFÍCIOS

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Câmara dos Deputados :— Tenho a honra de comunicar a V. Ex.<sup>a</sup> que convoco o Congresso a reunir no próximo dia 16 do corrente, pelas 15 horas, a fim de ser lido o telegrama do Sr. Ministro de Portugal em Paris, o qual comunica a renúncia do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Bernardino Machado à Presidência da República.

Saúde e Fraternidade. — Palácio do Congresso da República, 14 de Junho de 1919.  
— *António Xavier Correia Barreto.*

*Para a Secretaria.*

TELEGRAMA

Sr. Bernardino Machado pede-me transmitir V. Ex.<sup>a</sup> seguinte telegrama e roga fazê-lo chegar seu destino:

«Paris 2 Junho 1919. — Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente do Congresso República — Lisboa. — Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que se digne transmitir ao Congresso o meu pedido de renúncia da Presidência da República, e apresento-lhe, Senhor Presidente do Congresso, o protesto de tôda a minha consideração.

Saúde e Fraternidade. — *Bernardino Machado.* — *Chagas.*

*Para a Secretaria.*

O Sr. Presidente: — Está aberta a inscrição.

O Sr. António Maria da Silva: — Sr. Presidente: no que respeita à comunicação que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de fazer ao Congresso da República, eu entendo que devemos, primeiro que tudo, harmonizar, tanto quanto possível, as circunstâncias de factos criados pelos últimos sucessos revolucionários com aquilo que representa o substracto da nossa organização jurídica constitucional; isto é, a sua harmonia com as nossas leis funda-

mentais, em matéria de direito constitucional.

Podia, Sr. Presidente, apoiar-me na opinião de eminentes estadistas; podia citar até, entre êles, um que não pode ser acoiçado de revolucionário, para afirmar o que está expresso nas suas obras, e é que se não deve censurar a política, quando se força a letra da lei, para salvar o seu espírito, porque circunstâncias especiais determinam, muitas vezes, a violação expressa da mesma lei.

Mas, eu entendo ao contrário, que o direito, como representando a legítima aspiração nacional, se deve sobrepôr a tôdas as conveniências políticas, e assim é que as leis se não devem conter dentro dos princípios rígidos da política antiga, antes devem ter interpretações que permitam coadunar o seu espírito com as circunstâncias e factos políticos, como aqueles que estamos examinando.

Por isso eu, embora tendo em vista as facilidades que poderiam derivar das razões que primitivamente apresentei, entendendo ainda assim que nós devemos subordinar aos preceitos da Constituição Política da República Portuguesa e restabelecer,

dentro da normalidade constitucional e em harmonia com êsses preceitos, tôdas as leis ou direitos que foram postergados na época agitada da nossa vida política.

E, interpretando, presumo eu, o sentir do Congresso, porque se trata duma pessoa que altos e relevantes serviços prestou à causa da República (*Apoiados*), tendo o seu nome ligado estreitamente à história política dos últimos tempos, e ainda porque não podemos estudar o problema da nossa intervenção na guerra, sem termos em atenção especial a situação que o Sr. Bernardino Machado, quer como Presidente do Ministério, quer como Presidente da República, desempenhou na nossa política externa, vou ter a honra de enviar para a Mesa um projecto de resolução, que representa o sentir da maioria do Partido Republicano Português, relativamente à questão que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de submeter à apreciação do Congresso da República.

#### MOÇÃO

Considerando que os últimos movimentos revolucionários imprimiram uma nova orientação política dentro das instituições republicanas ;

Considerando que a esta nova orientação politica corresponde evidentemente um novo estado jurídico;

Considerando que a formação d'este novo estado jurídico, ou a reconstituição dum estado jurídico anterior, que pelo menos na essência constitua já o fundo do nosso modo de ser dentro das mesmas instituições, não pode, no entanto, destruir dum jacto t'oda a organização jurídica existente;

Considerando que nos encontramos em face duma situação, que aliás é freqüente em t'odas as fases que se sucedem a um acto revolucionário;

E, considerando que nos cumpre, pois, conciliar as exigências das nossas reivindicações politicas no actual momento histórico, com a impossibilidade até material de destruir radicalmente as situações jurídicas já criadas ou anular os factos consumados;

Considerando que entre êles avulta o de haver sido destituído do exercício das suas funções o então Presidente da República, Sr. Bernardino Machado, por uma determinação violenta e illegal, mantida durante uma situação de facto que todavia nem respeitou a Constituição em vigor, nem lhe

substituiu outra que viesse a ter sanção legal;

Mas, considerando que, só após a rebelião de Monsanto se conseguiu reentrar na normalidade constitucional, e só desde então sendo possível reparar as violações cometidas;

E, considerando que, entretanto, o Presidente, Sr. Bernardino Machado, movido por um alto espírito patriótico, renunciou ao referido lugar, por documento de Fevereiro de 1919;

Considerando que os efeitos jurídicos desse documento não podem ser postos em dúvida, desde que o mesmo ilustre cidadão não havia perdido a sua qualidade de chefe do Estado, embora de facto estivesse violentamente esbulhado do exercício das suas funções, acrescentando que não tinha no momento outra forma de o trazer ao conhecimento dos seus concidadãos;

Considerando que no entanto o mesmo ilustre cidadão aproveitou o primeiro ensejo para tornar conhecida aquela sua renúncia perante quem de direito, como se prova pelo telegrama que, a seu pedido, foi dirigido à Presidência deste Congresso pelo Ministro da República Portuguesa em Paris;

E, finalmente, considerando os altos serviços prestados à República por tam ilustre cidadão, a sua nobre intransigência, tantas vezes manifestada perante as violações expressas da Constituição de 1911, a própria violência de que foi vítima e, mais directamente, o respeito basilar que todos os cidadãos devem à Constituição do seu país:

O Congresso da República, tendo em vista a renúncia ao lugar de Presidente da República, feita pelo cidadão Bernardino Luís Machado Guimarães, em Fevereiro de 1919, resolve:

1.º Declarar irrita e nula a determinação de 11 de Dezembro de 1917, publicada no *Diário do Governo* n.º 216, 1.ª série, de 12 do mesmo mês;

2.º Saúdar êsse eminente republicano pelos seus altos serviços e fé inquebrantável nos destinos da Pátria e República.

Sala das Sessões, 16 de Junho de 1919.  
— O Congressista, *António Maria da Silva*.

*Lido na Mesa, foi admitido à discussão.*

*O discurso, revisto pelo orador, será publicado na íntegra, quando restituir, revistas, as notas taquigráficas que lhe foram enviadas.*

O Sr. João Pinheiro :— Sr. Presidente: permita-me V. Ex.<sup>a</sup> que eu proteste, com tãda a minha energia, contra a reũnião conjunta do Congresso para apreciar a renũncia do Sr. Bernardino Machado à Presidẽncia da Repũblica.

Não compreendo esta doutrina! A tãda a situação revolucionãria correspondeu sempre uma situação de facto.

A doutrina daquele lado da Cãmara é a doutrina monãrquica; o que não admira, porque os extremos tocam-se, e tocam-se com a apresentação da doutrina expendida no projecto de resolução que acaba de ser lido.

Sr. Presidente: não querendo entrar na apreciação dos diversos factos que deviam impedir que o Congresso da Repũblica tomasse, sequer, conhecimento do telegrama há pouco lido na Mesa, como é, por exemplo, a desconsideração que a sua apreciação traduz para com o actual Sr. Presidente da Repũblica. *(Não apoiado.)*

Não querendo entrar na apreciação dẽsse facto, e outros factos diversos, entendo que o Congresso não deve tomar, sequer, conhecimento do telegrama, porque isso pode representar também, repito, uma desconsi-

deração para com o Sr. Presidente da República. (*Não apoiados.*)

O Sr. Bernardino Machado declarou que não aceitava a legitimidade dêste Congresso, e no entanto dirige-lhe êsse telegrama, e o Congresso propõe-se tomar uma resolução sôbre êle.

Isto excede tudo quanto podia supôr-se de extraordinário!

Sr. Presidente: não sei realmente se o estado do Sr. Bernardino Machado corresponde a um estado normal.

Se não corresponde, esta Câmara é responsável por tomar conta dessa manifestação.

Não será sem o meu protesto que se discute êsse documento, nem com a minha presença que êle se vota.

Tenho dito.

*O orador retira-se da sala.*

*O discurso será publicado na íntegra, revisado pelo orador, quando restituir, revistas, as notas taquigráficas que lhe foram enviadas.*

O Sr. Ladislau Batalha: — Sr. Presidente: a minoria socialista está dentro desta casa do

Parlamento para colaborar em trabalhos úteis e proveitosos.

Não somos comparsas de comédia.

(*Não apoiado.*)

Podem V. Ex.<sup>as</sup> não apoiar. O facto é que as revoluções entre nós tem uma característica muito extraordinária: é que logo que saem triunfantes, os movimentos revolucionários consideram-se legais, sem necessidade de mais *bills* de indemnidade.

Já passaram duas revoluções desde que S. Ex.<sup>a</sup> está fora da presidência da República. Se lhe reconhecermos a renúncia, confessamos que se tem vivido em regime bi-presidencialista.

Nós, repito, não podemos de forma alguma intervir nem colaborar em assuntos que mais são próprios para opereta de Offenbach do que para o Parlamento, que tem obrigação de ser sério e útil, e ocupar-se só de assuntos sérios e graves.

Não consideramos necessário tratar dèste assunto, visto o Sr. Bernardino Machado já ter renunciado duas vezes.

Èle pode renunciar quantas vezes quiser, mas nós é que não temos de nos ocupar da sua renúncia, nem dar-lhe atenção.

O Sr. António José de Almeida: — Algumas considerações sobre o assunto, que tem dois aspectos importantes: o político e o affectivo.

Sobre a parte affectiva, sentimental, que diz respeito à consideração devida a S. Ex.<sup>a</sup> como cidadão, direi que só pode ser contida numa saudação calorosa e sincera que esta Câmara dirija ao eminente cidadão, ao homem que tam grande e nobre papel desempenhou na política portuguesa. (*Apoiad.*)

Eu disse aqui que era muito possível que fôsse considerado como homem incoerente, mas que pouco me preocupava isso, quando é certo que eu tinha facilidade, por uma nova exposição a êste Congresso, de fazer a demonstração de que não estava de facto em incoerência.

E não o estava: di-lo a minha attitude quando da revolta de Santarém.

Eu fui de opinião formal de que quem devia ocupar o lugar de Presidente da República, após aquella, devia ser o Sr. Bernardino Machado, não só por uma dívida de gratidão nacional, mas porque só assim é que a revolução tinha uma finalidade digna de nós e para dignamente ser considerada pelo estrangeiro.

Vozes: — Muito bem.

O Orador: — Fui desta opinião, e quando algumas horas antes me disseram que era absolutamente impossível que o Sr. Bernardino Machado voltasse a ocupar o seu lugar, ainda que por alguns momentos, então eu disse que em todo o caso conservava para mim o direito de poder afirmar que tinha sido simplesmente um vencido e não um convencido.

A revolução fez-se, e ninguém ignora que depois, quando se deu o episódio de Monsanto, o Sr. Canto e Castro continuou em Belém.

Devo dizer que nessa ocasião, como ainda depois, eu estava em resolução de reconhecer o Sr. Almirante Canto e Castro, que pelas suas qualidades pessoais eu muito considero, mas única e simplesmente como um Presidente de facto e não de direito.

Para mim, o Sr. Presidente da República era o Sr. Bernardino Machado; só assim é que estou de acôrdo com os compromissos que tomei; só assim é que tenho respeito por mim próprio, ainda que fôsse de encontro a tôdas as conveniências de ordem partidária.

Mas o que não é menos verdade é que os acontecimentos se desenrolam, na História, como as suas determinantes exigem que se desenrolem, e não segundo a vontade dos homens.

Assim, os factos deram-se; o Sr. Almirante Canto e Castro permaneceu e até com a nossa estima e carinho, qualidades bem manifestadas na sessão do Congresso em que nós confirmamos S. Ex.<sup>a</sup> na sua alta magistratura.

Parece à primeira vista uma incongruência, mas não é. Seria, se fôssemos, nós, os homens, que manipulássemos os actos revolucionários a nosso contento, como cartas que baralhássemos. Mas, não são, assim, as determinantes na História: várias, imprevistas e misteriosas ainda.

Dizia o grande romancista Guy de Maupassant que nas suas obras as passagens de maior fantasia e cheias de irrealdade, eram as que várias vezes na vida representavam os factos; e acrescentava êle que várias obras primas estavam na realidade e não estavam nas páginas dos romances.

E, se nós notarmos que na política é onde a irrealdade mais se manifesta, devemos reconhecer também que não temos

de nos espantar muitas vezes das nossas atitudes.

A revolução de Monsanto foi feita em condições excepcionais, com a existência dum Govêrno que para a maior parte dos republicamos não inspirava confiança, circunstâncias em que o desânimo era enorme nas primeiras horas e uma grande incerteza lavrava entre o povo de Lisboa.

Se parecia que os homens que estavam à frente do Govêrno não tinham a firmeza e a vontade bastantes para defender a República (*Apoiados*), não é menos certo que êsse homem, que circunstâncias várias tinham elevado a Presidente da República, mostrava pelas suas palavras que era republicano, e que a êste ideal estava prêsa a sua honra de marinheiro.

Vozes : — Muito bem.

O Orador :—E' isto que não podia esquecer.

Tenho uma infinita amizade pelo Sr. Bernardino Machado, e seria um grande desgosto para mim se não nos abraçássemos uma outra vez.

De S. Ex.<sup>a</sup> eu tinha uma declaração, que enviou de Paris, segundo a qual se pronti-

ficava desde logo a renunciar o seu lugar, a qual até hoje tem estado desconhecida de tôda a gente, sendo apenas conhecida de três, quatro ou cinco amigos, dos mais íntimos.

Eu não quis que se fizesse desde logo a publicidade dessas declarações, por isso que entendi que o não devia fazer, pois, se assim não fôsse, disso não redundaria senão uma desvantagem para a causa da República.

São estes os factos, Sr. Presidente, que se devem tomar em consideração.

S. Ex.<sup>a</sup> procedeu honrada e avisadamente.

Nós, Sr. Presidente, estamos todos onde devemos estar, e nunca se poderia seguir a orientação apresentada pelo Sr. Ladislau Batalha; isto é, de que o Congresso nunca se deveria ter reünido para apreciar o telegrama enviado pelo Sr. Dr. Bernardino Machado.

Sr. Presidente: o Congresso não podia deixar de se reünir, como de facto reüniu, para apreciar e tomar conhecimento dêsse telegrama, por isso que êle nos foi enviado por intermédio da legação de Paris.

Sr. Presidente: o Sr. Dr. Bernardino Machado procedeu, repito, honrada e avisadamente, dando sòmente agora conhecimento

ao Congresso da sua renúncia ao lugar de Presidente da República, e procedeu assim, por isso que S. Ex.<sup>a</sup> é, e sempre foi, como Presidente da República, um verdadeiro respeitador da Constituição.

S. Ex.<sup>a</sup> assim cumpriu exactamente os seus deveres como respeitador que é, repito, da Constituição, e mostrou assim lá fora, aos Governos da Inglaterra e da França, a necessidade que tinha de cumprir esses deveres.

Sr. Presidente: eu por vezes tenho-me referido ao sidonismo, e outras vezes ao dezembrismo, e por isso entendo que é bom que dê explicações para que a Câmara fique convencida da minha opinião sobre sidonismo e dezembrismo.

E' bom que nos entendamos.

Eu distingo entre o dezembrismo que, sendo mau, sendo truculento, no entanto, é preciso reconhecer, houve nêles gente de bem que esteve iludida até certa altura — quasi ao fim — mas que quis em todo o caso servir o país, embora por um mau processo político. Mas o sidonismo é uma palavra que só por si nos lembra o ódio e a perseguição, a completa incerteza dos destinos desta República.

Eu creio que sob êste ponto de vista não há aqui duas opiniões; mas, embora haja entre nós quem defendesse a situação do Sr. Sidónio Pais, no que não pode haver dúvida é que S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Presidente do Senado não podia deixar de trazer aqui à reunião conjunta do Congresso o telegrama do Sr. Bernardino Machado.

E foi até bom que tal se fizesse, para que se lhe prestasse a homenagem completa a que S. Ex.<sup>a</sup> tinha direito pelas suas qualidades de carácter e pela forma como desempenhou as suas altas funções.

Lembremo-nos de que êste homem é uma pedra de toque que soa sempre bem, nítida e acentuadamente, à nossa alma de portugueses. Êste homem tornou-se popular por meio da *oração de sapiência* de há trinta anos em Coimbra, colocando-se ao lado dos estudantes.

O Sr. Bernardino Machado é o mesmo homem que se pôs ao lado das classes trabalhadoras, hoje representadas no Congresso pelos Congressistas socialistas, e é o mesmo homem que, tendo já uma idade avançada, fez pelo país uma intensa propaganda revolucionária.

E' ainda êsse mesmo homem que durante a República desempenhou as suas funções com a elevação que todos nós conhecemos e admiramos.

Então nós, que estamos aqui ainda, tendo sôbre os ombros os vergões do cavalo marinho dos monárquicos e sidonistas — eu não os tenho, porque me livreí a tempo — mas estão aqui cidadãos, Deputados e Senadores, que tem êsses vestígios; então nós, repito, que depois de tudo isto não pedimos, não reclamamos castigo para êsses selvagens, pois que os deixamos estar tranquilos, não devemos, ao menos, prestar a homenagem àqueles que no exílio sofreram as suas afrontas e perseguições?

Pois então nós, que não fomos de encontro a factos que nos indicavam que devíamos reagir contra êles; pois então nós, que não quisemos, de maneira nenhuma, que se mostrasse desagrado perante manifestações fúnebres, de sentimento, perante exéquias e cousas semelhantes, feitas por quem tinha estado contra nós, havemos de consentir que fique com o labéu de traidor, de cão vendido, de criminoso, aquele homem que é o símbolo supremo do nosso

exército na guerra, o chefe de Estado, a encarnação mais alta da pureza da nossa democracia?!

Tenho dito, Sr. Presidente.

*O discurso será publicado na íntegra quando o orador restituir, revistas, as notas taquígráficas que lhe foram enviadas.*

*O orador foi muito cumprimentado no final do seu discurso.*

O Sr. Afonso de Melo: — Sr. Presidente: não é sem que eu levante aqui a minha voz que a moção do Sr. António Maria da Silva será votada na sessão do Congresso. Mas, antes de entrar pròpriamente no assunto da moção, quero associar-me às palavras aqui proferidas em homenagem ao actual Presidente da República, Sr. Almirante Cantô e Castro.

Pôsto isto, começo por afirmar a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, e ao Congresso que conquanto não tenha senão relações de cumprimento com o Sr. Dr. Bernardino Machado, — porque nunca tive ocasião de as cultivar — tenho no entanto por S. Ex.<sup>a</sup> a consideração que é devida a um homem illustre, a um homem prestigioso e de cuja honradez nunca ninguém duvidou, nem mesmo no tempo de Sidónio Pais, pois nunca nin-

guém lhe chamou ladrão, ao contrário do que me pareceu depreender das palavras do illustre Deputado António José de Almeida...

O Sr. Leote do Rêgo (*interrompendo*): — V. Ex.<sup>a</sup> dá-me licença para uma pequena interrupção?

O Orador: — Pois não! Faz favor...

O Sr. Leote do Rêgo: — Enviaram-se até notas officiosas à imprensa, dizendo que os Srs. Drs. Afonso Costa, Bernardino Machado e Norton de Matos não eram sòmente criminosos políticos, mas criminosos comuns...

O Sr. Leote do Rêgo *não reviu a sua interrupção.*

O Orador: — Eu desconhecia êsse facto. V. Ex.<sup>a</sup> sabe o que é certa imprensa no nosso país.

Eu não venho para aqui defender essa imprensa, e, se algumas palavras tivesse de pronunciar, não seriam para defender insinuações dessa ordem, que só admito provadas com factos...

O Sr. Sá Cardoso (*interrompendo*): — Era do Governo que dimanavam as notas officiosas. V. Ex.<sup>a</sup> não calcula o que eu sentia em mim quando officiaes inglezes e francezes me mostravam alguns jornais com notas semelhantes.

*O Sr. Sá Cardoso não reviu esta interrupção.*

O Orador: — Eu compreendo perfeitamente. A sensibilidade patriótica fora do nosso país é sempre maior; mas succedeu sempre haver exageros de paixão politica.

Infelizmente eu vejo que, em vez de se procurar atenuar essas paixões, cada vez se excitam mais.

Devo dizer a V. Ex.<sup>as</sup> que não tenho nenhuma responsabilidade no 5 de Dezembro. Esse movimento não foi feito por mim, embora mais tarde aceitasse as suas consequências.

Sou contra tôdas as revoluções, mesmo contra aquellas que amanhã pudessem vir ao encontro do meu ideal politico, a não ser nos casos extremos, em que realmente delas possa depender a salvação duma pátria.

Mas, Sr. Presidente, o ponto para que eu quero chamar a atenção do Congresso, jus-

tifica a razão por que não posso dar o meu voto à moção do Sr. António Maria da Silva. Trata-se dum ponto de natureza jurídica. A moção de S. Ex.<sup>a</sup> é inseparável dos considerandos que a acompanham, e creio que num dêsses considerandos — se o ouvido me não atraçou — S. Ex.<sup>a</sup> começa por declarar írrito e nullo um decreto publicado depois da revolução de 5 de Dezembro. S. Ex.<sup>a</sup> sabe que quem anula as causas anula os efeitos, e não pode ignorar que o Governo que publicou êsse decreto foi reconhecido por tôdas as potências estrangeiras.

O Sr. António Maria da Silva: — V. Ex.<sup>a</sup> está enganado. As potências estrangeiras não reconheceram o Governo do Sr. Sidónio Pais. Não houve reconhecimento de regime político. O que houve foi uma saüdação a um homem.

*O Sr. António Maria da Silva não reviu esta interrupção.*

O Orador: — Não foi só uma saüdação; mas houve depois umas eleições gerais a que V. Ex.<sup>as</sup> não concorreram porque não quiseram, mas que foram eleições gerais, que o país reconheceu, e produziram todos

os seus conseqüentes efeitos jurídicos. De resto, decretos só se anulam com diplomas de fôrça equivalente e não com simples moções.

Sr. Presidente: eu não posso sancionar uma moção que nos seus fundamentos significa um contrasenso jurídico. Não posso ligar a êsse documento a minha responsabilidade de congressista, nem a minha responsabilidade de modesto cultor de direito.

*Estando esgotada a inscrição, foi lida na Mesa e posta à votação a moção do Sr. Antônio Maria da Silva, sendo aprovada.*

O Sr. Alberto Xavier: — Requeiro votação nominal.

Vozes: — Não pode ser. Só se fôr a contraprova.

O Sr. Presidente: — A votação está feita.

O Sr. Alberto Xavier: — Requeiro a contraprova.

*Feita a contraprova apurou-se o mesmo resultado.*

Documentos mandados para a Mesa durante a sessão

DECLARAÇÕES DE VOTO

Declaro que a reunião de hoje, para apreciar o pedido de renúncia do Sr. Dr. Bernardino Machado às funções de Presidente da República, é ilegítima e inconstitucional, porque nos termos da Constituição o Congresso só podia ser convocado para tomar conhecimento da renúncia dum Presidente em exercício; declaro mais que rejeito a proposta de resolução apresentada pelo ilustre Congressista Sr. António Maria da Silva, em que se accita a renúncia pedida e se propõe que seja considerado írrito e nulo o decreto de Dezembro de 1918 que o havia destituído, porque nem este Congresso tem legitimidade para aceitar a renúncia nas condições apresentadas, nem esta assembleia pode tomar qualquer resolução anulando aquele decreto de destituição, senão nos termos do artigo 28.º e seguintes da Constituição.

Sala das Sessões, 16 de Junho de 1919.  
— *Estêvão da Cunha Pimentel.*

*Para a Secretaria.*

*Para a acta.*

Declaro que a reunião de hoje, para apreciar o pedido de renúncia do Sr. Dr. Bernardino Machado às funções de Presidente da República, que exerceu aliás com perfeita legalidade e patriotismo, é ilegítima e inconstitucional, porque nos termos da Constituição, o Congresso só podia ser convocado para tomar conhecimento do pedido de renúncia, dum Presidente em funções; declaro mais que rejeito a proposta de resolução apresentada pelo ilustre Congressista Sr. António Maria da Silva em que se aceita a renúncia pedida e se propõe que seja considerado nulo o decreto de Dezembro de 1918 que o havia destituído, porque nem este Congresso tem legitimidade para aceitar a renúncia nas condições apresentadas, nem esta assembleia pode tomar qualquer resolução anulando aquele decreto de destituição, senão nos termos do artigo 28.º e seguintes da Constituição. — *Alberto Xavier.*

*Para a Secretaria.*

*Para a acta.*

O Redactor — *Sérgio de Castro.*

Do extracto parlamentar d'« A República » :

## SENADO

Revisão constitucional — A attitude do sr. Jacinto Nunes no caso  
Bernardino Machado

Com a presença de 25 senadores, abriu a sessão às 14,40 sob a presidência do sr. Correia Barreto, secretariado pelos srs. Mendes dos Reis e Ramos Pereira.

.....  
O sr. presidente declarou que na sessão conjunta se tomaria conhecimento dum telegrama em que o sr. dr. Bernardino Machado formou a sua desistência do alto cargo de presidente da República.

O sr. Jacinto Nunes declarou que êle e os seus amigos da União Republicana não assistiriam à parte da sessão plenária em que se tratasse do caso Bernardino Machado, porque nunca o reconheceu como presidente constitucional da República Portuguesa, visto havê-lo sempre considerado de nacionalidade brasileira. A êsse respeito é bem claro o art. 80.º da Constituição nas palavras: «e que não tenha tido outra nacionalidade».

## SESSÃO CONJUNTA

Às 16 e 45 reúnem as duas Câmaras em sessão conjunta sob a presidência do sr. Correia Barreto, secretariado pelos srs. Baltasar Teixeira e Mendes dos Reis. Estão presentes 96 congressistas. Nas galerias a concorrência é animada. A bancada ministerial está deserta.

Na mesa é lido o seguinte telegrama (do pedido de renúncia):

.....  
O sr. *Antônio Maria da Silva* manda para a mesa uma moção com a qual — diz — está d'acôrdo a maioria do Partido Republicano Português:

.....  
«O Congresso da República, tendo em vista a renúncia ao lugar de presidente da República, feita pelo cidadão dr. Bernardino Luís Machado Guimarães, em Fevereiro de 1919, resolve:

1.º Declarar irrita e nula a determinação de 11 de Dezembro de 1917, publicada no *Diário do Governo* n.º 216, 1.ª série, de 12 do mesimo mês;

2.º Saúdar êsse eminente republicano pelos seus altos serviços e fé inquebrantável nos destinos da Pátria e da República.»

Admitida na mesa esta moção, fala o sr. *João Pinheiro*, que protesta com tôda a sua energia, contra o trazer-se ao Congresso um assunto desta ordem, afirmando que a moção da maioria representa uma desconsideração para o actual presidente da República.

Terminado o seu discurso, o sr. João Pinheiro retira-se da sala.

O sr. *Ladislau Batalha* protesta, em nome da minoria socialista, contra a moção da maioria. Já há muito que o sr. Bernardino Machado renunciou. Esta questão da renúncia do sr. Bernardino Machado principia a tornar-se irritante na opinião do orador.

O sr. dr. Antônio José de Almeida diz que o sr. dr. Bernardino Machado não pode voltar a ocupar o seu lugar de presidente da República. Nem êle pretende ou deseja tal coisa. O Congresso já atribuiu

direitos ao sr. Canto e Castro, prestando-lhe homenagens completas. E o sr. Bernardino Machado já em Fevereiro dêste ano renunciou aos seus direitos perante o país. O caso, pois, está arrumado. Mas é preciso que o Congresso renda ao grande cidadão o culto alto que lhe é devido.

O orador conta vários factos que eram desconhecidos e que provam que êle esteve sempre ao lado do eminente chefe da União Sagrada. Fez um caloroso, empolgante elogio do sr. dr. Bernardino Machado, considerando-o o tipo dos varões ilustres. E termina por dizer que o sr. Almirante Canto e Castro está muito bem no seu pôsto, e que o sr. dr. Bernardino Machado também fica bem fora da cadeira presidencial, que aliás não pretende. Mas, para isso, é necessário que se lhe prestem honras e homenagens que na sua essência sejam equivalentes ao prestígio daquele alto cargo.

Tal foi num pálido resumo o substancioso discurso do illustre chefe do partido evolucionista, que a *República* inserirá na íntegra logo que o possa fazer sôbre as notas taquigráficas desta importante sessão.

O sr. *Afonso de Melo* (independente) diz não poder aprovar a moção do sr. Antônio Maria da Silva, por uma questão jurídica, qual a de essa moção considerar nulo um decreto de Fevereiro de 1916. Não deseja a êsse êrro juridico ligar as suas responsabilidades quer de Congressista quer de modesto professor de direito.

Não havendo mais nenhum deputado inscrito, é a moção posta à votação e aprovada, tendo os socialistas abandonado também a sala.

(*República*, 17-6-919.)

(Telegrama)

Président du Sénat

Lisbonne.

Proteste contre paroles sénateur qui a prétendu que le citoyen qui a été Chef d'État et présidé notre intervention guerre, n'est pas portugais.

*Bernardino Machado.*

Consta-me que o sr. Jacinto Nunes confessou mais tarde lealmente o seu erro.

### Colónias

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Afonso Costa, Presidente da Delegação Portuguesa à Conferência da Paz — Paris.

A missão de estudos que em 1914 veio da Alemanha visitar o sul de Angola, não recebeu nenhuma autorização que pudesse fazer supôr qualquer patrocínio à expansão germânica nas nossas colónias. Pelo contrário, o governo português recusou-se a dar-lhe a mínima solidariedade. O ministro alemão desejava que nomeássemos oficial-

mente dois comissários para a missão. Apenas foi concedido aos seus organizadores agregarem-lhe particularmente dois funcionários que, pelos seus conhecimentos coloniais, lhe facilitassem os trabalhos, servindo de garantia de que ela se não desviaria do fim de estudos a que era autorizada, como aliás o seria a de qualquer outra nacionalidade; e êsses funcionários foram licenciados por todo o tempo que durasse o seu contrato. E, pela mesma ocasião, o govêrno português nomeou bem significativamente dos sentimentos e intuits que o animavam, uma comissão sua para proceder aos estudos officiais dos caminhos de ferro do sul de Angola e da sua ligação com a rêde ferro-viária da África alemã do sudoeste.

O projecto de construção dos novos caminhos de ferro, assim como a entrega da linha de Ambaca à administração do Estado que explora o seu prolongamento de Malangé, e a ideia do apoio financeiro do tesouro ao Caminho de ferro do Lobito, proporcionando-lhe fundos para a sua pronta conclusão, de modo a afastar dêle tentativas de auxílio e intromissão da Alemanha, fazia tudo parte dum largo plano de fomento nacional de Angola, para o qual o Par-

lamento votou a autorização dum empréstimo de 40 mil contos. E o empréstimo ia levantar-se dentro do país, o seu êxito estava assegurado pelos nossos banqueiros, e já uma primeira verba fôra com êles negociada, quando a guerra rebentou e tivemos de voltar os nossos principais recursos para o desempenho dos compromissos que desde a primeira hora nobremente tomamos, da nossa còparticipação militar com os aliados.

E', pois, evidente que, sem repudiarmos nenhum legítimo concurso estrangeiro nas nossas colónias, dispomos de todos os meios para não permitirmos que, seja como fôr, se trame a sua desnacionalização, tornando-as dependentes dum tal concurso. Nesse sentido, desde o govêrno provisório da República, acentuamos a nossa orientação, resgatando antigas concessões.

E um povo que, em via da reconstituição económica e financeira que estava operando sob as suas livres instituições, encontrou no seu seio, além de avultadas quantias para a nossa intervenção na grande guerra na Europa, as somas enormes que teve de dispende desde o ano de 1914 com as nossas sucessivas expedições militares a Angola e a Moçambique, demonstrou inolvidavelmen-

te de quanto é capaz para fazer face, na paz, às obrigações que lhe impendem, da progressiva valorização do nosso património ultramarino, sôbre o qual é preciso que se saiba que não pesa a menor dívida a estrangeiros, porque nada dos seus rendimentos lhes está hipotecado. E, se as nossas possessões não prosperam igualmente e tão notavelmente tôdas como Sam Tomé, exemplar brilhante de exploração agrícola e de devotada assistência aos trabalhadores indígenas, se, por vezes, uma ou outra tem apresentado *déficits* na sua administração, todos estes tem sido cobertos pela metrópole, que a nenhum sacrificio se poupa por elas, correspondendo assim ao incalculável preço dos serviços que não só a economia do país mas também o nosso nome histórico lhes deve.

E note-se que o *déficit* de Angola, que nos apontam, proveio sobretudo da penosa transformação a que a sua indústria se sujeitou de bom grado para cumprir as generosas imposições da nossa legislação proibitiva do alcohol. Porque, quando se fala nas nossas despesas com as colónias, parece esquecer-se que elas não se limitam à construção de caminhos de ferro, em que, embora devâ-

mos gastar ainda muito mais, já muito temos gasto, mas são colossais as que teem feito pelo seu progresso os nossos concidadãos e, com êles, o Estado. Portugal foi dos primeiros a vencer todos os prejuízos para abolir a escravatura nas suas possessões, tendo já no século XVIII emancipado os índios do Brasil, e collocando-se nos últimos tempos adiante mesmo das outras nações no Congresso de Bruxelas, onde os seus delegados propuseram a proibição geral do comércio das armas de fogo com os indígenas, a exemplo do que vamos praticando.

Uma indicação sumária do muito que queremos e prestamos às nossas colónias, bastará para se avaliar do que com elas já dispendemos dos nossos próprios recursos felizmente inexgotáveis, até pelo que essas despesas se tornam reprodutivas em beneficio de todo o país.

O capital e o crédito portuguez, ainda há pouco, durante a difficil crise por que a República dos Estados-Unidos do Brasil passou, atestaram bem quanto não só devemos contar para nós com as forças vivas do trabalho nacional, mas o que elas podem também ser úteis às nações amigas. Ignora-se que possuímos importantes instituições ban-

cárias no Brasil, do qual somos um dos principais crêdores, e nos Estados-Unidos da América do Norte, onde a nossa já hoje numerosa colónia representa um factor muito valioso de riqueza; e que, agora mesino, depois de tam dilacerantes abalos económicos, fazendo tudo que está ao seu alcance para os reparar, a iniciativa portuguesa, com os olhos no nosso império colonial, ao passo que envida um grande esfôrço para levantar o pôrto de Lisboa ao nível da sua preponderância *post-guerra* no Atlântico, alarga a sua influência financeira aos países aliados da Europa para melhor impulsar o incremento das nossas mútuas relações comerciais?

Tal é a nossa capacidade de empreendimento, na própria hora em que tanto sangramos das profundas feridas da conflagração geral em que nos achámos envolvidos.

Tenho a honra de apresentar a V. Ex.<sup>a</sup> os protestos de tôda a minha consideração.

Saúde e Fraternidade.

*Bernardino Machado.*

Paris, 12 de Junho de 1919.

DÉLÉGATION PORTUGAISE  
CONGRÈS DE LA PAIX

N.º 63 Paris, 14 de Junho de 1919.  
Confidencial

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Bernardino Macha-  
do, antigo Presidente da Repú-  
blica Portuguesa — Paris

Recebi ontem o officio de V. Ex.<sup>a</sup> àcêrca da «Missão d'Estudos» que em 1914 foi da Alemanha visitar o Sul d'Angola e, genèricamente, àcêrca do nosso esforço colonial.

Muito agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> essas informa-  
ções e conceitos, que não deixarei de ter em consideração nas ocasiões apropriadas; e, para que em Lisboa também os possam aproveitar, se houver oportunidade, envio hoje cópia do officio de V. Ex.<sup>a</sup> ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros juntamente com as últimas notícias àcêrca da repulsa da doutrina do *Temps* pelo povo e Govêrno Italiano e pelos representantes dêste na Conferência da Paz.

Com os mais dedicados cumprimentos, desejo a V. Ex.<sup>a</sup>

Saúde e Fraternidade.

*Afonso Costa*

Presidente da Delegação Portuguesa  
na Conferência da Paz

## Portugal

---

### La politique coloniale

M. Bernardino Machado, ancien président du Portugal, nous a fait, au sujet de la politique coloniale du Portugal, les déclarations suivantes :

— Nous sommes la troisième puissance coloniale du monde, et ce fait, aussi bien que notre volonté de faire dans nos colonies une politique à la hauteur de cette situation, doit nous valoir un traitement à la fois juste et confiant. La décision attendue du gouvernement portugais, instituant des hauts-commissariats avec les plus larges facultés décentralisatrices pour nos possessions africaines de Mozambique et d'Angola, répond à cette politique.

Maintenant que la République se consolide chez nous, elle entend reprendre partout son œuvre libératrice. Nous ne l'avons pas proclamée seulement pour la métropole, mais aussi pour notre domaine d'outre-mer. Il s'est également républicanisé.

Déjà, en 1914, pendant mon gouvernement, la loi d'autonomie administrative et

financière de nos colonies a été votée; et, sous ma présidence, on lui a donné son exécution par la promulgation successive de chartes organiques, mettant à point pour chacune d'elles le principe général de leur autonomie.

Malheureusement, notre vie nationale a été bouleversée par nos ennemis intérieurs, pendant que nous tournions nos armes contre les ennemis du dehors. Mais aujourd'hui, que les uns et les autres sont vaincus pour toujours, le peuple portugais continue fermement sa marche, prêt à rendre, comme par le passé, les plus larges services à la civilisation. Et il faut espérer que la solidarité des nations coloniales, mettant fin aux injustices passées, qui ont été la conséquence de la politique bismarckienne, proclamée au Congrès de Berlin, l'aidera à remplir le légitime rôle historique qu'en dépit des plus âpres convoitises il n'a jamais cessé de poursuivre. Il vient de montrer éloquentement, par sa participation à la guerre, comment il sait remplir les devoirs d'honneur. Il n'est pas besoin de plus de garanties pour qu'il soit fait confiance à sa politique future.

(*Le Temps* de 15-6-919.)

## A Cruzada das Mulheres Portuguesas

(Telegrama)

Lisboa, 8-6-1919.

Madame Dantas Machado

Rue des Eaux, 7 bis — Paris

Tenho a honra e o prazer de participar a V. Ex.<sup>a</sup> que, sob proposta Ministro Guerra e minha, Senhor Presidente República agraciou a benemérita Cruzada das Mulheres Portuguesas com a gran-cruz da Torre Espada pelos humanitários e relevantes serviços prestados aos soldados que combateram África e França, e a V. Ex.<sup>a</sup>, como homenagem à dedicação e civismo manifestado no desempenho cargo Presidente mesma Cruzada, foi concedida gran-cruz Ordem Cristo.

*Xavier da Silva*

Ministro Negócios Estrangeiros.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Xavier da Silva  
Ministro dos Negócios Es-  
trangeiros — Lisboa

Congratulo-me devéras pela justa home-  
nagem prestada à grande obra patriótica da  
Cruzada. E agradeço, muito reconhecida a  
V. Ex.<sup>a</sup> e ao Sr. Ministro da Guerra, o seu  
benévolo aprêço dos meus serviços.

Foi, porém, como mulher do Presidente  
da República, que tive a honra de ser eleita  
para a presidência da Cruzada, e hoje, como  
mulher do Presidente destituído, não me é  
lícito aceitar a graça que o Govêrno se di-  
gnou dispensar-me.

Apresento a V. Ex.<sup>a</sup> os protestos de tôda  
a minha consideração.

Paris, 13-6-919.

*Elzira Machado.*

(Oficial)

Lisboa, 28 Junho 1919.

Madame Elzira Machado

Rue des Eaux, 7 bis

Paris.

Respondendo telegrama V. Ex.<sup>a</sup>, peço li-  
cença dizer-lhe nossa intenção foi prestar

homenagem suas altas virtudes de senhora. Respeitamos porém motivo que determinou sua recusa, que muito sentimos. A despeito demora revogação decreto destituição senhor Presidente República, não deixaram todos republicanos de ter a mais elevada consideração pela notável individualidade do Senhor Doutor Bernardino Machado e reconhecimento pelos seus inolvidáveis serviços à Pátria e à República. Tendo ultimamente o Parlamento realizado solenemente a justa consagração desses sentimentos e revogado decreto, desapareceram os motivos em que V. Ex.<sup>a</sup> fundamentava sua recusa. Permita-nos pois V. Ex.<sup>a</sup> que insistâmos na nossa resolução.

Aguardamos confiadamente que V. Ex.<sup>a</sup> nos dê o prazer de recebermos sua comunicação de aceitar condecoração que Governo da República teve a honra de conferir a V. Ex.<sup>a</sup>

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> aceite meus respeitosos cumprimentos.

*Xavier da Silva*

Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Paris, 2-7-1919.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Xavier da Silva, Minis-  
tro dos Negócios Estrangeiros

Avenida António Augusto Aguiar  
Lisboa.

Peço me desculpe ainda. Honra que tam-  
distintos republicanos me dispensaram com  
suas benévolas atenções, recompensa-me já  
demais dos modestos serviços que pude  
prestar à República pela minha colaboração  
na Cruzada das Mulheres Portuguesas, sob  
o patrocínio de meu marido, para quem  
V. Ex.<sup>a</sup> tem palavras de nobre justiça, que  
me enchem de orgulho.

Aceitem V. Ex.<sup>as</sup> minhas homenagens com  
protestos da maior gratidão.

*Elzira Dantas Machado.*

**La Délégation Portugaise**  
**chez le Président Machado**

La Délégation Portugaise à la Conféren-  
ce de la Paix, au retour de Versailles, s'est  
rendue, pour le féliciter, auprès de l'ex-Pré-  
sident du Portugal, Mr. Bernardino Macha-

do, sous la présidence duquel la République Portugaise entra dans la guerre, aux côtés de son allié l'Angleterre, et qui fut le conseiller écouté de la Délégation.

Mr. Bernardino Machado dont le Congrès du Portugal vient, dans une séance plénière, d'accepter la démission, en votant une motion par laquelle il rend hommage à ses éminents services, rentrera prochainement dans son pays, d'où l'avait banni le coup d'État du 5 Décembre 1917.

(*Le Temps*, 30-6-919.)

### Paul Choffat

Aos meus pêsames pela morte do sábio Paul Choffat, a quem tanto deve a geologia portuguesa, respondeu o cônsul suíço com o seguinte telegrama :

Dr. Bernardino Machado

Paris.

Bien sincères remerciements de Madame Paul Choffat et de ses enfants. Permettez joindre les miens.

30-6-919.

*Consul Suisse.*

**Augusto José da Cunha**

Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Envio-lhe e a tôda a Ex.<sup>ma</sup> Família os mais sentidos pêsames pela morte do grande português, o meu muito querido e saudável amigo Augusto José da Cunha. A sua nobilíssima isenção cívica deu entre nós um exemplo relevante e fecundo, que foi dos factos mais decisivos para o advento da República. Ela deve, por isso, à sua veneranda memória uma eterna homenagem de respeito e reconhecimento.

Creia que estimarei devéras continuar com V. Ex.<sup>a</sup> as relações de amizade que me honro de ter tido sempre estreitamente com seu ilustre Pai.

De V. Ex.<sup>a</sup>

criado atento e dedicado

Paris, 5-7-1919.

*Bernardino Machado.*

**A D. Fernando Lozano**

Paris, 8 de Julho de 1919.

Meu querido Amigo

Peço-lhe o obséquio de agradecer, em meu nome, a atenção que os signatários da mensagem, em nome da benemérita associação do operariado espanhol, me quiseram dispensar. Mas, para estreitarmos as relações entre Portugal e Espanha, uma condição essencial é não se pensar em união ibérica.

Espero em breve visitá-lo. Para todo o seu lar as nossas sempre vivas e gratas saúdes.

Abraço-o cordialmente como

Todo seu

*Bernardino Machado.*

## Comité Franco-Portugais

Paris, le 15 Juillet 1919.

Monsieur le Président

Les événements rendent nécessaire une nouvelle réunion de notre Comité. Je vous serais très obligé de bien vouloir vous joindre à nous *le Jeudi, 17 Juillet prochain, à 10 h. 1/2 du matin*, au siège du Comité Parlementaire d'action à l'étranger, 243, Boulevard Saint-Germain.

Je vous remercie à l'avance et vous prie de croire, Monsieur le Président, à l'assurance de mes sentiments les plus cordiaux.

*H. Franklin-Bouillon.*

A reunião com Franklin-Bouillon, presidente da Comissão dos Negócios Estrangeiros da Câmara dos Deputados, realizou-se no Gabinete da Presidência da Comissão, comparecendo, além de Bernardino Machado, os srs. Afonso Costa, João Chagas, Norton de Matos, Augusto Soares, Teixeira Go-

mes, Laurent de Lalande, antigo ministro da França no Brasil, e François Nicol.

O dr. Afonso Costa expôs as dificuldades da Delegação Portuguesa na Conferência da Paz e a atitude menos justa desta para conosco. As suas considerações foram acentuadas pelas do sr. Chagas. O sr. de Lalande mostrou os serviços de ordem económica que a França devia prestar a Portugal. E Bernardino Machado fez a indicação das iniciativas que a Comissão dos Negócios Estrangeiros da Câmara dos Deputados podia desde logo tomar em prol dos nossos direitos e interêsses internacionais, ficando a Delegação Portuguesa de enviar para isso ao sr. Franklin-Bouillon os dados oficiais necessários.

### Festa da vitória em Londres

Paris, le 23 Juillet 1919.

Monsieur Lloyd George, Premier  
Ministre — Londres.

Ayant pris, comme Président du Conseil, l'initiative de notre participation dans la grande guerre, et l'ayant dirigée, comme

Président de la République, je me crois dans le devoir de vous exprimer combien je regrette que, le jour de la célébration de la victoire chez vous, qui était tout-à-fait une fête officielle, on n'ait pas donné à un représentant de notre peuple, mais au représentant des ennemis de notre démocratie, l'honneur de se trouver auprès du suprême magistrat de votre admirable nation, au moment où nos soldats inclinaient devant lui, comme chef de nos anciens alliés, le drapeau rouge et vert de la République Portugaise.

Agréez, Monsieur le Premier, les hommages de ma plus haute considération.

*Bernardino Machado.*

**11 de Julho**

Lisboa, 14-7-1919.

Meu Ex.<sup>mo</sup> Amigo

No dia em que no nosso país se soleniza o maior acontecimento do mundo, é meu dever felicitar muito calorosamente V. Ex.<sup>a</sup> como um dos portugueses que mais contribuíram para que a nossa República enfilei-

rasse com honra e brilho junto dos defensores da liberdade e do direito.

Honra, pois, ao grande cidadão que é V. Ex.<sup>a</sup>

A grande obra de V. Ex.<sup>a</sup> e dos outros dedicados patriotas que promoveram a nossa intervenção na guerra, já hoje é tomada na devida conta pelos próprios adversários, que se congratulam com o êxito da nossa intervenção, êxito que não é tam completo como se previu, em virtude do período de traição dezembrista que terminou com a acção do Monsanto.

Aqui existe actualmente uma grande acalmação política, e creio bem que não mais voltará a triste época das nossas retaliações partidárias.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que apresente os nossos respeitos a suas Ex.<sup>mas</sup> Espôsa e Filhas e aceite um grande abraço do seu

am.<sup>o</sup> affect.<sup>so</sup> e adm.<sup>or</sup> obg.<sup>do</sup>

*Antônio Xavier Corrêa Barreto.*

Paris, 4 de Agosto de 1919.

Meu querido Amigo

Agradeço-lhe de véras as suas boas palavras. Nenhumas outras me penhorariam mais. Depois de haver, pelas suas reformas no Governo Provisório, lançado as bases do nosso ressurgimento militar, V. Ex.<sup>a</sup> foi, na presidência do Congresso, um dos nossos principais intervencionistas. A nossa parte no triunfo glorioso dos povos livres pertence-lhe também. E V. Ex.<sup>a</sup> é hoje o mais alto mandatário constitucional da nossa República. Por todos estes títulos, a sua lembrança no 14 de Julho, vindo do coração dum dos meus mais ilustres companheiros de campanha pelo nosso Portugal, me honrou imenso.

Infelizmente, ante o estado actual da nossa política, não me sinto optimista como V. Ex.<sup>a</sup> O que V. Ex.<sup>a</sup> chama acalmação, afigura-se-me abatimento, colapso, não da nação, mas dos governantes. Depois do defectismo dos inimigos da República na crise da guerra, encontramos com o defectismo dos próprios partidos republicanos no lance da fundação da paz. Aí tem

o primeiro Presidente ditatorial do dezembrismo no Panteão dos Jerónimos e o segundo no Palácio de Belém, com o assentimento e o voto dos mesmos graduados republicanos que responsabilizaram Manuel d'Arriaga pelo golpe d'Estado das espadas. E, ao que se afirma, a maioria democrática, restabelecida pelas eleições, irá na sua capitulação, como se tivéssemos sido vencidos, ao ponto de inserir na Constituição, violando-a, o princípio da ditadura, conferindo ao Chefe da Nação a prerrogativa discrecionária, absolutista, da dissolução. Será inscrever no nosso Código fundamental o próprio princípio da ditadura. Governa portanto ainda, acima de todos, contra a vontade do povo, a *República nova*. E como hão-de os dirigentes republicanos, rendendo-se assim aos dezembristas, conjurar os seus criminosos assaltos? Como sustar os desmandos administrativos que proliferam por tôda a parte, comprometendo-nos o futuro? E com que autoridade hão-de cá fora sustentar as reclamações da nossa democracia aquelles que homenageiam dentro do país os cúmplices do despotismo teutónico? Ai! receio muito que, assim como a nossa vitória na grande guerra contribuiu para a vi-

tória da restauração republicana, assim também os nossos insucessos na Conferência da Paz nos tragam dias desastrosos para a vida da República. . Releve-me a franqueza com que exponho ao seu elevado critério cívico as minhas magoadas apreensões, apelando para a autorizada acção moral que V. Ex.<sup>a</sup> tem o direito de exercer na sociedade portuguesa.

Com os nossos mais dedicados cumprimentos para V. Ex.<sup>a</sup> e sua Ex.<sup>ma</sup> Espôsa, aceite um apertado abraço do

Todo seu

*Bernardino Machado.*

### Almoço

A convite do sr. Paul Gauthier, almoçámos, eu e Jaime Batalha Reis, no Restaurante dos Embaixadores nos Campos Elísios, com aquele notável publicista e com os srs. Gustave le Bon, Prof. A. Robin, da Academia de Medicina, Branet, conselheiro d'Estado, Clavel, inspector geral de pontes e calçadas, Delatour, do Instituto, director

geral da Caixa de depositos e consignações, François Carnot, presidente da União das artes decorativas, S. Galippo, da Academia de Medicina, Jean Pozzi, diplomata em serviço no Quai d'Orsay, Pralon, vice-presidente do Comité das Forjas, que todos quiseram assim demonstrar-nos a sua simpatia por Portugal.

### Xavier de Carvalho

Em 2 de Agosto de 1919 faleceu Xavier de Carvalho. Tomei muito sentida parte no seu funeral.

### Despedidas

Ao fazer as minhas despedidas em Paris, apresentei cumprimentos ao marechal Foch, a quem pude ouvir palavras gratíssimas de elevado aprêço à nossa intervenção e ao nosso soldado.

### **Romagem final**

Ao regressar de França, visitei, acompanhado pelo oficial do exército, da Comissão portuguesa de sepulturas de guerra, dr. Carneiro Franco, distinto republicano do tempo da propaganda — em automóvel pôsto para êsse fim ao meu serviço pelo Govêrno francês — as campas dos nossos soldados mortos na Flandres, percorrendo os cemitérios de Lille, Lambersant, Laventie, Pont du Hem, La Gorgue, Merville, Saint-Venant, Isberg, Lillers, Bethune, Le Touret, Vieille-Chapelle. E a sua imagem, trouxe-a no coração com a de minha filha morta, madrinha de guerra.

FIM.











